

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO

**O papel da Rádio Capital no processo de liberdade
de imprensa na Guiné-Bissau**

Orientador

Joaquim Luís Rodrigues Bonixe

Djelma Binto Sidigo Fati

Janeiro de 2024

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

Dissertação destinada à obtenção do grau de Mestre em Media e Sociedade

**O papel da Rádio Capital no processo de liberdade
de imprensa na Guiné-Bissau**

Orientador

Joaquim Luís Rodrigues Bonixe

Djelma Binto Sidigo Fati

Janeiro de 2024

Mestrado em Media e Sociedade

constituição do júri:

Presidente: Professora Doutora Mária Rogério Marat Moreira Pisco Cardoso Grilo

Arguente: Professora Doutora Patrícia Alexandra Correia Ascensão

Orientador: Professor Doutor Joaquim Luís Rodrigues Bonixe

Agradecimentos

Agradeço ao meu pai por sempre orar por mim, por pedir proteção divina e sucessos no meu estudo.

Agradeço às minhas irmãs por me terem incentivado a continuar, por mais duro que elas saibam que é o percurso.

Agradeço aos meus filhos: a Mariama, a mais velha, pela paciência e compreensão que tem demonstrado durante a minha ausência e perante as minhas críticas e ordens; ao Issa pelo sorriso que sempre deixa na minha face cada vez que falamos ao telefone; ao Saliu pela sua religiosidade e fraternidade, dizendo sempre que fala comigo “eu rezo por ti, mãe”; ao pequena Aminata, às vezes impaciente pela separação, mas com fé num dia voltar para o meu colo.

Agradeço a Genabú Embaló Baldé, a minha tia que vive em Lisboa e aos seus filhos, pelo acolhimento em sua casa e pelo apoio prestado durante o curso.

Ao meu querido amigo Mamudu Sambú pelo apoio dado desde a licenciatura até esta fase porque sempre se preocupou comigo.

Agradeço ao Sene Camará um colega que considero um irmão, que me impulsionou para este desafio.

Agradeço ao Sabino Santos pelo debate de ideias.

Agradeço a Catarina Neves pelo apoio prestado desde o início deste processo, pela revisão dos textos, pelo debate de ideias, pelos passeios com o objetivo de conhecer lugar e histórias, e que me chama “a minha Djelma”, esse afeto tem muito significado para mim.

Agradeço ao meu professor e orientador Luís Bonixe, pela motivação. Cada vez que eu enviava um texto o Professor Doutor dizia-me: “Djelma, está melhor” ou “está no bom caminho”. Foram palavras que me nutriram bastante e dão-me esperança para continuar a lutar.

Agradeço aos colegas da rádio Capital, Bacar Coiate e Quemo Dabo, pela colaboração na pesquisa a partir de Bissau e Bafatá.

Agradeço aos colegas do curso pelo acolhimento.

O meu obrigada para as pessoas bonitas e boas de coração!

Resumo

O jornalismo guineense atravessou momentos marcantes ao longo dos anos. Desde o surgimento, quando colaborava com o regime colonial, passando pelo papel na mobilização da massa camponesa para a luta colonial bem como pelo espelho que foi do regime político pós-independência do partido único, até ao início dos anos 90 quando surgem os primeiros órgãos de comunicação social independentes do poder político.

Hoje, o jornalismo continua a enfrentar obstáculos que ameaçam o livre exercício da profissão.

As lutas políticas, que estão na base de várias crises na Guiné-Bissau, influenciam a condição económica das empresas jornalísticas e consequentemente a produção de conteúdos.

Nos últimos anos, o país tem vivido graves violações da liberdade de imprensa e de expressão. São conhecidas as diversas agressões a ativistas e jornalistas. Os ataques e a destruição dos equipamentos da rádio privada guineense Capital FM Rádio Notícias, por homens não identificados, são bons exemplos da violência a que parte da sociedade guineense está sujeita, num país onde a rádio é o principal meio de comunicação.

A presente dissertação procura fazer um percurso dos media jornalísticos na Guiné-Bissau, focando-se em particular em perceber qual o papel da Rádio Capital no processo de liberdade de imprensa na Guiné-Bissau?

Foram realizadas entrevistas a 31 personalidades (administradores, diretores de 14 rádios privadas), associações de jornalistas e jornalistas de órgãos públicos e privados na Guiné-Bissau. A maior parte dos entrevistados afirmam não existir liberdade de imprensa, segurança no trabalho, melhores condições de trabalho bem como consideram impraticável a taxa atualizada de alvará.

Palavras-chave: Liberdade, Rádio, Ataques, Capital FM, Guiné-Bissau

Abstract

Guinean journalism has gone through remarkable moments over the years. Since its emergence, when it collaborated with the colonial regime, through its role in mobilizing the peasant mass for the colonial struggle, as well as the mirror of the post-independence political regime of the single party, until the beginning of the 90s when the first bodies appeared media independent of political power.

Today, journalism continues to face obstacles that threaten the free exercise of the profession.

Political struggles, which are the basis of several crises in Guinea-Bissau, influence the economic condition of journalistic companies and consequently the production of content.

In recent years, the country has experienced serious violations of freedom of the press and expression. The various attacks on activists and journalists are well known. The attacks and destruction of the equipment of the private Guinean radio station Capital FM Rádio Notícias, by unidentified men, are good examples of the violence to which part of Guinean society is subject, in a country where radio is the main means of communication.

This dissertation seeks to take a look at the journalistic media in Guinea-Bissau, focusing in particular on understanding the role of Radio Capital in the process of press freedom in Guinea-Bissau?

Interviews were carried out with 31 personalities (administrators, directors of 14 private radio stations), journalists' associations and journalists from public and private bodies in Guinea-Bissau. Most of those interviewed stated that there was no freedom of the press, job security, better working conditions, and considered the updated license fee impractical.

Keywords: Freedom, Radio, Attacks, Capital FM, Guinea-Bissau

Abreviaturas e siglas

ANP – Assembleia Nacional Popular

ANG – Agência Noticiosa da Guiné

CRGB – Constituição da República da Guiné-Bissau

CFM – Capital FM – Rádio Notícias

DRIC – Direção de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo/Divisão de Relações Internacionais e Cooperação de Portugal

LGDH – Liga Guineense dos Direitos Humanos

MCS - Ministério da Comunicação Social

MADEM-G15 - Movimento para Alternância Democrática

OCS órgãos de comunicação social.

PAIGC Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde

PRS – Partido da Renovação Social

RSM - Rádio Sol Mansi

RDN – Rádio Difusão Nacional

RENAJ – Rede Nacional das Associações Juvenis

STJ - Supremo Tribunal de Justiça

SINJOTECS - Sindicato de Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social da Guiné-Bissau

TGB – Televisão da Guiné-Bissau

Índice

Introdução.....	9
1. Os Media e a Política.....	12
1.1 Liberdade de expressão e dos media.....	16
1.2 Retrato do Jornalista da e na Guiné-Bissau.....	21
2. Breve história dos media guineenses.....	24
2.1 As legislações dos media guineenses.....	34
2.2 Rádios privadas na Guiné-Bissau.....	37
2.3 A CFM no panorama dos media guineenses.....	40
3. Metodologia.....	43
4. Narrativas sobre o jornalismo guineense.....	47
4.1 Caso Capital FM-Rádio Notícias (CFM).....	47
4.2 Jornalismo e as pressões externas.....	55
4.3 O Jornalista na construção da liberdade.....	57
4.4 Sem segurança, sem jornalismo de investigação.....	62
4.5 O Papel do Estatuto Editorial.....	67
4.6 O Polémico novo Alvará.....	68
Conclusão.....	72
Referências bibliográficas.....	76

Anexos

Anexo 1 Lista de entrevistados para o estudo.....	44
Anexo 2 - Lista das rádios privadas na Guiné-Bissau.....	82
Anexo 3 - Lista das rádios Comunitárias na Guiné-Bissau.....	83
Anexo 4 - Lista dos órgãos de comunicação social públicos da Guiné-Bissau.....	86
Anexo 5 - Lista dos jornais privados em funções na Guiné-Bissau.....	86
Anexo 6 - Lista dos órgãos de comunicação social internacionais na Guiné-Bissau.....	87
Anexo 7 - guião de entrevista	87
Anexo 8 - Nota de imprensa de Sindicato dos Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social da Guiné-Bissau (INJOTECS).....	89
Anexo 9 - Comunicado à imprensa de Confederação Nacional das Organizações da Imprensa (CNOI).....	90

Anexo 10 – Apresentação de pedido de desculpa pública de ativista político	
Bamba Banjai.....	91
Anexo 11 – Carta anónima com conteúdo de ameaça aos jornalistas da CFM.....	92
Anexo 12- Nota de intimação da CFM pelo Ministério da Comunicação Social.....	93
Anexo 13 - Informações sobre Guiné Telecom, apresentação pública	
da empresa.....	95
Anexo 14 - Carta de direção da CFM endereçada ao Ministro da comunicação	
social, solicitando retoma das emissões.....	96
Anexo 15 – Despacho que autoriza a retoma das emissões da CFM, do Secretário	
do Estado de Comunicação Social Francisco Muniro Conte.....	97
Anexo 16 – cópia do Despacho Conjunto para atribuição do alvará.....	88
Anexo 17– CFM, recibo do pagamento de 1.000.000 CFA referente ao pagamento	
da dívida em atraso da atualização anual da licença de emissão durante 4 anos	99
Anexo 18 – Registo de imprensa da CFM	100
Anexo 19 - Computadores destruídos na redação da CFM.....	101
Anexo 20 - Balas no chão na administração da CFM.....	102
Anexo 21 - Mesa de Mistura atingida pelas balas no estúdio da CFM.....	102
Anexo 22 - Computador do administrador da CFM atingido com Balas.....	103
Anexo 23 – Equipamentos da secretaria atingidos pelas balas.....	103
Anexo 24 - Atual Redação da CFM	104
Anexo 25– Representação dos Partidos políticos na audiência eleitoral.....	104
Anexo 26- Um político a falar pela população na audiência eleitoral.....	105
Anexo 27- Um cidadão a fazer questões na audiência eleitoral.....	105
Anexo 28 Cidadãos sentados e jornalistas junto da mesa de mistura	
na audiência eleitoral.....	106
Anexo 29 - Pessoas na audiência eleitoral.....	106
Anexo 30 - Pessoas em fila na audiência eleitoral.....	107
Anexo 31 - Grelha de programação de Rádio Capital FM.....	107

Introdução

O jornalismo, sendo essencial para a vitalidade democrática e cívica de qualquer país, deve estar atento aos grandes e fraturantes temas que alimentam o debate social e político. A Guiné-Bissau tem vivido sucessiva instabilidade política sobretudo depois das eleições. Nestes contextos, os media guineenses são atingidos pelas consequências desta instabilidade. Atos que vão desde restrições que impedem os jornalistas de aceder de forma livre às informações, até agressões físicas e verbais. Narrações de um tempo marcado pela instabilidade que ainda continua e que os relatórios de várias organizações continuam a registar como atos de violações de liberdades fundamentais dos cidadãos guineenses. Consta no relatório da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) entre 2010/2012, que descreve a ameaça de morte de que foi alvo o jornalista e proprietário do semanário Diário de Bissau, um dos primeiros jornais privados do país.

Na avaliação mundial da liberdade de imprensa, já referida, em 2012, “a Guiné-Bissau desceu 17 lugares, passando da 75^a para 92^a posição. Os RSF explicam esta queda significativa como o “resultado da situação política no país”¹

Já antes, no período de 2003 a 2006, marcado pela instabilidade política e pelo envolvimento dos militares na vida política, as agressões contra jornalistas nacionais e internacionais eram frequentes.

Em 2006, três membros do exército, devidamente armados e sem mandato judicial, violaram as instalações de um dos hotéis do país para proferir ameaças a um jornalista da RFI, que noticiou os acontecimentos ocorridos sobre o conflito militar entre as Forças Armadas guineenses e um grupo de rebeldes que reivindicavam a independência de uma região que faz parte do país vizinho, o Senegal (Sissé 2015 p.108).

Na tese de mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, na Universidade Federal da Paraíba, Lamine Sissé, citando o relatório da LGDH de 2008/2009, relata os incidentes em 2007 que apontam para “a agressão policial contra um jornalista da rádio Bombolom” (Sissé 2015 p.109).

¹ Menos liberdade de imprensa em 2012 em Cabo Verde e na Guiné-Bissau.

<https://www.rfi.fr/pt/africa/20130130-menos-liberdade-de-imprensa-em-2012-em-cabo-verde-e-na-guine-bissau>

Na sequência da publicação de um artigo pelo semanário Diário de Bissau intitulado “Guiné-Bissau o suposto Narco-Estado”, com imagens de altas individualidades do Estado que tinham sido assassinadas, um cidadão nacional, Armando Dias (vulgo Ndinho), “invadiu a instalação

o do semanário Diário de Bissau no dia 15 de Maio 2010, agredindo o jornalista e seu proprietário, João de Barros, ameaçando-o de morte. Como se não bastasse, destruiu o servidor central do jornal, perante a passividade do Estado” (Martins, et ail , sd, P.52).

Não se pode falar de uma democracia sólida sem efetiva liberdade de expressão e dos media. Estes são elementos integrantes e fundamentais que espelham o respeito pelos direitos humanos nas sociedades democráticas.

Thomas Patterson nota que “a imprensa tem de usufruir de uma grande margem de liberdade para poder divulgar as ações do governo. Chamamos a isso direito à informação sem o qual não pode haver democracia” (Patterson 2002, p.34).

O povo deve ser formado e informado para poder participar, de forma mais consciente, na vida política do seu país. Nesta senda, Benoit Grevisse salienta que “a liberdade de imprensa é entendida em regimes democráticos como um mandato do exercício da liberdade de opinião e de expressão em nome do público e sob o seu controle” (Grevisse 2002, p.49-50).

A narrativa de instabilidade política volta a repetir-se no país depois das eleições gerais de 2014. Um ano depois em 2015, a Capital FM Rádio - Notícias (CFM) surgiu no panorama dos media guineenses. Foi um período conturbado, de divisão social, mas também de muita desinformação e de propaganda política. Por isso, naquela altura, uma rádio como a CFM não podia passar ao lado da crise pós-eleitoral e da instabilidade política numa sociedade martirizada, mas esperançosa.

Pretendemos com a presente dissertação perceber qual o papel da Rádio Capital FM para a implementação da liberdade de imprensa na Guiné-Bissau, estudando a sua programação, caracterizando o seu historial e procedendo a uma análise de conteúdo de entrevistas realizadas a personalidades ligadas aos media guineenses.

O estudo está dividido em quatro capítulos, nos quais analisámos a contribuição dos media nos diferentes momentos da vida da Guiné-Bissau como um país soberano e democrático.

No primeiro, descrevemos algumas situações marcantes de instabilidade política, e os diferentes regimes políticos guineenses. Debruçamo-nos, ainda, sobre a liberdade de expressão e dos media garantidos na Constituição da República da Guiné-Bissau (CRGB).

No segundo capítulo, abordamos o surgimento do jornalismo guineense desde a dominação colonial, na antiga capital então da Guiné Portuguesa, pois começou ali a história da imprensa guineense em “1879 com a instalação de uma tipografia que mais tarde foi designado Imprensa Nacional da Guiné-Bissau” (Lopes 2015, p.35).

Na fase posterior, já como um país independente, falamos da criação dos órgãos de comunicação social (ocs) privados. As lutas travadas na procura de um livre exercício da profissão. O capítulo abordou também a legislação dos órgãos de comunicação social (OCS).

Através de testemunhas físicas e documentais descrevemos a CFM, o seu modelo de jornalismo, os ataques armados de que foi alvo por duas vezes, por parte de indivíduos não identificados. Depois, reerguida com o apoio dos ouvintes, a CFM foi proibida de retomar as suas emissões pelas autoridades governamentais.

O terceiro capítulo centrou-se no percurso metodológico e no quarto capítulo, apresentamos os resultados, daquilo que foi o nosso estudo, como base nos dados recolhidos nas entrevistas realizadas.

Capítulo 1. – Os media e a política

A Guiné-Bissau está situada na costa ocidental do continente africano. Tem 36.125 quilómetros quadrados e faz fronteira com a República do Senegal a norte e a sul com a república da Guiné-Conacri. Bissau é a capital do país que tem três províncias (norte, sul e leste) e 8 regiões administrativas. Além do território continental, fazem ainda parte do país cerca de 40 ilhas que constituem o arquipélago dos Bijagós.

O português é a língua oficial e é usada em quase todos os órgãos de comunicação social que operam na Guiné-Bissau. É possível identificar pelo menos 4 rádios comunitárias que emitem apenas na língua local. O crioulo é falado pela maioria da população num país onde vivem mais de 30 grupos étnicos, cada um com a sua língua própria como acontece, nomeadamente, com os “Balantas- 30%, Fulas-20%, Manjacos-14%, Mandingas-13%, Papéis-7%” (Dric, 2022, p.9).

Segundo os dados disponíveis na Direção de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo/Divisão de Relações Internacionais e Cooperação de Portugal (DRIC), a densidade populacional estimava-se em “1.8 milhões de habitantes em 2018”. (DRIC 2022, p.9)

Desse total e de acordo com a mesma fonte, 50% professam a religião muçulmana, 40% religiões locais e 10% são cristãos.

Embora sendo já independente e democrática, a Guiné-Bissau não é ainda um país política e economicamente estável. Ainda existem cidadãos que vivem sem água potável, “1 em cada 3 pessoas não tem acesso aos serviços básicos de água, e apenas 1 em cada 10 tem acesso a fontes de água geridas com segurança”.²

A instabilidade política está presente no dia a dia dos guineenses. “É um problema crónico que existe, motivado por uma panóplia de razões, muitas delas ainda por identificar” (Carvalho 2014, p. 72). A Guiné-Bissau tem sido um país atravessado por golpes de Estado. O golpe de 12 de abril de 2012 é considerado, por alguns investigadores, como o mais recente momento em que a jovem democracia guineense retrocedeu, sofrendo assim um novo atraso no desenvolvimento. O investigador Wilson Te afirma que, do golpe de Estado de 12 de abril de 2012 até hoje, “nada mudou para bem”.³

² Uma tripla ameaça de crises relacionadas com a água está a pôr em perigo a vida de 190 milhões de crianças. <https://www.unicef.org/guineabissau/pt/comunicados-de-imprensa/uma-tripla-amea%C3%A7a-de-criises-relacionadas-com-%C3%A1gua-est%C3%A1-p%C3%B4r-em-perigo-vida>

³ Guiné-Bissau: “nada mudou para o bem” desde o golpe de 2012.

O golpe acontece depois de conhecidos os resultados da primeira volta das eleições presidenciais desse ano. Carlos Gomes Júnior, então presidente do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), chefe do governo e candidato à presidência da República na segunda volta, é deposto por militares.

O país só volta à normalidade constitucional, dois anos depois, em 2014, quando se realizam as eleições gerais que dão a vitória ao PAIGC. José Mário Vaz é eleito Presidente da República e Domingos Simões Pereira Primeiro-Ministro. Em 2015, José Mário Vaz demitiu Domingos Simões Pereira da chefia do governo, acusando-o de nepotismo e corrupção. O país volta a mergulhar na crise política que, desta vez, dura quase 4 anos. No espaço de 3 anos, José Mário Vaz nomeou 6 primeiros-ministros, entre eles, Domingos Simões Pereira, Baciro Dja (duas vezes), Carlos Correia, Úmaro Sissoco Embaló e Aristides Gomes. Ainda em 2015, o Presidente José Mário Vaz perde o apoio do seu partido e procura alternativas fora do PAIGC tentando, inicialmente, o apoio de outros partidos, nomeadamente o Partido para a Renovação Social (PRS) e nomeia Baciro Dja, também do PAIGC, como Primeiro-Ministro, contudo, sem a indicação do partido. Foi uma nomeação contestada pelo PAIGC no Supremo Tribunal de Justiça (STJ) que acaba por dar razão ao partido. Baciro Dja renuncia ao cargo e Carlos Correia é nomeado Primeiro-Ministro.

Em janeiro de 2016, nasceu o grupo dos “15 deputados” da bancada parlamentar do PAIGC. Tratou-se de um grupo que decidiu “quebrar a disciplina de voto ao optar pela abstenção na votação de confiança ao programa de governo do PAIGC, apresentado pelo Primeiro-Ministro Carlos Correia”. (DRIC 2022, p.2) Nesse momento, o debate ganha outras dimensões. O PAIGC, correndo o risco de perder o governo, anuncia a expulsão dos 15 deputados e “a sua substituição para garantir a aprovação do programa do governo”.⁴

A Comissão Permanente da Assembleia Nacional Popular (ANP) aceita o pedido do partido e anuncia a perda do mandato dos “15 deputados”. No entanto, o STJ declara “inconstitucional a decisão da Comissão Permanente de expulsar os 15 deputados”.⁵

<https://expresso.pt/internacional/2022-04-11-Guine-Bissau-Nada-mudou-para-bem-desde-o-golpe-de-2012-f990e0a6>

⁴ Parlamento da Guiné-Bissau expulsa 15 deputados do PAIGC.

<https://www.voaportugues.com/a/parlamento-da-guine-bissau-expulsa-15-deputados-do-paigc/3148718.html>

⁵ *Supremo tribunal da justiça declara nula a expulsão de 15 deputados de parlamento.*

https://www.rtp.pt/noticias/mundo/supremo-tribunal-da-guine-bissau-declara-nula-a-expulsao-de-15-deputados-do-parlamento_n909219

O episódio dos “15 deputados” deu origem ao partido Movimento para Alternância Democrática Madem-G15, atualmente a segunda maior força política do país.

Realizadas as eleições presidenciais em 2019, o país enfrenta, de novo, uma crise política, desta vez entre Úmaro Sissoco Embalo e Domingos Simões Pereira do PAIGC.

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) anuncia o resultado da segunda volta. Úmaro Sissoco Embalo é considerado vencedor e Domingos Simões Pereira recusa os resultados, afirmando que o processo de contagem dos votos estava viciado. Acaba por pedir a anulação do processo eleitoral. Mesmo sem decisão do STJ, Úmaro Sissoco toma posse. E é neste momento que a Rádio Capital FM (CFM) se destaca no panorama da comunicação social guineense como a única que recusa designar Úmaro Sissoco Embalo como Presidente da República antes de ser tornada pública a decisão do STJ, uma decisão que acaba por ser favorável a Sissoco. Até esse momento, a CFM tinha optado por designar Sissoco como “autoproclamado Presidente da República da Guiné-Bissau”. Decisão editorial mal recebida pelos militantes do Madem-G15, o partido que apoiou Sissoco nas eleições de 2019. A CFM no seu princípio editorial defende uma programação inovadora:

Garante uma informação e uma programação que se harmonizem com as exigências de uma democracia pluralista, quanto à possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião, dentro do respeito pelos princípios constitucionais e legais, assim como, do exercício de uma cidadania responsável. (Estatuto editorial, Rádio Capital FM)

A CFM que abriu espaço para o debate político e para os cidadãos expressarem opiniões e que transmitia a análise de assuntos sociais, económicos e políticos por comentadores não alinhados com o poder político, como também programas como “Face a Face” que permite a participação dos partidos que governam e o partido maioritário na oposição. É um fórum de reflexão sobre as políticas e visões diferentes ou convergentes defendidas pelas duas correntes que, enfim, expressam grandes faixas populacionais.

Neste processo, a CFM foi acusada por políticos, de estar ao lado do PAIGC.

Apesar de a Constituição da Guiné-Bissau garantir um serviço de imprensa, sem discriminação, grande parte dos media guineenses não se sentem à vontade no exercício da profissão.

Em 2022, a Guiné-Bissau atualizou a Lei de Aquisição de Alvará aumentando os valores a pagar ao Estado pela continuação legal da atividade. Esta decisão tornou muito

difícil para alguns órgãos de comunicação social guineenses a manutenção do livre exercício do jornalismo. Com a subida dos valores, o Estado dificultou a vida dos meios de comunicação social do país sobretudo porque, com baixos orçamentos e dívidas muitas vezes impossíveis de pagar, as empresas de comunicação social acabam por fechar a atividade ou por se sujeitar a ditames empresariais, políticos e/ou religiosos. A medida tem sido contestada pelos proprietários das rádios, mas até este momento que escrevemos esta dissertação não é conhecida qualquer redução dos valores definidos. A lei determina, para o exercício de atividade, o valor de mais de 15 mil euros para emissão de uma licença para uma rádio privada com cobertura nacional e mais de 3 mil euros para a renovação da licença. Para emissões televisivas, o valor da licença é de 760 mil euros e a renovação da mesma, dois anos depois, custa 190 mil euros. Para uma rádio comunitária, a licença custa 4.500 euros e a sua renovação mil euros. Para a imprensa escrita, que inclui as publicações não periódicas, o valor fixado é mais de 3 mil euros e a sua renovação custa 760 euros.⁶

Antes da atualização do valor da licença, em abril do mesmo ano, o governo deu 72 horas a 88 rádios para regularizar as licenças.

O incumprimento do prazo por parte dos proprietários levou ao encerramento de “79 rádios no país”⁷.

A atualização do valor de alvará foi publicada em despacho conjunto do Ministério da Comunicação Social (MCS) e do Ministério das Finanças (MF) para o exercício de atividade audiovisual na Guiné-Bissau. Uma decisão que o bastonário da Ordem dos Jornalistas da Guiné-Bissau considera ser “mortal para o setor”.⁸

No despacho conjunto, o governo argumenta o seguinte: “côncio da necessidade de contribuir, no quadro da arrecadação de receitas no Tesouro Público, e, eventualmente, para o funcionamento das estruturas do MCS, no âmbito das competências que a lei lhes confere” (MCS & MF 2022 policopiada, ver anexo 16).

Porém, a Constituição da República da Guiné-Bissau (CRGB), no seu artigo 56º nº 3, assegura que “o Estado garante um serviço de imprensa, de rádio e de televisão,

⁶ Despacho conjunta para a atribuição de Alvará para o exercício de atividade audiovisual 18 de outubro de 2022)

⁷Guiné-Bissau: governo encerra 79 rádios por falta de licença.

<https://www.dw.com/pt-002/governo-da-guin%C3%A9-bissau-encerra-79-r%C3%A1dios-por-falta-de-pagamento-de-licen%C3%A7a/a-61400903>

⁸ “O Governo decretou a morte da imprensa guineense”

<https://www.dw.com/pt-002/novo-despacho-o-governo-decretou-a-morte-da-imprensa-guineense/a-63926309>

independentemente dos interesses económico e políticos, que assegure a expressão e o confronto das diversas correntes de opinião” (CRGB 1996).

1.1. Liberdade de expressão e dos media

A liberdade de expressão é um direito consagrado na Constituição da República guineense que, no seu artigo 51º, garante que: “todos têm direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento por qualquer meio ao seu dispor, bem como o direito de informar, de ser informado sem impedimento nem discriminações” (CRGB 1996).

O ponto 2 prossegue: “o exercício desse direito não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura” (CRGB 1996).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um instrumento que cria condições de segurança mínima de sobrevivência de qualquer ser humano em qualquer lugar do mundo. A Guiné-Bissau é signatário deste documento pelo que deve respeitar e não violar.

O artigo 19º declara:

Todo o indivíduo tem direito de à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão (DUDH, artigo 19).

No mesmo sentido de proteção da pessoa humana, o pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos que no artigo 19º declara que:

Ninguém pode ser discriminado por causa das suas opiniões.

Toda a pessoa tem direito à liberdade de expressão; este direito compreende a liberdade de procurar, receber e divulgar informações e ideias de toda a índole sem consideração de fronteiras seja oralmente, por escrito, de forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo que escolher (Pacto Internacional Sobre os Direitos Civis e Políticos 19º).

Cada cidadão deve poder exprimir pontos de vista sobre toda a panóplia de assuntos que interessam à sociedade de cada país.

A liberdade de imprensa tornou-se um ator importante numa era como a que vivemos, de revolução nos meios de comunicação e nos conteúdos informativos. A liberdade de imprensa é um instrumento essencial numa sociedade democrática, pois pode impedir abusos de qualquer classe social contra qualquer cidadão ou grupo de pessoas.

A organização internacional não governamental Repórteres Sem Fronteiras (RSF), entidade que avalia anualmente atividades jornalísticas no mundo, nota que o impasse político na Guiné-Bissau tem sido um obstáculo à liberdade de imprensa.

Em 2020, o país caiu 5 posições ficando assim em 94º lugar no índice que classifica a liberdade de imprensa em 180 países no mundo. A organização assinala a invasão da Rádio Difusão Nacional e da Televisão Nacional, por “parte dos militares, no dia da tomada de posse do Úmaro Sissoco Embaló como Presidente da República, em fevereiro do mesmo ano”, e em 2021, o país ficou no 95º lugar ⁹

A organização refere como condicionantes do exercício livre do jornalismo na Guiné-Bissau a “vulnerabilidade económica, a pressão política, a interferência dos militares nos assuntos políticos e sociais, a prevalência da autocensura dos jornalistas quando se trata das falhas governamentais, e o crime organizado”.¹⁰

Em 2022, o país ficou no 92º lugar. Os RSF continuaram a registar um “ambiente difícil para o jornalismo, com uma marcada deterioração da segurança para jornalistas, pressões políticas, o ataque armado à CFM e a tentativa de golpe de 1 de fevereiro de 2022 na Guiné-Bissau”.

Na mais recente avaliação, de 2023, o índice da liberdade de imprensa coloca a Guiné-Bissau em 78º lugar, uma subida de 14 pontos em relação ao ano anterior.

Não obstante a subida na pontuação, o Sindicato de Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social da Guiné-Bissau (SINJOTECS) considera que “ainda há muito por fazer, desde logo, vimos ataques que aconteceram contra os profissionais da comunicação social; contra uma rádio do país”.¹¹

O SINJOTECS denuncia ainda alguns comportamentos políticos que põem em causa a credibilidade dos jornalistas. A entidade sindical garante que “s profissionais da

⁹Liberdade de imprensa piora na Guiné-Bissau e em Moçambique. <https://www.dw.com/pt-002/liberdade-de-imprensa-piora-na-guin%C3%A9-bissau-e-em-mo%C3%A7ambique/a-53201313>

¹⁰-idem

¹¹Guiné-Bissau: RSF aponta subida no Índice da Liberdade de Imprensa, mas sindicato de profissionais fala em “momentos difíceis”. <https://www.voaportugues.com/a/guin%C3%A9-bissau-rsf-aponta-subida-no-%C3%ADndice-da-liberdade-de-imprensa-mas-sindicato-de-profissionais-fala-em-momentos-dif%C3%ADceis-/7077440.html>

comunicação social que tentam fazer o trabalho dentro das regras são vistos como inimigos do poder, chegam a ser rotulados como ‘este não é nosso ou é contra nós’.¹²

Neste contexto, é natural a desconfiança existente entre políticos e jornalistas (problema que não é só de hoje) bem como alguma divisão de opinião dentro da própria classe jornalística. Nas entrevistas realizadas para esse trabalho, há quem chegue a defender um “excesso de liberdade de imprensa Satam Indjai” em contraste com quem diz que “há liberdade de imprensa, mas condiciona João Paulo Djata” e ainda quem defenda que esta “não existe Tiago Seidi” na Guiné-Bissau.

Em 2022, o presidente do SINJOTECs declara que a constante luta política no país tem prejudicado fortemente a classe jornalística. “Hoje, na Guiné-Bissau, jornalistas ou profissionais da comunicação social sentem medo de fazer um trabalho jornalístico dentro dos padrões recomendados por medo de serem retaliados, despedidos ou retirados de algum grupo de jornalistas que podem beneficiar de algo”.¹³

Esta difícil convivência foi também registada pelo sociólogo guineense Bodjam na obra “O Perfil dos Média na Guiné-Bissau” onde refere que “a relação entre os media e os partidos políticos na Guiné-Bissau apresenta um certo grau de suscetibilidade, o que por vezes pode originar choques e hostilidades em relação aos conteúdos jornalísticos aquando da cobertura de eventos políticos” (Bodjam 2022, p.48).

Em 2019, Úmaro Sissoco Embaló, então candidato declarado vencedor das eleições presidenciais, envolveu-se em confrontos verbais com jornalistas Fátima Tchuma Camará, vice-presidente do SINJOTECs e correspondente da RDP África na Guiné-Bissau bem como o jornalista Alison Cabral da Rádio Jovem da Guiné-Bissau, acusando-os de estarem ao serviço de um partido político.¹⁴

Indira Correia Baldé, presidente do SINJOTECs recorda também vários episódios de agressão, no passado recente, do poder político para com a imprensa. Exemplos que vão desde o “despedimento de um jornalista da Televisão da Guiné-Bissau por este não entrevistar o Presidente Úmaro Sissoco Embaló numa partida do futebol até agressões

¹²Luta política na Guiné-Bissau tem prejudicado jornalistas.

<https://observador.pt/2022/05/03/luta-politica-na-guine-bissau-tem-prejudicado-jornalistas/>

¹³-idem

<https://observador.pt/2022/05/03/luta-politica-na-guine-bissau-tem-prejudicado-jornalistas/>

¹⁴Opinião: Entre Umaro Sissoco e a Imprensa: uma história para um dia contar.

<https://www.odemocratagb.com/?p=39570/>

físicas, raptos e espancamento de jornalistas, e outras violações dos direitos e liberdade dos jornalistas guineenses”.¹⁵

É conhecido também o caso do jornalista e editor do blog A Ditadura Sem Consenso, António Aly Silva, que foi violentamente espancado por indivíduos não identificados, em 2021, que lhe confiscaram igualmente todo o material de trabalho.

Baldé, jornalista no ativo, recorda o que designa como “discriminação do gabinete da comunicação de Presidência da República” ao convocar apenas os órgãos públicos para a conferência de imprensa do Presidente Úmaro Sissoco Embaló, em 2021, deixando de fora os órgãos privados. Foi aberta uma única exceção para a Rádio África FM que, segundo o SINJOTECS, tem como proprietária Denise Reis Embaló, mulher de Úmaro Sissoco Embaló.

Na Guiné são conhecidos vários episódios de violência contra jornalistas praticados pelas forças policiais. Em outubro de 2022, homens armados e com fardamento policial invadiram as instalações da Rádio Galáxia de Pindjiguiti com a finalidade de deter o diretor interino acusado de ter permitido a “difusão de uma notícia que envolveu altos responsáveis do ministério do Interior sobre alegado desvio de uma quantidade de droga apreendida numa operação policial”.¹⁶

A Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), em fevereiro de 2022, fez chegar a sua preocupação junto das organizações internacionais, nomeadamente ao Secretário Geral das Nações Unidas, ao Presidente da Comissão da União Europeia e à União Africana, através de uma carta aberta, em que denunciou “a detenção de mais de 60 cidadãos de forma arbitrária, violência policial, rapto e espancamento de jornalistas, ativistas cívicos e opositores políticos”.¹⁷

A Global Initiative against Transnational Organized Crime, uma estruturas das Nações Unidas na Guiné-Bissau, também destacou, no relatório de 2020, entre outros assuntos “a insegurança e as violações dos direitos humanos contra opositores políticos,

¹⁵ Bissau: qual a perspetiva da liberdade de imprensa em 2022?

<https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-qual-as-perspetivas-da-liberdade-de-imprensa-para-2022/video-60299852>

¹⁶ Diretor interino da rádio Galáxia de Pindjiguiti está escondido depois de ataque à emissora.

<https://www.voaportugues.com/a/diretor-interino-da-r%C3%A1dio-gal%C3%A1xia-de-pindjiguiti-est%C3%A1-escondido-depois-de-ataque-%C3%A0-emissora/6785072.html/>

¹⁷ Guiné-Bissau. Alicerces do Estado de Direito democrático “nunca estiveram tão ameaçados”.

<https://www.rtp.pt/noticias/mundo/guine-bissau-alicerces-do-estado-de-direito-democratico-nunca-estiveram-tao-ameacados>

incluindo detenções arbitrárias e ataques a jornalistas e autores de blogues por militares” (Global Initiative 2021 p.16).

Nos últimos três anos, o sociólogo Ivanildo Paulo Bodjam diz que foram registadas “116 vítimas de violação de liberdade de imprensa e de expressão entre os quais jornalistas, ativistas sociais e políticos”. Bodjam confirma os relatos de espancamentos, raptos e outro tipo de agressões como invasões de propriedade privada.¹⁸

Apesar de existirem várias normas e regulamentos dos direitos e deveres dos jornalistas guineenses, como já vimos, não existe ainda nenhuma lei específica que criminalize qualquer forma de agressão contra os jornalistas, embora a Constituição da República guineense, no artigo 37º nº 1, garanta a “inviolável a integridade moral e física dos cidadãos”.

O recente acontecimento de 01 de dezembro de 2023, que envolve o ministro da Economia e Finanças e o Secretário do Estado do Tesouro, presos pelo Ministério Público no âmbito de um pagamento de 6 mil milhões de Francos CFA, cerca de 10 milhões de dólares a empresários ligados ao partido PAIGC, através de crédito a Banco da África Ocidental (BAO). Caso que posteriormente culminou na demissão do governo e a dissolução da ANP pelo Presidente da República Úmaro Sissoco Embaló.¹⁹

Após este acontecimento o SINJOTECS emite uma nota de imprensa e denuncia que “registou com preocupação a invasão da Rádio e da Televisão Pública da Guiné-Bissau por homens armados, e consequente expulsão de profissionais destes órgãos na passada segunda-feira, após o anúncio da dissolução da Assembleia Nacional Popular” (ver anexo 8).

O SINJOTECS qualifica o ato como uma afronta a liberdade de imprensa e de expressão. Porém, a posição contrária ao SINJOTECS foi assumida pela Confederação Nacional das Organizações de Imprensa (CNOI) emitiu no mesmo dia um comunicado, afirmando que: “defende forma intransigente os princípios basilares da liberdade de imprensa e de expressão está preocupada com a onda de desinformação e de boatos

¹⁸ Informações avançadas pelo Sociólogo e investigador Ivanildo Paulo Bodjam numa entrevista à rádio Sol Mansi no dia 03-05-2023 dia internacional de liberdade de imprensa. Contudo, essas informações não foram confirmadas pela LGDH, por esta ser ainda a fase de elaboração do relatório.

¹⁹ O governo de XIª legislatura eleito nas últimas eleições legislativas de 04 de junho de 2023, demitido pelo presidente Úmaro Sissoco Embaló, e dissolveu a ANP que na CRGB no artigo 94º declara que a “ANP não pode ser dissolvida nos 12 meses posteriores à eleição, no último semestre do mandato Presidente da República ou a vigência do estado de sítio ou emergência.

Úmaro Sissoco Embaló é Presidente da República desde 27 de fevereiro de 2020 cujo mandato termina em fevereiro de 2024.

inclusive vindos de organizações da classe dos jornalistas que deveriam pautar pela isenção e verdade” (ver anexo 9).

1.2. Retrato do jornalista da e na Guiné-Bissau

O Estatuto do Jornalista está regulado pela lei 5/2013 e define as condições de acesso à atividade jornalística e ao exercício da profissão. O artigo 2º do Capítulo I descreve os jornalistas profissionais como:

Aqueles que, como ocupação principal, permanente e remunerada, exercem funções de pesquisa, recolha, seleção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de textos, imagem ou som, destinados a divulgação informativa pela imprensa, por agência noticiosa, pela rádio, pela televisão ou outra forma de difusão eletrónica. (Artigo 2º da Lei 5/2013)

O início da profissão, segundo a lei, está dependente da realização de um “estágio obrigatório, a concluir com aproveitamento” com a duração de um máximo de 18 meses (Artigo 3 da Lei 5/2013).

O artigo 4º retrata as funções que são incompatíveis com o exercício da profissão jornalística na Guiné-Bissau:

- a) As funções de angariação, redação ou apresentação de materiais publicitários,
- b) A atividade de relações públicas,
- c) As funções de assessoria de imprensa e consultoria em comunicação ou imagem, bem como de orientação e execução de estratégias comerciais,
- d) O desempenho de funções em órgãos do poder de Estado e em qualquer organismo ou cooperação de natureza militar ou policial (Lei 5/2013).

Da centena de jornalistas inquiridos no âmbito do estudo “Condições das mulheres e homens jornalistas na Guiné-Bissau” (2023) de Baducaram Imbenque, desenvolvido nas 8 regiões e no setor autónomo de Bissau, menos de metade “(41) são licenciados, 30 têm formação profissional, 23 concluíram o 12º ano e 6 estudaram ainda menos do que o 12º

ano. Dos 41 jornalistas com licenciatura, a esmagadora maioria (33) são mulheres e apenas 8 são homens” (Imbenque 2023, p.11).

Do mesmo total de 100 inquiridos, “66 não têm salário e desses a maior parte são mulheres. Alguns dos que não são remunerados regularmente recebem subsídios” (Imbenque 2023, p.23).

Os salários praticados nos órgãos públicos vão de 50 mil francos CFA (cerca de 76 euros) a 350 mil francos CFA (pouco mais de 500 euros). Já este ano, o governo “fixou em 17.500 francos CFA (cerca de 26 euros) um saco de 50 quilogramas de arroz”.²⁰

A maioria dos jornalistas recebe, por mês, o valor mais baixo, os tais 50 mil francos CFA. O jornalista Amadú Madja Fofana confessa durante a nossa entrevista: “eu próprio, como contratado, o valor que recebo não chega para a despesa da nossa família, pagar renda da casa, escola dos filhos, alimentação” (Amadú Madja Fofana, entrevista pessoal, 2023, 19 de junho).

Nesta realidade, é habitual o governo ou qualquer organismo público ou privado entregar dinheiro aos jornalistas que cobrem, por exemplo, uma campanha eleitoral ou um evento isolado. Basta o acontecimento ser fora da cidade de Bissau, para cada jornalista receber 25 mil francos CFA (38 euros), por dia.

A precariedade financeira dos jornalistas guineenses é do conhecimento geral,” a maioria da imprensa guineense não consegue pagar ordenados aos seus funcionários, apenas um número reduzido consegue cumprir este dever” (Imbenque 2023, p. 5).

O antigo jornalista António Soares Lopes (também conhecido como Tony Tcheka) fala no “jornalista militante” referindo-se aos jornalistas com filiação política. São definidos como profissionais de comunicação social que “não abandonam as redações para integrar o aparelho partidário, o que poderiam fazer ao abrigo de uma licença temporária, dirigida ao comité da redação do SINJOTECS.” (Lopes 2015, p.159).

Esta situação não é segredo na Guiné-Bissau, e constitui uma preocupação para estruturas como o SINJOTECS. A presidente do sindicato deixa o apelo: “sejamos profissionais comprometidos com o país e não com os indivíduos ou grupos, com a lei da imprensa, código de ética e deontologia profissional e o estatuto de jornalistas.”²¹

²⁰Governo da Guiné-Bissau baixa preço de combustíveis.

<https://www.cmjornal.pt/mundo/africa/detalhe/governo-da-guine-bissau-baixa-preco-de-combustiveis>

²¹Luta política na Guiné-Bissau tem prejudicado jornalistas.

<https://observador.pt/2022/05/03/luta-politica-na-guine-bissau-tem-prejudicado-jornalistas/>

O conceito do “jornalista militante” foi defendido “pelo partido PAIGC nos primórdios da independência, com advento da democracia o termo foi substituído pelo conceito de jornalista do partido” (Lopes 2015, p.159).

A expressão “nosso jornalista” é profusamente usada pelos políticos guineenses com o objetivo de fragilizar o jornalista ao tentar apontar a alegada simpatia de um jornalista em relação a uma ou a outra formação política.

António Nhaga, jornalista e professor universitário também diretor do jornal privado “O Democrata”, aconselha os jornalistas a recusarem o tratamento por “o nosso jornalista” por parte dos militantes de um partido político. O jornalista não pertence a nenhuma classe política, deve ser tão independente e objetivo quanto possível.

Porém, a já mencionada fragilidade financeira esbate fronteiras e é sentida não só na esfera dos custos fixos com recursos humanos, mas também ao nível das condições de trabalho, como por exemplo, o espaço que deve ser adaptado à prática jornalística e que, muitas vezes, tem de ser arrendado. Os arrendamentos mensais podem “chegar até 250 mil CFA (cerca de 380 euros), que não inclui custos de energia elétrica e água, sem falar ainda das outras obrigações fiscais.” (Bodjam 2022, p.49)

Muitos órgãos de comunicação social dependem de “relações de parcerias” com diferentes organizações internacionais dada a “fraca dotação orçamental por parte dos governos” (Bodjam 2022, p.48).

Este é um país onde o mercado publicitário é também pouco rentável para as empresas de comunicação porque o tecido empresarial privado é pouco robusto e a maior parte das empresas “prefere investir nas redes sociais”, como garante Bubaca Bari, jornalista na Rádio Albarkah, em Bissau.

Na procura de compreender a relação entre democracia e jornalismo, o investigador Michael Schudson citado por Gil Baptista Ferreira considera que “a democracia não produz necessariamente jornalismo nem jornalismo produz necessariamente democracia” (Ferreira 2011, p.82). Contudo, Ferreira defende que “nas sociedades onde há democracia, o jornalismo encontra-se ao seu serviço, podendo provê-la de um conjunto de funções com potencial para contribuir para a sua estabilização e aprofundamento” (Ferreira 2011, p.82).

A liberdade de imprensa permite a divulgação de informações sobre, por exemplo, a eventual má conduta dos governantes, a corrupção de magistrados e diversos outros comportamentos desviantes de agentes, do setor público ao privado. Todos devem e podem ser alvo do trabalho de “watchdog” que também se espera de um jornalista. Como escreve

Nelson Traquina, os jornalistas “são pessoas comprometidas com os valores da profissão, sendo elas como guardião dos cidadãos” (Traquina, 2001, p.134).

Capítulo 2. – Breve história dos media guineenses

A história dos meios de comunicação social guineenses começa no período da ocupação portuguesa. Na luta de resistência ao colonizador, o PAIGC sentiu necessidade de criar um jornal (“Libertação”, em 1960) e uma rádio (“Libertação”, em 1964). Desta forma, o partido tentava mobilizar a população para ações que visavam a libertação nacional, disseminando ações de luta e o programa da independência do país. Neste sentido, o PAIGC é considerado o “precursor de uma comunicação de matriz guineense e contribui para uma nova configuração dos media” (Lopes 2015, p.41).

A imprensa começou a existir na Guiné-Bissau a partir do “ano de 1879 relacionado com à instalação de uma tipografia em Bolama, durante a ocupação portuguesa” (Lopes, 2015, p.35). A rádio apareceria mais tarde, em 1944 e a televisão apenas em 1987.

António Soares Lopes (Tony Tcheka), na obra “Os Media na Guiné-Bissau”, descreveu o nível do conhecimento escolar dos homens ligados à imprensa naquela época, em Bolama:

Nesta unidade se constituiu o primeiro grupo de tipógrafos guineenses, a maior parte deles, já com a instrução primária feita. Mais tarde muitos deles acabaram por ser perseguidos, presos e alguns até mortos por alegada ligação aos nacionalistas” (Lopes, 2015, p.35).

Apesar do insignificante número de leitores, devido à “elevada taxa de analfabetismo, o governo do Ultramar criou, em 1880, o “O Boletim Oficial da Guiné para a divulgação dos atos oficiais do governo” (Lopes, 2015, p. 35). Servia para retratar as “ações políticas, económicas e militares da Guiné, bem como o quotidiano da colónia” (Fonseca 2016, p.122).

Foi o único meio de informação na Guiné e exerceu sobretudo o papel colaborador. A colaboração refere-se à relação direta entre a imprensa e o governo e implica que a informação corrobore as políticas e práticas do regime para que as metas deste sejam atingidas” (Fonseca, 2016, p. 123).

A publicação “teve uma assinalável longevidade, tendo sido apenas interrompida em 1974 com o fim do regime colonial e a implantação da República da Guiné-Bissau” (Lopes, 2015, p. 35).

Depois da independência, “com a instalação dos serviços públicos da jovem nação, foi retomada e a sua impressão (do Boletim Oficial) continuou ali a ser feita durante muitos anos” (Lopes 2015, p.35).

Fonseca afirma ainda que no período colonial, na Guiné-Bissau, “a inexistência de uma elite intelectual articulada em espaços culturais e associativos tais fatores contribuíram para a fraqueza do espaço público local, pois era reduzido o potencial público leitor, bem como os eventuais jornalistas ou empreendedores da imprensa” (Fonseca, 2016, p.123).

Lopes sublinha que “independentemente da sensibilidade e orientação política dos editores, os periódicos inventariados e editados na Guiné em nenhum momento criticavam a política colonial e nem se abriam à colaboração dos nativos” (Lopes, 2015, p.37) já de si fragilizados pelo Estatuto do Indigenato em vigor. “É certo que a elevada taxa de analfabetismo, (1º ciclo do ensino secundário só foi instituído em 1958 em Bissau funcionando no antigo Museu, atual prematura) aliada ao Estatuto do Indigenato em vigor excluía a maioria da população (99,7% em 1961)” (Lopes 2015, p.37).

A fragilidade económica e política não facilitou o desenvolvimento dos media. Segundo, Fonseca “as instituições da administração tardaram na Guiné e a sua implementação coincidiu com a decadência das elites Luso-africanas. Seguiu-se o predomínio dos investimentos estrangeiros nas explorações agrícolas e comerciais” (Fonseca 2016, p.123).

A escritora afirma ainda que “as dinâmicas políticas associadas aos aspetos económicos foram decisivas para inibir a emergência da imprensa privada na Guiné e nas demais colónias associadas às elites portuguesas” (Fonseca 2016, p.123).

Jornais como o Ecos da Guiné (1920), Voz da Guiné (1922) ou o Pró Guiné (1924) eram da autoria dos “portugueses radicados na Guiné. (...) Não existem evidências de qualquer participação de nacionalistas guineenses, isolados ou agrupados em formações políticas nestas atividades editoriais, embora elas aconteçam num período de forte tensão social, e tribal” (Lopes 2015, p.35).

O jornal Ecos da Guiné, criado 40 anos depois da implantação do Boletim Oficial, é considerado “o primeiro jornal generalista e noticioso não oficial. Até esta época a

imprensa não se consolidou na Guiné ao contrário das outras colónias portuguesas em África” (Fonseca 2016, p.126).

A verdade é que, durante a colonização, há registo da criação de várias publicações que, porém, tinham vida curta. Fonseca explica que para sobreviver, os órgãos de informação tinham de se sujeitar ao poder político. O jornal quinzenário independente “Ecos da Guiné”, cuja primeira publicação foi em janeiro do 1920, nem sequer sobreviveu um semestre porque era “defensor dos interesses da província” e “para viver teria que se sujeitar à imposição do governo” (Fonseca 2016, p.125).

A colaboração com o regime colonial era fundamental para a sobrevivência. Não admira por isso que muitos órgãos de informação fossem dirigidos por funcionários públicos e não por empresas jornalísticas independentes.

O ano de 1930 marcou a data do nascimento dos jornais de autoria de guineenses. O Comércio da Guiné é considerado o primeiro. Foi criado pelo advogado guineense Armando António Pereira. Embora este periódico tenha durado pouco tempo “teve participação de muitos guineenses, inclusive do Pai do Amílcar Cabral” (Lopes 2015, p.36). Na década de 30, surgiram outras três publicações como o “15 de Agosto, a Sport Lisboa e Bolama e a Guiné Agradecida” (Lopes 2015, p. 36).

Nos anos 50, Amílcar Cabral também fundou um jornal, o Boletim Informativo. Criado “em 1953 pelo Amílcar Cabral na qualidade do Diretor do Serviços Agrícolas”, teve como objetivo a “sensibilização e promoção da agricultura” (Lopes 2015, p. 36, 37).

O fundador do PAIGC iria começar, mais tarde, em 1960, uma outra publicação, o Jornal Libertação e a seguir a rádio com o mesmo nome. Ambos serviriam de canais de comunicação e divulgação das atividades do partido. A guerra na Guiné-Bissau iria eclodir em 1961. Antes, em 1956, foi fundado o jornal O Bolamense, editado pela Delegação Regional da Cultura e Turismo e impresso na Tipografia de Bolama.

O Arauto era um jornal da Igreja Católica criado em “1942 até 1968 data em que deixou de ser publicado, na sequência de períodos difíceis caracterizados por dificuldades técnicas na sua tipografia em Bissau” (Lopes 2015, p.36).

Lopes, citando ainda o jornal Anuário da Guiné Portuguesa, escreveu que “a colónia da Guiné dispunha igualmente de um serviço da radiodifusão nacional” (Lopes 2015, p. 38). A Emissora da Guiné, instalada em Bissau, foi criada em 1944 e emitiu até 1946. “Limitava-se a retransmitir os programas produzidos em Lisboa” (Lopes 2015, p.38) e era “administrada pela repartição Central dos Serviços dos Correios Telégrafos e Telefones (CTT), um emissor de ondas curtas de 1 KW de potência” (Camará 2013, p.21).

O crioulo foi instrumento de resistência na luta entre o PAIGC e o regime colonial. A língua nacional ganhou espaço na rádio guineense. “O destaque dado ao crioulo estava relacionado com a fraca penetração do português e também por ter sido uma língua amplamente vulgarizada nas antenas da rádio Libertação” (Lopes 2015, p.40).

Lopes escreve que na época colonial “algumas revistas e jornais editados em Lisboa chegavam a Bissau de forma selecionada e versavam assuntos da longínqua metrópole (...) sem referências à Bissau” (Lopes 2015, p.37).

Portugal vive, neste período, uma ditadura assim designada pelo próprio presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar. Este é o homem que começa por entrar, em 1928, no governo português para a pasta da economia, afirmando: “sei muito bem o que quero e para onde vou”. Acabou por “ir” para África para onde enviou tropas, a partir de 1961, com o objetivo de garantir o “Portugal uno e pluricontinental do Minho a Timor” (site de República Portuguesa Defesa Nacional).²²

Era o tempo dos movimentos de luta armada, nos territórios africanos sob ocupação portuguesa, que exigiam a independência. Com o regime do Estado Novo veio a censura prévia que, claro, se aplicava também na África ocupada. “Todas as publicações, número a número, artigo a artigo tinham de ser analisadas e aprovadas previamente pela Comissão Nacional de Censura” (Lopes 2015, p.37).

Quer Salazar quer, mais tarde, Marcelo Caetano usaram o poder dos meios de comunicação como “a televisão e a rádio para ter acesso à população portuguesa – desvirilizada e inerte por quarenta anos de obscurantismo, despolitização e ditadura – e inculcar nela uma projeção simpática da sua imagem pessoal” (Rodrigues 1975, p. 98) e assim tentar convencer a população portuguesa da necessidade de continuar a enviar os jovens para a guerra “e em força”.

Do lado guineense, a resistência, claro, usava também os media. Amílcar Cabral, fundador do jornal e da rádio, já citados, canalizava os poucos recursos para promover o debate político. A Rádio Libertação, que começou a emitir nas matas da Guiné-Conacri, “mexeu com todo o aparelho político e administrativo coloniais” (Lopes 2015, p.41).

Para Évora & Sousa, “o PAIGC foi o primeiro ator social guineense a usar de voz impressa própria, com intuítos propagandísticos e independentistas” (Lopes 2015, p.79).

²²Início da Guerra de África 1961-1965

<https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/organizacao/comissoes/cphm/rphm/edicoes/ano1/n12021/bios/lidpolitica/aos/> acesso: 03-12-2023

A “Rádio Libertação iniciou a sua emissão em 1967, naquela época serviu de meio de mobilização da população para a luta armada contra o colonialismo português permitindo ao PAIGC um contato direto com a população” (Camará 2013, p. 21, 22). Era usada como forma de coordenação entre Cabo-Verde e Guiné-Bissau na organização para a luta pela independência e “foi também um fator de aproximação entre os militantes e combatentes, com as quais podiam seguir o desenrolar da luta nas várias frentes na Guiné e em Cabo Verde, ouvida em todas as regiões da Guiné e nos países limítrofes” (Camará 2013, p. 22).

Com a revolução do 25 de Abril de 1974, Portugal reconhece a independência da colónia que foi a primeira a declarar, em 1973 e unilateralmente, a libertação do colonizador.

Cinco meses depois da Revolução dos Cravos, o poder oficial na Guiné-Bissau passa das mãos de Portugal para o novo governo guineense liderado por Luís Cabral, irmão de Amílcar Cabral, um dos fundadores do PAIGC assassinado em 1973. É ao PAIGC que cabe, no momento fundador da independência do país, assumir a governação.

O novo cenário traz mudanças também no panorama da comunicação social. Em 1975, a Rádio Libertação passa a designar-se como Radiodifusão Nacional (RDN). Também o jornal Libertação se transforma no jornal Nô Pintcha. Quer a rádio quer o jornal são, por isso, desenhados pelo PAIGC e são ainda hoje órgãos de comunicação do Estado guineense seja qual for o partido que esteja no poder.

Para o poder político guineense tem sido importante controlar os media chegando mesmo a perseguir quem tenta contrariar o sistema instituído. “Quer na radiodifusão quer no jornal Nô Pintcha, os jornalistas que não defendiam o poder eram perseguidos, muitas vezes até presos” (Camará 2013, p.22).

O país vive, nesta altura, o regime do partido único. Os jornalistas eram obrigados a colaborar com o poder político. Com esta atitude, o PAIGC contribuiu para o aparecimento tardio dos OCS privados. É uma altura em que não se pode falar “de jornalismo na Guiné-Bissau” porque ser jornalista, naquele momento da história, “era, antes de mais, admitir a existência de uma caixa de ressonância direcionada ao cumprimento dos desígnios do único partido que acabou por permanecer, sem alternância, no poder, cerca de três décadas” (Cristóvão et al, 2005, p.542).

O monopólio da informação pelo PAIGC durou 19 anos, de 1973, ano da declaração da independência, até 1991, data da abertura ao multipartidarismo logo também ao pluralismo da e na informação.

Na imprensa regista-se a criação do Expresso Bissau, em 1992, como o primeiro jornal privado a ser impresso no país.

Depois de décadas de sujeição às regras não democráticas do país colonial e de anos ao serviço de um só partido, pode dizer-se que os media na Guiné-Bissau apresentavam um nível de subdesenvolvimento elevado. Tinha finalmente chegado o tempo da “liberalização económica e da abertura política, o multipartidarismo ou pluralidade política no país” (Cristóvão et al, 2005, p.542).

Mas, ao contrário do que se pode pensar, os tempos que se seguiram não trouxeram o fim da instabilidade político-militar e com ela a história dos media no país continuou a fazer-se cheia de percalços, avanços e recuos.

A primeira e única televisão nacional da Guiné-Bissau, foi criada em 1987. O seu funcionamento dependia da “cooperação entre Portugal e a Guiné-Bissau, na altura denominava-se RTGB/Radiotelevisão da Guiné-Bissau, dependia financeira e materialmente de Portugal” (Cristóvão et al, 2005, p.542).

Atualmente o centro emissor está instalado em Nhacra, setor de Oio, uma localidade perto de Bissau que cobre o setor autónomo da capital. Continua sem ter cobertura nacional.

Hoje, na Guiné-Bissau, está registado, na base de dados do (SINJOTECS), um total de 51 órgãos nacionais e locais. Desses, 30 são rádios comunitárias, 14 rádios privadas, 3 jornais privados (Democrata, a Última Hora e o Donos da Bola), 4 públicos: uma rádio um jornal, uma agência de notícias e uma e única televisão. Até termino deste estudo, não é publicado no país qualquer jornal comunitário, mas chegou a existir um, no bairro de Quelelé. O “Dia-dia de Quelelé” foi o único jornal comunitário que conseguiu fazer algumas publicações retratando a vida da comunidade. Devido aos problemas conjunturais da imprensa escrita do país o “Dia-dia de Quelelé” não sobreviveu à tempestade” (Bodjam 2022, p.42).

A comunidade do bairro de Quelelé chegou mesmo a ter um canal de televisão comunitária, a TV Quelelé. A dada altura, a Guiné-Bissau teve 4 canais de televisão comunitária. A TV Quelelé foi a única que resistiu até fechar a emissão “por motivos vários, desde administrativos, financeiros, como falta de equipamentos. A Guiné-Bissau ainda não tem televisão privada” (Bodjam 2022, p.42).

O mesmo tipo de problemas conjunturais tem afetado a imprensa escrita. O número dos jornais suspensos é muito superior aos que são hoje impressos. São, mais uma vez, as razões financeiras que estão na base do encerramento bem como o “fraco volume de venda

dos jornais, o surgimento das redes sociais, os media digitais e a pressão política” (Bodjam 2022, p.36).

Todos os órgãos estatais enfrentam, atualmente, obstáculos contrários ao normal funcionamento, desde a falta de meios para a deslocação dos jornalistas para a cobertura regional dos diversos acontecimentos até à insuficiência “quantitativa e qualitativa dos recursos humanos, passando pela falta de equipamento desde câmaras, gravadores, microfones ou mesmo computadores” (Bodjam 2022, pp. 30-31).

Não é estranho encontrar nas redações dos órgãos públicos, por exemplo, material de trabalho doado pelo governo chinês como também é comum ver jornalistas com coletes de trabalho com a bandeira dos Estados Unidos da América desenhada nos mesmos.

Existem algumas delegações dos ocs internacionais na Guiné-Bissau, nomeadamente a delegação da RTP e a Rádio França Internacional (RFI), cada uma delas tem o seu correspondente em Bissau. Ambas têm retransmissores nas regiões de Oio setor de Nhacra, a RDP tem também na região de Tombali setor de Catio. (Ver anexo 6).

Hoje a internet é um meio de comunicação acessível, “livre e interativo, e simultaneamente o instrumento chave e o símbolo deste novo sistema tecnológico, tal como o foi o motor elétrico na difusão da capacidade energética da eletricidade” (Castells, 2005, p. 20). A sua expansão e o seu carácter liberal têm desenvolvido nos indivíduos e nas comunidades o espírito de “novas formas de reivindicação e mobilização da cidadania” (Castells, 2005, p.21).

Para Canavarro e Cardoso (2013), a internet é o canal privilegiado para as comunidades debaterem os problemas que lhes interessam. “É um canal facilitador da discussão pública de temas da agenda política nacional e internacional, permitindo assim a realização de uma fórmula democrática mais direta” (p.6).

A qualidade da internet não se limita à “aplicação de software para criar uma máquina que simula ações humanas, mas em termos políticos mais relevantes, uma interação social” (Esteves, 2010, p. 183).

Sobre o tema, Inês Amaral afirma que “a lógica da internet como plataforma de rede social facilita às pessoas a oportunidade de se associarem a outros com quem partilhem interesses, encontrar novas fontes de informação e publicação de conteúdo e opinião” (Amaral, 2016, p 20).

A evolução da internet fez surgir na sociedade outras formas de comunicação e facilitou a distribuição de informações, criando o que se chama de novos media. Sobre o tema, Gil Baptista Ferreira afirma que o termo “novos media foi usado pela primeira vez

por escritor Marshall McLuhan, na segunda metade do século XX no seu texto sobre Harold Innis. O termo surgiu associado a aspetos de natureza técnica, em ligação com noções tão diversas como eletrónica de informação” (Ferreira 2018, p.26).

Tal como sucede com outras tecnologias, os desenvolvimentos mais recentes dos media não são exatamente uma questão tecnológica e de otimização dos dispositivos de comunicação. Para a sua mais adequada compreensão, tendem a ser analisados e explicados pelas consequências que a sua existência tem nos indivíduos e na sociedade. Consequências profundas: as tecnologias que emergiram nos anos mais recentes, principalmente as digitais, mas não em exclusivo, são novas. Fazem coisas novas. Dão-nos novos poderes. Criam consequências para nós enquanto seres humanos. Moldam espíritos. Transformam instituições (Ferreira, 2018, p.22).

O uso e a influência desse meio têm exercido mudanças nos relacionamentos, nos pensamentos e comportamentos das pessoas na sociedade.

Novo paradigma da comunicação é orientado para a sociabilização e para a socialização, sendo baseado em plataformas de rede social e conteúdos criados pelos novos media são as plataformas que impulsionaram as mudanças, são softwares sociais que potenciam a interação social (Amaral, 2016, p.29, 31).

As novas tecnologias, potencialmente comunicativas, têm colocado os media tradicionais mais próximos do público. As publicações das notícias em plataformas digitais, como o Facebook, permitem uma maior interação entre os grupos sociais, o que pode funcionar “como um reforço das formas de vida democrática e, em particular, de uma democracia exigente” (Esteves, 2010, p182).

De certa forma, os novos meios de comunicação ao criarem canais de socialização estão “afetando a sociedade e influenciando a vida das pessoas e a noção de comunidade” (Recuero, s/d, p.5).

Ferreira defende que a participação cívica se relaciona com um maior volume de informação à disposição dos cidadãos. “Quanto mais informação houver disponível e mais os indivíduos puderem considerar os argumentos e as reivindicações dos outros, tanto mais poderão gradualmente modificar os seus pontos de vista originais” (Ferreira, 2018, p. 187).

Como costuma dizer o povo, “informação é poder”, mas, defende Inês Amaral:

A participação social pode promover uma agenda democrática, mas não é um sinónimo disso, e isto significa que a participação online não é necessariamente cívica. No entanto, os media sociais e os sites de rede social

têm sido um elemento-chave na ação coletiva através da Internet (Amaral, 2016, p.176).

Importa salientar a definição do conceito de participação dada por Nico Carpentier à luz de duas correntes, a minimalista e maximalista:

In the minimalist model, democracy is confined mainly to processes of representation, and participation to elite selection through elections that form the expression of a homogeneous popular will. Participation here, in this minimalist model, exclusively serves the fields of institutionalized politics because the political is limited to this field. In the maximalist model, democracy is seen as a more balanced combination of representation and participation, where attempts are made to maximize participation (Carpentier, 2015, p.18).

Nesta busca de compreensão, Carpentier reforça que: “Participation remains articulated as a contribution to the public sphere but often mainly serves the needs and interests of the mainstream media system itself, instrumentalizing and incorporating the activities of participating non-professionals” (Carpentier, 2015, p. 19).

O domínio da Guiné-Bissau na internet é conhecido pelo sufixo GW, publicado no Boletim Oficial (lei nº 7/2012).

Mas foi desde 1999 que o país obteve o seu domínio na internet, na altura atribuída pela Guiné Telecom. Depois do encerramento desta, “o domínio passou a ser gerido pelo governo, mais tarde foi capturado pelos internautas e usado pelos fins inapropriadas, pornografias e com apoio da sociedade portuguesa [DNS.PT](https://www.dns.pt) foi possível o resgate do domínio”.²³

Na Guiné-Bissau, a empresa pública de telecomunicações, denominada Guiné Telecom, começou sob a alçada da Direção Geral dos Correios e Telecomunicações, mas em 1989 deixou de integrar esse serviço e, nesse mesmo ano “iniciou-se a concessão e exploração do serviço público de telecomunicações” como empresa pública que respondia diretamente ao governo. (Edição policopiado, ver anexo 13)

²³Guiné-Bissau recupera identidade na Internet

<https://www.voaportugues.com/a/guine-bissau-recupera-identidade-na-internet/2535771.html>

A empresa começou por se apresentar como o “garante de serviço de telecomunicações à população guineense e além-fronteira, contribuir para o desenvolvimento económico social do país e ser uma empresa modelo com padrões de qualidade de nível europeu e, como líder do mercado” (edição policopiada).

Em 2003 foi criada a partir da Guiné Telecom a Guinetel “com vocação para a telefonia móvel, com capital maioritário da Guiné Telecom, e minoritário da Portugal Telecom e de um consórcio de funcionários da empresa” (Bodjam 2022, p.27).

Passados anos, a Guiné Telecom e Guinetel enfrentam dificuldades em fornecer os serviços de telecomunicações, devido ao fato do Estado guineense “nunca ter pagado as contas telefónicas, nem os serviços que lhes temos prestado”.²⁴

Afirmações feitas por Guilherme Anicete à imprensa, responsável do conselho de administração de Guiné Telecom.

Em janeiro de 2023, o governo anunciou a venda de 80% das ações das duas empresas públicas que forneciam serviços de telefone fixo e móvel no país, a Guiné Telecom e a Guinetel, detidas pelo “Estado guineense tinha (com 51%) e Portugal Telecom (49%)”.²⁵

Até hoje o Estado não conseguiu ainda reerguer as duas empresas públicas de telecomunicações e o país continua sem cobertura nacional de rede móvel. Até mesmo na capital, há zonas com cobertura deficiente sendo que os serviços de internet e de telecomunicações estão nas mãos de multinacionais como a Orange (francesa) e MTN (Sul-africana).

A Orange Bissau começou a operar em 2006 e no ano seguinte surgiu a MTN. Essas duas operadoras fornecem os serviços de internet, chamadas telefónicas e venda de dispositivos eletrónicos de comunicação.

O país não tem, até ao momento da conclusão deste estudo uma lei que regule a comunicação online. A Ordem dos Jornalistas e a SINJOTECS já apresentaram uma proposta de lei neste âmbito.

Apesar de país ainda não ter uma cobertura nacional de rede móvel, os utilizadores da internet têm vindo a evoluir, em 2021 o número global dos utilizadores “atingiu um total de 1 09256 por um total de população de 1 646077 (ARN, sd, p.1).

²⁴Estado deve 30 milhões de euros à Guiné Telecom.

https://www.rtp.pt/noticias/economia/estado-deve-30-milhoes-de-euros-a-guine-telecom_n86246

²⁵Governo da Guiné-Bissau quer vender 80% das ações da Guiné Telecom e da Guinetel.

<https://www.lusa.pt/lusofonia/article/2023-01-27/40207914/governo-da-guin%C3%A9-bissau-quer-vender-80-das-a%C3%A7%C3%B5es-da-guin%C3%A9-telecom-e-da-guin%C3%A9tel>

Existem canais online de ativistas políticos e jornalistas, considerados *influencers* digitais guineenses. Cada um na sua forma de comunicação, alguns com objetivo de influenciar o seguidor em aderir um produto ou uma marca, divulgação da cultura e eventos. Certos deles limitam as suas comunicações para informar, motivar ou moralizar os seguidores.

2.1. As legislações dos media guineenses

Os media guineenses estão regulamentados principalmente na constituição da República no capítulo II dos direitos, liberdades garantias e deveres fundamentais. Através dela é garantida a liberdade de imprensa, um serviço de imprensa, de rádio e de televisão.

Os OCS são reconhecidos como veículos de informação na sociedade, sendo que a população não só goza do direito de opinar e expressar como também têm direito de serem informados sobre os verdadeiros acontecimentos da sociedade e do mundo.

Nesta perspetiva, desde a abertura ao multipartidarismo em 1991, os media guineenses estão regulados através dos seguintes instrumentos jurídicos:

Direito Internacional e Convencional: os principais instrumentos jurídicos, normas relevantes e jurisdição” (Pires 2018, p. 15). E ainda apresenta as leis:

Lei da Imprensa Escrita e de Agência de Notícias – nº 1/2013,

Lei da Liberdade de Imprensa nº 2/2013;

Lei da Televisão nº 3/2013;

Lei da Radiodifusão nº 4/2013;

Estatuto de Jornalista nº 5/2013;

A Lei da Publicidade nº 6/2013;

A Lei do Direito da Antena e Réplica Política nº 7/2013. (Pires 2018, p.15)

Também existe a Lei 5/2010 Lei de Base das Tecnologias de informação e Comunicação. Em 2022 o governo criou Decreto nº 13/2022 que regulamenta a atribuição e renovação de alvarás para o exercício da atividade de radiodifusão.

No preâmbulo, o executivo alega que a criação da lei se deve às “constantes situações de desordem e inadimplemento que se verificam em relação às obrigações inerentes à atribuição das licenças provisórias e as respetivas renovações em que se encontra a maior das rádios privadas e comunitárias, que operam no país” (Decreto 13/2022).

Além dessas leis descritos em cima, há ainda leis que abrangem os media guineenses, jurista e ex-ministra da justiça guineense Carmelita Pires descreve as seguintes:

A Lei de Base das Tecnologias de Informação e Comunicação nº 5/2010, de 27 de maio de 2010.

O Código Civil – Decreto Lei nº 47-344, de 25 de novembro de 1966;

O Código de Processo Civil – Decreto-Lei nº 323/70, 2 de setembro de 1970;

O Código Penal – Decreto-Lei nº 4/93, 13 de outubro de 1993;

O Código de Processo Penal - Decreto-Lei nº 5/93, de 13 de outubro de 1993;

O Registo de Imprensa – Registo de Imprensa - Decreto nº 39/92, de 12 de setembro de 1992. (Pires 2018, p. 15,16).

O Ministério da Comunicação social, com competência de planejar, aplicar as estratégias de políticas de comunicação nacional e atribuir o alvará para atividade de comunicação ao nível nacional. A Autoridade Reguladora Nacional (ARN), o órgão que colabora com governo na definição de política de comunicação, e assegurar a gestão do espectro radioelétrico, envolvendo a planificação, a atribuição dos recursos espaciais e a sua supervisão.

O Conselho Nacional de Comunicação Social (CNCS) é um órgão independente funciona nas instalações de ANP. Tem entre outras as competências de fazer: apreciar as condições de acesso aos direitos de antena, de resposta e de réplica política, pronunciando-se sobre as queixas que a esse respeito lhe sejam apresentadas; Dar parecer sobre assuntos da sua competência, quando solicitado pela ANP, pelo departamento governamental competente, pelos proprietários dos órgãos de comunicação social ou seus diretores e pela organização representativa dos jornalistas e ainda é atribuído a este órgão “assegurar o exercício do direito à informação e a liberdade de imprensa; Zelar pela independência dos órgãos de comunicação social perante os poderes políticos e económicos; Contribuir para garantir a independência e pluralismo de cada órgão de comunicação social do Estado; Salvar a possibilidade de expressão e confronto através dos meios de informação, das diversas correntes de opinião e providenciar pela isenção, rigor e objetividade da informação.

Em 2020 foi aprovada no conselho dos ministros a proposta de lei de regulamento da carteira profissional de jornalistas, contudo, ainda não foi promulgado pelo presidente da República e consequente publicação no Boletim Oficial, assim sendo, não está em vigor essa lei que regulamenta o “sistema de acreditação profissional dos jornalistas, cria a comissão da carteira profissional (CCP) , estabelece as suas regras de organização e

funcionamento, e institui regras de procedimento disciplinar para infrações profissionais do jornalista” (SINJOTECS, edição policopiada).

Existem ainda propostas leis elaborados pelo SINJOTECS e a Ordem dos Jornalistas: código deontológico dos jornalistas e a lei sobre a comunicação online que não foram discutidas.²⁶

A lei da Liberdade de Imprensa guineense lei nº 2/2013 de 25 de junho “define as bases gerais do regime jurídico aplicável à imprensa, estabelecendo princípios fundamentais da Comunicação Social, regula a liberdade de imprensa “que se manifesta pela liberdade de expressão do pensamento através da imprensa escrita, radiodifusão, televisão consagrada na constituição” (lei 2/2013).

Para o Estado guineense a liberdade de imprensa implica entre outros:

O reconhecimento dos direitos e liberdades fundamentais dos jornalistas, o direito de livre impressão e circulação de publicações, sem que alguém a isso se possa opor por qualquer meios não previstos na lei.

“O direito dos cidadão a serem informados é garantido na lei através “de medidas que impeçam níveis de concentração lesivos do pluralismo da informação, da publicação do estatuto editorial das publicações informativas; do respeito pelas normas deontológicas no exercício da atividade jornalística” (Lei 2/2013).

Nesta lei são definidos como limites da imprensa “a salvaguardar o rigor e a objetividade da informação, a garantir os direitos ao bom nome, a reserva da intimidade da vida privada, à imagem e à palavra dos cidadãos e a defender o interesse público e a ordem democrática” (Lei 2/2013).

O artigo 3º da lei 4/20213 de 25 de junho Lei da Radiodifusão, prevê o concurso público para obtenção da licença para o exercício da atividade de radiodifusão. Desde a data desta lei até hoje, em todas as rádios criadas no país, em nenhuma delas foi realizado o concurso público.

A lei declara no artigo 7º garantir acesso às fontes oficiais de informação aos jornalistas profissionais no exercício das suas funções. No entanto, o acesso não será consentido em relação aos processos em segredo de justiça, aos factos e documentos

²⁶ A nossa pesquisa sabe que estas propostas leis não foram ainda discutido e nem aprovado no conselho dos ministros.

qualificados como segredo militar ou Estado, aos que sejam secretos ou confidências por imposição legal e, ainda, aos que digam respeito à reserva da vida privada dos cidadãos.

O Estado guineense reconhece o papel importante da imprensa referindo o seguinte no preâmbulo:

(...) constitui, sem dúvida, um dos sectores fundamentais nesse novo contexto, pois que ao realizar as suas múltiplas funções de informação, de integração social, de educação e promoção cultural, de diálogo e de debate, pode e deve desempenhar o papel de promotor do desenvolvimento e da democracia no nosso país (lei 2/2013).

2.2. Rádios privadas na Guiné-Bissau

Num mercado comercial quase inexistente e, portanto, muito pouco rentável, sobrevivem as rádios privadas também chamadas de rádios comerciais. Neste momento, na Guiné-Bissau, emitem 14 privadas e 30 comunitárias.

Ao longo da nossa pesquisa identificámos 4 modelos de financiamento de rádios: as que são propriedade de políticos militantes, as que são a voz de confissões religiosas, as que nascem da iniciativa de empresários e aquelas que vivem do financiamento de ONG.

As rádios Pindjigueti e Bombolom, ambas instaladas em Bissau, foram as primeiras privadas/comerciais a emitir no país. Foram criadas em 1995 por “antigos jornalistas guineenses afetos à Radiodifusão Nacional” (Camará 2013, p.22).

No ano a seguir nasce a Mavegro. Funcionava 24 horas e “na sua fase inicial emitia apenas músicas, mais tarde os serviços noticiosos dos serviços centrais da BBC em língua inglesa” (Lopes 2015, p. 73).

Durante o conflito armado de 1998, que começou em Bissau, a Bombolom foi ocupada pela junta militar, mas as três foram obrigadas a deixar de emitir. Durante 11 meses o exercício do jornalismo foi suspenso. A Bombolom passou a chamar-se Rádio Voz de Junta Militar.

No rescaldo do 7 de junho, nasce a Sol Mansi (RSM), a primeira rádio de iniciativa religiosa. Foi criada pela Igreja Católica, em 14 de fevereiro de 2001, pelo Padre Davide Sciocco, viu o papel que as rádios desempenharam na guerra civil de 1998-99 na Guiné-Bissau, e desta considera que:

As rádios foram uma “arma” fundamental no conflito, e toda a população escutava “religiosamente” os programas e convites a apoiar as diferentes partes, o seu pensamento foi “se a rádio foi usada para favorecer a guerra, porque não fazer uma rádio para favorecer a paz, a reconciliação e o desenvolvimento? (Site da rádio Sol Mansi)²⁷

Hoje a Sol Mansi é ouvida na frequência de 101.8 Mhz tem duas emissoras em Bafatá através de 101.8 Mhz, em Mansoa 90.0 Mhz, todas “elas funcionam sob uma única direção executiva, mas cada uma tem a sua própria licença provisória de emissão radiofónica” (Bodjam 2022, p.33). Foi criada em 2005, 4 anos depois da RSM, pela Rede Nacional das Associações Juvenis (RENAJ). Emite na frequência de 102.8 Mhz e define-se como “um instrumento de mobilização popular para o reforço da cidadania”.²⁸

No mesmo ano, o grupo Media da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) criou a Rádio Nossa, um projeto que “visa a promoção da missão evangélica e aborda igualmente assuntos sociais da vida publica guineense” (Amadú Madja Fofana, entrevista pessoal, 2023, 19 de junho).

Também religiosa é a Rádio Paz 89.5 Mhz, criada em 2007, pela organização muçulmana Associação Juvenil para Reinserção Social da Guiné-Bissau (AJURES) com uma “linha editorial de promoção da paz e da religião islâmica” (Jane Vaz, entrevista pessoal, 2023, 21 de junho).

Em 30 de dezembro de 2017, foi criada a emissora evangélica cristã, a Rádio Luz 97.1Mhz da Igreja Assembleia de Deus que funciona nas instalações da própria Igreja, em Bissau (José Willian Andrade, entrevista pessoal, 2023, 14 de junho).

A rádio privada África FM também foi criada em 2017, Propriedade de atual primeira Dama Denise Reis Embaló, é generalistas voltada para a comunicação política (SINJOTECS base de dados, edição policopiada).

É de salientar que a rádio África FM é a única rádio privada que nem o seu diretor, administrador ou jornalista não nos concedeu entrevista no quadro deste estudo. A Rádio Bombolom FM apesar do administrador mostrar a disponibilidade, não conseguimos ter uma entrevista longa que nos permita recolher mais informações. O administrador disse-

²⁷Como surgiu a Rádio Sol Mansi.

www.radiosolmansinet.net/index.php/pages/quem-somos.html

²⁸ Site oficial da Rede Nacional das Associações Juvenis/ www.renaj.gw

nos que não é necessário gravar, em breves palavras afirma que na sua estação emissora “não tem nenhuma pressão externa e nem outro tipo de situação de queixa contra poder político ou outra entidade” (Tcherno Djaló, 2023, 05 de julho).

A Rádio Cidade funciona no centro da cidade de Bissau é ouvida em 105.6 Mhz, criada em 2002 por ex-funcionário da rádio Galáxia de Pindjiguite Nicásio Benício Pereira. A Cidade FM é uma emissora generalista (SINJOTECs base de dados, edição policopiada).

Igualmente orientada para a evangelização, é fundada “em 2019, a estação emissora Evangélica Voz de Esperança a sua frequência é 95.5 Mhz” (Sibite Camará, entrevista pessoal, 2023, 28 de junho).

Chegados a 2021, é fundada a rádio Al-barakah pela “organização islâmica DIRECT AID (ajuda direta) que pertence à antiga Agência Kuwait Muçulmana para África, focada na promoção da religião islâmica, na Guiné-Bissau” (Bubacar Bari, entrevista pessoal, 2023, 26 de junho).

A rádio Popular 90.4 Mhz, generalista, criada em 2022, situada em Bissau, da propriedade de Felix Bulut Nandungue político do partido da Renovação Social” (Serifo Tawel Camará, entrevista pessoal, 2023, 26 de junho).

Em 2022 é lançada uma rádio virada para o ensino e a aprendizagem, a Rádio Escola São José, da cooperativa escolar do mesmo nome.²⁹

A jurista e antiga ministra da Justiça Carmelita Pires considera “gritante a falta ou insuficiência de equipamentos e meios modernos, vencimentos baixos que chegam muitas vezes atrasados, criando incerteza, falta de planificação e na instalação de serviços, a incapacidade de autofinanciamento das rádios comerciais e comunitárias” (Pires 2018, p.11).

²⁹Cooperativa escolar São José lança rádio educativa e website. <https://www.odemocratagb.com/?p=36674>

2.3. A CFM no panorama dos media guineenses

A CFM surgiu no panorama mediático guineense em 2015 como descrevemos em cima, um período de crise política, com programas de debates políticos sobre o cenário que então que se vivia no país.

Na grelha de programação tem entre outros (Face a Face, Pontos nos “T’s”, ângulo Aberto, Debate Nacional) mas também programas virados para a cidadania como (Frequência Ativa, Frequência Passiva, Provedor do Ouvinte). São espaços em que são convidados partidos políticos e especialistas de diferentes áreas da vida social.

Esta rádio de debate e opinião dos guineenses nos programas e, que enfrentou ataques, o diretor Executivo analisa a situação de uma forma que, disse, não se restringe só a Guiné-Bissau, como a toda a África e ao mundo em geral, motivado por interesses circundantes à volta de comunicação social.

“No caso da rádio Capital FM desde a sua criação a esta parte a pressão nunca parou, tendo em conta a sua linha editorial, a sua forma interventiva que vai numa perspetiva de pedir conta aos governantes” (Lassana Cassama, entrevista pessoal, 2023, 28 de junho).

As intervenções dos cidadãos na rádio de “pedir conta” aos governantes flui a cada dia que passa e “revolucionou o senso critico” dos cidadãos guineenses sobre a governação (Braima Sambú, entrevista pessoal, 2024, 06 de janeiro).

O Secretário-Geral do SINJOTECs reconheceu este papel ao afirmar que “a CFM presta na sociedade guineense um serviço público bom, a sua linha editorial é que incomoda o governo, e nós condenámos as ataques a CFM. Pena que os infratores ainda mantêm impunes” (Diamantino Domingos Lopes, entrevista pessoal, 2024, 06 de janeiro).

A atualização da taxa de alvará por parte do governo, visava “na minha opinião bloquear a rádio Capital, porque não tem trabalhado ao reboque do governo como fazem algumas rádios” (Amadú Madja Fofana, entrevista pessoal, 2023, 19 de junho).

O entendimento do jornalista sobre esta matéria, seria “chamar responsáveis dos órgãos para negociação dos conteúdos produzidos nos media, e, se não concordarem, e encerram as rádios” (Amadú Madja Fofana, entrevista pessoal, 2023, 19 de junho).

Na CFM, o estatuto editorial está centrado em duas grandes partes, “a primeira é interventiva e aberta, aos ouvintes, e a segunda parte é mais analítica de debates sobre o quotidiano, a questão do género, dos direitos humanos, das liberdades individuais dos

cidadãos, e da integração das minorias” (Tiago Seidi, entrevista pessoal, 2023, 29 de junho).

Tiago Seidi fala ainda como funciona o estatuto editorial da rádio na produção diária dos conteúdos programáticos e noticiosos:

Nós costumamos dizer que o ouvinte é o patrão da rádio. Ele é que explica como quer que a rádio seja feita, portanto, ali está a nossa diferença. Surgimos e num curto espaço de tempo assumimos a nossa identidade própria e o nosso espaço. Conquistámos o público através de um estilo inovador e original de fazer rádio. A nossa abordagem ao longo da existência da rádio tem sido uma abordagem de temas inéditos na sociedade guineense, os temas que não eram abordados nas rádios. Quando a CFM surgiu fez desses temas o acento tónico da sua programação. A nossa prioridade não é a deslocação de um governante para o exterior ou a cobertura noticiosa de um atelier em que um governante vai participar, mais sim o dia-a-dia da população que não consegue água potável, que apesar de estar numa zona com riqueza dos recursos naturais, o bauxite, o fosfato, areias pesadas, não consegue usufruir dessas riquezas, não consegue pequeno almoço, almoço ou janta, as crianças não têm a escola e não conseguem um tratamento médico adequado (Tiago Seidi, entrevista pessoal, 2023, 29 de junho).

O governo guineense concedeu à entidade proprietária da rádio Capital a licença para exercer atividade de radiodifusão no país desde 2013, (ver anexo 11). Para o diretor do jornal privado Donos da Bola, Lucas Mendes de Carvalho Estatuto Editorial da CFM é que constitui as motivações dos ataques, e acredita que o exercício do jornalismo “justo, isento e transparente que a CFM faz, continuará a ser perseguido, atacada para ser licenciada, mas é necessário resistir” (Lucas Mendes de Carvalho, entrevista pessoal, 2024 06 de janeiro).

O responsável de redação da rádio popular Bacar Malam Mané, disse que a CFM é uma das emissoras privadas “que dá oportunidade a cidadão expressar a sua aspiração, contudo, há ouvintes que fogem à regra. O ofender não faz parte de debate de ideias, o apresentador do programa deve ser capaz de impedir o uso abusivo do espaço” (Bacar Malam Mané entrevista pessoal, 2024, 06 de janeiro).

Aliu Baldé jornalista do jornal Público Nô Pintcha, viu os OCS privados “aparentemente mais livre e tem sido alvo de agressões físicas e verbais pelas entidades que deveriam zelar pela defesa e proteção de jornalistas, sobretudo nos últimos quatro anos, como ataques à Rádio Capital”. Os motivos desses ataques visam apenas “silenciar as vozes críticas” que se fazem ouvir nalguns programas da CFM.

A CFM tem demonstrado para alguns atores sociais como uma rádio que emite os valores democráticos e princípios do contraditório nas suas comunicações. O jornalista vê na CFM uma rádio que “emergiu e conquistou rapidamente a credibilidade do público ouvinte através dos seus programas que, na minha opinião, têm respeitado as vozes contrárias que têm permitido os ouvintes tirar as devidas ilações” (Aliu Baldé, entrevista pessoal, 2024, 07 de janeiro).

A CFM tem contribuído através da sua programação que o cidadão guineense possa “exigir e questionar as ações de governantes e de governação que há muitos tempo não existia na esfera de comunicação social guineense. Ato que o regime político culpa a CFM, mais que é essencial para sociedade guineense” (Braima Sambú entrevista pessoal, 2024, 06 de janeiro).

Na perspetiva do jornalista de “Donos da Bola”, os ataques à rádio Capital são motivados pela “sua linha editorial que tem como centro de atenção difundir a preocupação do povo e faz o sentir que faz parte do Estado e tem responsabilidade na boa ou na má governação” (Jacimira Segunda Sai, entrevista pessoal, 2024, 08 de janeiro).

Ussumane Mané Jornalista e Pivô da RSM atribui os ataques contra CFM ao governo pelo fato dos dispositivos usados no ataque são controlados por Estado “que não quer uma rádio que contribui no reforço do Estado de direito democrático” (Ussumane Mané, entrevista pessoal, 2024, 06 de janeiro).

A única explicação dos ataques contra a rádio Capital “tem como propósito calar a voz dos que apontam a má governação do regime político (Irama Turé, entrevista pessoal, 07 de janeiro).

Fulgêncio Mendes Borges do jornal Nô Picha afirma apreciar o modelo de jornalismo da CFM de promoção da cidadania fiscalizador da governação para viver numa sociedade justa (Fulgêncio Mendes Borges, entrevista pessoal, 2024, 08 de janeiro).

A diversidade da opinião pública numa sociedade democrática é fundamental, o jornalista da rádio Bombolom afirma que:

A CFM revolucionou a opinião pública na sociedade guineense, por ter disponibilizado espaços de debate políticos e espaços que permitem aos cidadãos ligar e opinar sobre o que estava mal. A CFM traz à tona todo o género jornalístico, uma forma de fazer rádio que não havia no país, que outros temem fazer. Isso desencadeou várias ameaças, houve tentativa de subornar pessoas afetas à rádio para destruir os equipamentos, foi difundido áudios de chamadas telefónicas, nos tínhamos informação, os ataques vieram a consumir-se mais tarde, a destruição dos equipamentos e até no ferimento dos funcionários. Eu sabia que o regime não deixaria a rádio trabalhar (Déllyo Sanca, entrevista pessoal, 2024, 07 de janeiro).

O repórter da rádio jovem falou no âmbito do nosso estudo, afirmando que a CFM para além de ter contribuído com os seus programas com uma “forma inovadora do jornalismo, a participação contribui para a população perceber diferentes matérias de governação. Eu enquanto profissional considero bom o papel da CFM porque é isso que os OCS devem fazer num país democrático” (Mamadi Ndjai, entrevista pessoal, 2024, 06 de janeiro).

A agressão que a CFM foi alvo “para mim é a tentativa de silenciá-la, porque tem programas que as pessoas emitem opiniões, há pessoas descontentes com esse modelo de jornalismo da CFM” (Cvestiana Ermen Malú, entrevista pessoal, 2024, 09 de janeiro).

“Para acabar tudo isso, deve haver união entre os profissionais e colocar o interesse da profissão em cima de interesses pessoais, só assim venceremos a batalha e fazer um Estado de direito democrático no país” (Cvestiana Ermen Malú, entrevista pessoal, 2024, 09 de janeiro).

Capítulo 3. – Metodologia

Neste capítulo pretendemos explicar os objetivos e o percurso adotado durante a nossa investigação.

Relativamente ao principal objetivo do nosso estudo, procuramos perceber qual o papel da Rádio Capital FM no processo de implementação da liberdade de imprensa na Guiné-Bissau, partindo da sua programação, em particular do jornalismo que é exercido nesta emissora privada. Pretendemos ainda enquadrar a Rádio Capital no universo mais

alargado dos media guineenses, em particular a rádio, e perceber a percepção dos jornalistas da Guiné-Bissau relativamente à sua profissão, à liberdade de imprensa e ao papel da rádio em todo este processo.

Na primeira fase do estudo foi feita uma pesquisa bibliográfica, em que foram identificados e selecionados livros, relatórios, artigos e sites de notícias. A informação recolhida foi depois cruzada com as legislações nacionais e internacionais.

Esta etapa é fundamental para iniciar o estudo de base científica e evitar ideias sem fundamento teórico. É necessário “romper com preconceitos e as falsas evidências, que somente nos dão a ilusão de compreendermos as coisas” (Quivy & Campenhoudt 1998, p.26).

Ainda na procura de orientação com vista a encontrar as melhores “proposições explicativas do fenómeno a estudar e prever qual plano de pesquisa a definir” (Quivy & Campenhoudt 1995, p.26).

Apostamos na entrevista como modelo de recolha de informação. A entrevista permite-nos “retirar dos entrevistados informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados” (Quivy & Campenhoudt 1998, p.192).

Apostamos na entrevista semidirecta com o objetivo de recolher informações para análise por constituírem um “acontecimento ou uma experiência precisa sobre aqueles que a eles assistem ou que neles participaram” Quivy & Campenhoudt 1998, p.193).

Escolhemos o método qualitativo para nos ajudar na análise dos dados resultante de “interações estabelecidas entre os sujeitos sociais que produzem discursos passíveis de análise e interpretação” (Ferreira et al. 2020, p.1).

Foram feitas 31 entrevistas entre (diretores e administradores de 14 rádios privadas) responsáveis de associação de jornalistas, SINJOTECs e Ordem de Jornalistas, e jornalistas das rádios privadas e assim como dos órgãos públicos, jornais e televisão, todos situados na capital Bissau que apresentamos na tabela 1.

Anexo 1– Lista de entrevistados para o estudo

Entrevistado	Rádio	Cargo	Data da entrevista
Bacar Demba Seidi	Rádio Galáxia de Pindjiguite	Administrador	27 de junho de 2023
José Willian Andrade	Rádio Luz,	Administrado	14 de junho de 2023

Maria Margarida Gomes da Silva Gonçalves Correia	Rádio Nossa	Diretora	21 de junho de 2023
Amadú Madja Fofana	Rádio Nossa	Chefe de Redação	19 de junho de 2023
Jane Vaz	Rádio Paz	Diretora	21 de junho de 2023
Casimiro Jorge Cajucam	Rádio Sol Mansi	Diretor	22 de junho de 2023
Iaia Sama	Rádio Cidade	Diretor	22 de junho de 2023
Serifo Tawel Camará	Rádio Popular	Diretor de programação	26 de junho de 2023
Milena Fernanda Quibina	Rádio Capital	Chefe de Redação	26 de junho de 2023
Bubacar Bari	Rádio Albarkah	Chefe de Redação	26 de junho de 2023
Amade Djuf Djalo	Rádio Popular	Diretor de Informação	26 de junho de 2023
Mustafa Queita	Rádio Capital	Administrador	27 de junho de 2023
Sibite Camara	Rádio Voz de Esperança	Diretor Geral	28 de junho de 2023
Lassana Cassamá	Rádio Capital	Diretor Executivo	28 de junho de 2023
João Paulo Djata	Rádio Jovem	Chefe de Redação	28 de junho de 2023
Tiago Seidi	Diretor de Informação	Rádio Capital	29 de junho de 2023
Satam Indjai	Rádio Galáxia de Pindjiguite	Chefe de Redação	05 de julho de 2023
Alison Cabral	Rádio Jovem	Diretor	05 de julho de 2023
António Nhaga	Bastonário da Ordem dos Jornalistas	Diretor/Bastonário	07 de junho de 2023
Bacar Malam Mané	Rádio Popular	Chefe de Redação	04 de janeiro de 2024
Diamantino	SINJOTECS	Secretário Geral	06 de janeiro de 2024
Domingos Lopes			
Lucas Mendes de Carvalho	Jornal Donos da Bola	Diretor	06 de janeiro de 2024
Ussumane Mané	Jornalista/pivô	Rádio Sol Mansi	06 de janeiro de 2024

Braima Sambú	Jornalista	Rádio Galáxia de Pindjiguiti	06 de janeiro de 2024
Mamadi Ndjai	Jornalista	Rádio Jovem	06 de janeiro de 2024
Aliu Baldé	Jornalista	Jornal Nô Pintcha	07 de janeiro de 2024
Délcyo Sanca	Jornalista	Rádio Bombolom	07 de janeiro de 2024
Cvestiana Ermen Malu	Jornalista	Televisão Nacional	09 de janeiro de 2024
Irama Turé	Jornalista	Rádiodifusão Nacional	08 de janeiro de 2024
Fulgêncio Mendes Borges	Jornalista	Jornal Nô Pintcha	08 de janeiro de 2024
Jacimira Segunda Sai	Jornalista	Jornal Donos da Bola	08 de janeiro de 2024

Fonte: elaboração da autora

Na incapacidade de deslocarmos à Guiné-Bissau, as entrevistas foram feitas a distância. Foram realizadas através da plataforma de videoconferências zoom, na impossibilidade de ter todos os entrevistados nesta plataforma, recorremos a chamadas no WhatsApp, também este aplicativo multiplataforma não nos deu possibilidade de conseguir entrevistas com todos os protagonistas. Recorremos a chamadas telefônicas. Para os que, mesmo assim, não foi possível entrevistar via telefone, a solução foi enviar questionários escritos e receber as respostas também escritas. As entrevistas no zoom, no whatsapp, e via telefone foram feitas em português e outras em crioulo.

Para ajudar na interpretação dos dados, optamos pela análise do conteúdo que “(...) incide sobre mensagens tão variadas, como documentos oficiais, programas audiovisuais, declarações políticas, atos de reuniões ou relatórios de entrevistas pouco diretivas” (Quivy & Campenhoudt 1995, p.226).

O período de análise de conteúdo ocorreu durante 8 meses, entre junho de 2023 a janeiro 2024. A abordagem teórica centra-se na história dos media na Guiné-Bissau desde a ocupação portuguesa, passando pela luta de libertação nacional, pela independência, pelo subsequente regime do partido único seguido da abertura ao multipartidarismo, terminando na criação de órgãos privados em particular as rádios.

Realiza-se a pesquisa empírica na medida em que houve a “interações face a face demanda a presença do pesquisador no espaço em que se dão as relações sociais” (Figaro 2014, p.126).

Esta interação face a face não colocou em causa o nosso objeto do estudo como alertam os pesquisadores “o pesquisador não deve contaminar seu objeto de estudo com seu ponto de vista; fatos e valores são independentes” (Figaro 2014 p.126).

Com base nas leituras feitas, foi possível identificar o objeto do estudo em causa. A escolha pelo estudo da Capital FM Rádio Notícias (CFM) ficou a dever-se ao fato de ter sido criada com o objetivo de criar um modelo de jornalismo inovador na Guiné-Bissau e ter uma linha editorial assumidamente independente.

Capítulo 4. – Narrativas sobre o jornalismo guineense

Depois da descrição do surgimento dos media na Guiné-Bissau, do papel que teve durante a ocupação portuguesa e no pós-independência, quando o sistema político era o do partido único, e ainda depois do levantamento das condições de trabalho dos jornalistas no atual multipartidarismo (nomeadamente a relação entre classe política e jornalistas), apresentamos agora os resultados alcançados através de entrevistas a diferentes personalidades (num total de 31 entre administradores, diretores de 14 rádios privadas), associação de jornalistas e jornalistas de órgãos públicos e privados guineenses). Acreditamos que, com a ajuda de testemunhos diretos, tornam-se mais claras as contextualizações descritas até agora.

4.1. O caso Capital FM – Rádio Notícias

Nesta listagem não pode faltar a rádio que é o objeto principal do nosso estudo, a CFM. Como já vimos, foi criada em 2015 como uma emissora generalista voltada para o debate de assuntos políticos e sociais.

A Capital FM-Rádio Notícias (CFM) da Guiné-Bissau do Grupo Capital Midia na qual o jornalista guineense Lassana Cassamá é o Diretor Executivo.

A Rádio Capital FM da Guiné-Bissau é uma emissora privada de rádio que dá destaque à informação de âmbito nacional. Criada em Bissau, a CFM tem a sede na capital e emitiu pela primeira vez no dia 6 de março de 2015.

“O principal objetivo é a difusão de uma programação de qualidade e rigor informativo, independente do poder político ou económico e de qualquer doutrina ou

ideologia”, lê-se no Estatuto Editorial da rádio (Estatuto Editorial da FM, Edição policopiada).

A CFM compromete-se a respeitar os princípios deontológicos e a ética do jornalismo. Pretende “contribuir através da produção nacional de programas informativos para a preservação da identidade cultural do país, o que implica também dar voz às novas correntes de ideias através de um estilo inovador de programação” (Estatuto Editorial da FM, edição policopiada).

A CFM apresentou-se à sociedade guineense como “uma estação radiofónica idealizada na lógica de um instrumento interventivo na esfera de desenvolvimento, respeito pelos valores humanos e cidadania, formando assim uma opinião pública esclarecida e equilibrada” (Estatuto Editorial da FM, edição policopiada).

Considera-se que tem tido a ousadia de assumir um papel de intervenção social, de promoção do debate político numa sociedade eminentemente jovem que encara a rádio como um meio de comunicação acessível, atenta, ágil e próxima. Através da rádio são divulgados diferentes assuntos sobretudo da vida quotidiana guineense, questões tão diversas quanto uma lista de documentação que a população perdeu ou até anúncios de empregos, pessoas desaparecidas, casamentos, batizados e aniversários. Assim se entende porque a rádio na Guiné-Bissau é considerada um “canal privilegiado para propagação de informação” (António 2020, p. 25).

A CFM é uma rádio que, para além do papel agregador, promove debates em torno de políticas públicas, cria programas que permitem aos cidadãos opinar, criticar e denunciar assuntos considerados de interesse nacional.

A CFM foi e ainda é a primeira rádio local com serviços noticiosos hora a hora e a primeira a criar, em 2019, durante a campanha para as eleições legislativas, um programa que colocava frente a frente os eleitores com os candidatos a deputado da nação. Uns falavam do projeto político, os outros colocavam questões. O programa “Audiência Eleitoral” percorreu vários círculos eleitorais do país (ver anexos 25-30, algumas ilustrações de audiência eleitoral). A CFM deu voz aos guineenses, mas a classe política não foi unânime na aceitação da iniciativa da rádio, tendo a mesma sido alvo de críticas e ameaças, num país que se diz comprometido com os princípios democráticos.

O facto da CFM sempre se ter apresentado como um espaço de questionamento e de confronto do pensamento político e ideológico, alimentou, desde o início, uma onda de intimidação, tanto no espaço público como dentro das instalações da própria rádio.

Em abril de 2017, o deputado do MADEM-G15 (Grupo dos 15 Deputados), Bamba Banjai ameaçou encerrar a CFM, no espaço de 30 dias, caso a direção não acabasse com um programa interativo chamado “Frequência Ativa”.³⁰

O deputado alegava que o programa permitia que os ouvintes insultassem o coordenador nacional do MADEM-G15, então o presidente José Mário Vaz e Úmaro Sissoco Embaló, na altura Primeiro-Ministro.

O programa diário “Frequência Ativa” ainda hoje é transmitido. Trata-se de um espaço de debate matinal, aberto aos ouvintes, sobre os temas da atualidade política e social, que são notícia, e que o conselho de redação da rádio e o apresentador do programa decidem levar à antena, cada dia, para serem discutidos por quem quiser participar, por telefone.

A direção da CFM intentou uma ação judicial contra Bamba Banjai.³¹ E este, por sua vez, apresentou um” pedido de desculpa e disse que a direção interpretou mal a declaração que ele tinha proferido” (ver anexo 10).

A relação entre a CFM e partidos políticos (tanto do governo como da oposição) tem sido conturbada desde o primeiro minuto de emissão.

O atrito volta a ter um pico em 2019, no período pós-eleitoral, quando Úmaro Sissoco Embaló toma posse como Presidente da Guiné-Bissau, sem o fecho do processo eleitoral pelo STJ. A CFM opta por designar Sissoco Embaló como “autoproclamado Presidente da República da Guiné-Bissau”. Esta decisão editorial da CFM esteve na origem de uma escalada ainda maior de tensão e de investidas dos apoiantes de Sissoco contra a CFM.

As ameaças foram chegando de várias formas, como por exemplo, através de carta anónima (ver anexo 11) e outras por telefonemas ameaçadores e também anónimos.

Em 2021, Adão Ramalho, jornalista e apresentador do programa da rádio “Primeira Hora”, foi espancado por agentes de segurança.³² Ramalho fazia a cobertura da chegada do líder do PAIGC, Domingos Simões Pereira, a Bissau vindo de Lisboa. Naquele dia, a direção da rádio decidiu que Adão Ramalho iria num carro privado (a CFM não tem viatura

³⁰A rádio privada da Guiné-Bissau, Capital FM, apresentou uma queixa-crime contra o ativista político Bamba Banjai por alegado crime de ameaça à integridade da estação e dos seus profissionais.
<https://observador.pt/2017/05/10/guine-bissau-radio-privada-apresenta-queixa-crime-contra-ativista-politico/>

³¹-idem <https://observador.pt/2017/05/10/guine-bissau-radio-privada-apresenta-queixa-crime-contra-ativista-politico/>

³²Jornalista guineense Adão Ramalho espancado em Bissau.
<https://www.rfi.fr/pt/guin%C3%A9-bissau/20210312-jornalista-guineense-ad%C3%A3o-ramalho-espancado-em-bissau>

própria), fazer a reportagem da chegada de Simões Pereira. Foi uma medida de precaução dada a quantidade de ameaças de que os profissionais da CFM estavam a ser alvo. Mesmo assim, a decisão do diretor não impediu a brutal agressão por parte de um segurança de Sissoco.

O jornalista Serifo Tawal Camará também foi agredido, desta vez em 2020, à porta de entrada da rádio, por pessoas não identificadas, armadas e com uniforme policial.³³

Ao longo dos anos, vários funcionários da CFM têm também sido alvo de ações judiciais. Por exemplo, o Sabino Santos e o Sumba Nancil foi aplicada a medida de Termo de Identidade e Residência na sequência da queixa apresentada pela empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau (EAGB) que acusou a emissora de colocar em causa o seu “bom nome”. Depois de, em julho de 2020, a rádio sofrer o primeiro de dois ataques armados, a direção da CFM afirma publicamente que se tratou de uma “coincidência absurda” e incompreensível que a EAGB tenha mudado, “à força”, o contador da energia elétrica. Esse contador acabaria por se desligar minutos antes do ataque deixando a rádio às escuras o que impediu as câmaras de vigilância de gravar o ato de vandalismo.³⁴

Os atacantes destruíram os equipamentos que permitem o funcionamento da rádio. Para retomar a emissão, foi fundamental o apoio de guineenses tanto no país como na diáspora, que se mobilizaram na angariação e recolha de fundos com o objetivo de reerguer a CFM.³⁵

A rádio voltaria a ser alvo de ataque, em fevereiro de 2022. Uma semana antes, no dia 1 de fevereiro, um grupo de homens armados invade o Palácio do Governo, em Bissau, enquanto decorria a reunião do Conselho dos Ministros, em que o Presidente da República Úmaro Sissoco Embaló participava “provocando assim 11 mortos, na maioria seguranças do Presidente Úmaro Sissoco”. Este ataque resultou na detenção de 17 pessoas, nomeadamente o ex-chefe do Estado Maior da Armada Bubo Na Tchuto. Até o momento

³³ Guiné-Bissau: “a liberdade de imprensa está ameaçada”.

<https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-a-liberdade-de-imprensa-est%C3%A1-amea%C3%A7ada/a-52973653>

³⁴Organizações da classe criticam medida de coação contra diretor executivo da rádio Capital FM em Bissau.<https://www.voaportugues.com/a/organiza%C3%A7%C3%B5es-da-classe-criticam-medida-de-coa%C3%A7%C3%A3o-contradiretor-executivo-da-r%C3%A1dio-capital-fm-em-bissau/5782099.html>

³⁵Diáspora guineense vai ajudar rádio Capital após ataque.

<https://www.dw.com/pt-002-di%C3%A1spora-guineense-vai-ajudar-na-recupera%C3%A7%C3%A3o-da-r%C3%A1dio-capital-fm/a-54681587>

em que escrevemos este trabalho, todos os detidos continuam à espera de julgamento, pelo que a “LGDH já veio a público exigir a libertação dos detidos”.³⁶

No dia 07 de fevereiro, a CFM volta a ser atacada por homens armados que, segundo relato dos funcionários, entraram de repente, no final do jornal das 11 da manhã e depois do programa “Frequência Activa”, e começam a disparar sobretudo contra os equipamentos da rádio³⁷.

Sete dos funcionários são feridos, ao tentar fugir dos tiros disparados. Os jornalistas Maimuna Bari, Ansumane Sow, Bala Sambo, técnicos Lassana Djassi, Alcene Candé, Bacar Coiate e Sana Mancal saltam do primeiro piso do prédio, com uma altura de quase 4 metros. Maimuna Bari explica que ainda se conseguiu esconder numa casa próxima, mas que acabou por desmaiar. Quando recuperou os sentidos estava no Hospital Militar, em Bissau, a jornalista, que na altura tinha 35 anos, acabou por ser transferida para uma unidade hospitalar portuguesa onde foi tratada, no âmbito dos acordos de saúde entre os dois países. Ainda hoje tem mazelas resultantes da agressão de que foi alvo.

Depois do primeiro ataque, em 2020, o Ministério do Interior tinha decidido colocar um segurança à porta da rádio. Mesmo assim, a rádio volta a ser alvo de vandalismo e violência e o Ministério do Interior afirma que, da segunda vez, seria “um ato isolado”. O diretor da CFM discorda e responsabiliza o ministério pelo sucedido, considerando “precipitada a declaração do Comissário Nacional da Ordem Pública, e questionou a afirmação do ministério do interior, sem, no entanto, a Polícia da Investigação Criminal ter terminado recolher os elementos no terreno”.³⁸

Logo a seguir, o Ministério da Comunicação Social atualizou a Taxa de Alvará subindo o valor a pagar pelos órgãos de comunicação social (OCS).

A Rádio Capital lamentou o novo valor da taxa, no entanto, procedeu o pagamento da dívida de 4 anos de renovação de licença (ver recibo do pagamento no anexo 10). Antes da atualização dos preços, as rádios pagavam, por ano, 250 mil francos CFA (cerca de 380 euros). Agora a renovação da taxa custa dois milhões e meio (cerca de 3 mil e 800 euros), pagos de dois em dois anos.

³⁶Governo da Guiné-Bissau lembra vítimas de tentativa de golpe de Estado de 01 de fevereiro.

https://www.rtp.pt/noticias/mundo/governo-da-guine-bissau-lembra-vitimas-de-tentativa-de-golpe-de-estado-de-01-de-fevereiro_n1464237

³⁷Rádio Capital atacada por homens armados em Bissau.

<https://www.dw.com/pt-002/r%C3%A1dio-capital-atacada-por-homens-armados-em-bissau/a-60685699>

³⁸“Ministério do Interior é responsável pelo assalto à rádio”.

<https://www.dw.com/pt-002/lassana-cassam%C3%A1-minist%C3%A9rio-do-interior-%C3%A9-respons%C3%A1vel-pelo-assalto-%C3%A0-r%C3%A1dio-capital/a-60715880>

A CFM retoma as emissões em Frequência Modelada (FM) no dia 02 de janeiro de 2023, quase um ano depois do segundo ataque.

Passados 7 dias, a 09 de janeiro de 2023, o Ministério da Comunicação Social (MCS) notifica a CFM, através do inspetor Geral da Comunicação, da obrigação de “cessar, imediatamente, todas as emissões uma vez que a antiga licença foi cancelada por inadimplemento das suas obrigações à luz das disposições legais em vigor”, medida que a rádio acata apenas na transmissão em FM mantendo a emissão online. (ver anexo 12)

O MCS na sua notificação à CFM, afirma ter recebido a carta onde esta informa a retoma das emissões. Ainda assim, o MCS responsabiliza a “Direção Executiva da Rádio Capital FM, de todas as consequências resultantes da recusa de acatar a intimação ao cumprimento das leis”. No mesmo documento, o governo cita a lei nº 13/2022 e acusa a CFM de violação do ponto 3 do artigo 7º dessa lei, uma vez que terá havido da parte da CFM a comunicação “tardia da mudança de instalações, e bem como a realização de emissões, a título experimental, sem a competente autorização para tal (vide ponto 3 art.º 7 da lei nº 13/2022)”.³⁹

A CFM começou por funcionar no Bairro Militar, na Avenida Nigéria, mas devido aos ataques, o proprietário do prédio alegou questões de segurança e enviou à rádio nota de despejo obrigando-a a sair do espaço. A CFM mudou-se então para o Bairro Belém, na Avenida dos Combatentes da Liberdade da Pátria.

Em resumo, para o governo guineense a CFM incorreu em dois incumprimentos: não só pagou tardiamente a “licença fora do prazo estipulado, montante relativo a (4) anos de taxa de renovação da licença provisória” como não informou as autoridades da mudança de instalações, afirmação que o diretor da CFM contesta:

Nós sabemos que esta taxa foi uma jogada de versões, desviar atenção, visava apenas atingir a rádio Capital e todo mundo sabe isso. A CFM cumpriu todas as exigências impostas pelo governo, a comunicação de mudança, nós informamos a ARN sendo entidade próprio para essa assunto, mas governo disse temos de os informar e fazemos isso também (Lassana Cassamá, entrevista pessoal, 2023, 28 de junho).

³⁹ O ponto 3 do artigo 3 declara: as alterações dos elementos constantes do alvará carecem de autorização das entidades competentes para atribuição, devendo ser objeto de averbamento no respetivo título.

Em relação à mesma matéria, o Secretário-Geral do SINJOTECS afirma que o governo “foi injusto para com a CFM porque a lei não é retroativa. O governo não pode obrigar a CFM pagar 10 milhões de cfa (15 mil euros) como uma empresa nova que nunca operou” (Diamantino Domingos Lopes, entrevista pessoal, 2024, 06 de janeiro).

A nossa pesquisa tem acesso a essa carta endereçada ao Ministro da Comunicação Social, Fernando Mendonça, onde a direção da CFM solicitou a retoma das emissões (ver anexo 14).

A rádio voltou a transmitir em FM, em agosto de 2023 já com autorização do então Secretário de Estado de Comunicação Social, Francisco Muniro Conte. No seu primeiro despacho, o novo Secretário de Estado de Comunicação Social deu sem efeito a decisão do governo que sucedeu, proibindo a retoma das emissões da rádio Capital FM.

Francisco Muniro Conte na altura fundamentou a sua decisão de admitir a retoma das emissões da CFM “face ao que precede, e tendo em conta a necessidade de salvaguardar os direitos e as liberdades fundamentais, como são as liberdades de imprensa e de expressão, na Guiné-Bissau (ver anexo 16). Hoje continua, também no online, a resistir, na base da linha editorial desenhada, desde o momento inicial de criação do projeto, conta com 35 funcionários, entre jornalistas, técnicos e pessoal administrativo. Não existem dados que podem nos informar sobre os valores da audiência da CFM, contudo a direção conta-nos que “a CFM emite na frequência de 87.7 mhz, e tem uma capacidade de ondas eletromagnética de 2000 MHZ, através dos programas, ouvintes ligam informam localidade que se encontram, a CFM é ouvida entre norte, sul e leste do país” (Lassana Cassamá, entrevista pessoal, 2024, 18 de janeiro).

Aqui pretendemos descrever o perfil de certos programas que envolvem a intervenção dos ouvintes e a participação dos comentadores:

PRIMEIRA HORA - é um programa informativo, cujo conteúdo, se resume aos acontecimentos de atualidade, mediante as longas e pequenas reportagens, entrevistas curtas, crônicas especializadas de âmbito nacional e internacional. Rege a sua actuação apenas naquilo que é do interesse público, contando para isso com informações do interior do país e nos/dos países estrangeiros, onde se expressa um número significativo da comunidade guineense, através dos correspondentes locais. Observando os princípios, este espaço faz equilíbrio de informação, através de reações ou comentários especializados sobre temas noticiados.

Periodicidade - 2ª a 6ª Feira. Das 06 às 08 horas.

Género – informativo

FREQUÊNCIA ACTIVA⁴⁰ - trata-se de um espaço de debate aberto, envolvendo o público sobre os temas de atualidade propostos pelo conselho de redação e o apresentador do programa e que foram objeto de notícia. Os ouvintes participam através de número de telemóvel disponibilizado para ligar e comentar os temas em debate. Periodicidade - 2ª a 6ª Feira. Das 08h30 às 11h00.

FREQUÊNCIA PASSIVA - representa um espaço generalista com diferentes rubricas educativas, culturais, científicas e de entretenimento, sob a iniciativa do seu produtor. É um programa aberto, cujas rubricas são direccionadas a diferentes públicos alvos, com muita participação do público.

AGENDA + - representa um espaço de informação com uma agenda sobre os acontecimentos do dia-a-dia dos guineenses. O jornalista antecipa os factos, com entrevistas, em direto, com os principais protagonistas.

Periodicidade - De 2ª à 6ª. Das 12 às 13horas.

Género - informativo

ÂNGULO ABERTO – é um programa dedicado aos especialistas das diferentes áreas, em função das notícias abordadas pela Radio Capital. Desde Saúde, Educação, Infraestruturas, Políticas, Economia, Ambiente, Comunicação, a radio contata, por telefone, os peritos das respetivas matérias e outras para melhor compreensão dos ouvintes.

Periodicidade - De 2ª à 6ª. Das 13 às 14horas.

Género – informativo/educativo

PROVEDOR DO OUVINTE – é um fórum de interação entre os jornalistas e os ouvintes, através de monitorização de um provedor, cujo papel, assenta na assistência, análise e conclusão sobre os erros que animam as emissões da rádio e TV, assim como falhas que se registam nos jornais ou agências, dando ao público, o direito de questionar sobre determinadas abordagens na imprensa.

Periodicidade: Às terças-feiras. **Das 20h10 às 20h55, Sábados 13h:15 às 14h00** (rep)

Género: educativo

DEBATE NACIONAL – trata-se de um espaço de reflexão sobre diferentes temas de actualidade que marcaram a semana na Guiné-Bissau e no mundo. O programa é animado por especialistas que analisam e fazem comentários relativamente aos temas seleccionados pelo jornalista.

Periodicidade – Aos sábados. Das 10 às 12horas.

Género – analítico.

PONTOS NOS I'S - um programa de análise com o sociólogo e filósofo Dr. Rui Landim, um dos proeminentes comentadores dos assuntos políticos interno e externo, com uma larga experiência na

⁴⁰ o programa Frequência Activa foi suspenso desde 30 de novembro de 2024, segundo a direção a decisão deve-se o nível de insegurança vivida no país, teme que a rádio e seus profissionais não voltem a ser atacadas outra vez.

CEDEAO e do Sistema Educativo guineense. Ele analisa diversos temas de actualidade a nível nacional e internacional.

Periodicidade: Às 2ª feiras e 6ª (**rept.**). Das 20h10 às 20h55.

Género: analítico

4.2. Jornalismo e as pressões externas

A maioria dos 31 entrevistados, neste trabalho, diz sentir-se muitas vezes pressionado pelos atores políticos guineenses que tentam condicionar o trabalho no terreno bem como o que depois é transmitido em antena.

Bacar Demba Seidi é administrador da Rádio Galáxia de Pindjiguite e confessa que esta rádio já foi alvo de pressões sobretudo no sentido de retirar do ar algumas notícias.

Seidi defende que parte da regulamentação dos media definida pelo Governo é uma resposta política do executivo guineense aos conteúdos difundidos pelos media e, muitas vezes, contestados pelos partidos políticos. O administrador sublinha que, em 2021/22, o Presidente da República Úmaro Sissoco Embalo e o, na altura, governo de coligação começaram a “ver as rádios como uma ameaça e começaram a tomar decisões sobre as rádios no Conselho dos Ministros sem ouvir os proprietários das rádios e sem se basearem na lei. Exemplo disso, é a nova taxa de concessão de alvará” (Bacar Demba Seidi, entrevista pessoal, 2023, 27 de junho).

O diretor geral da emissora católica da Guiné-Bissau, a Rádio Sol Mansi (RSM), disse, por escrito, que a RSM encontrou uma forma de reagir às pressões que ao cumprir a “realização rigorosa dos seus trabalhos em estrita observância da ética e deontologia profissional, respeitando a lei da imprensa, e o seu estatuto editorial e as orientações da igreja católica”(Casimiro Jorge Cajucam, entrevista escrita, 2023, 22 de junho). Casimiro Jorge Cajucam chama a esta atitude profissional “anticorpos” contra as pressões externas.

Há 23 anos no exercício da profissão, o diretor de informação da recém-criada (há um ano) “Rádio Popular”, afirma que nunca sentiu pressão externa, mas reconhece que:

As autoridades sempre exerceram a pressão sobre as rádios, dão pouco espaço para o exercício livre do jornalismo. Uma das provas desta pressão que estamos a falar é o despacho (sobre os alvarás) produzido pelo governo e que quer controlar os media” (Amade Djuf Djalo, entrevista Pessoal, 2023, 26 de junho).

A diretora da “Rádio Paz”, emissora religiosa islâmica, considera que há jornalistas comprometidos com o poder político. Porém, os que procuram a independência e a objetividade podem ser alvo de intimidação. “Certa vez sentimos pressão quando criticámos a intervenção do poder político nos assuntos religiosos”, afirma (Jane Vaz, entrevista pessoal, 2023, 21 de junho).

O jornalista e diretor de informação da Rádio Capital acredita que ser jornalista na Guiné-Bissau é em primeiro lugar ter consciência que existe pressão política e social:

Qualquer que seja o jornalista na Guiné-Bissau sente-se pressionado, por um lado pelas autoridades políticas e administrativas e por outro lado por pessoas que não estão diretamente no governo, mas que fazem coisas que não se coadunam com a convivência social. É preciso que se tenha coragem e determinação para abordar estes assuntos e estes comportamentos (Tiago Seidi, entrevista pessoal, 2023, 29 de junho).

Quem é mais corajoso e está determinado a falar, na esfera pública, sobre os comportamentos dos governantes tende a ser mais perseguido. A diretora da Rádio Nossa assegura que “Diretamente não (foi alvo de pressão).

Mas, no entanto, os jornalistas da Rádio Nossa já sim, várias vezes. Um teve de fugir com a ajuda dos vizinhos, outros mudaram de bairro por causa das perseguições” (Maria Margarida Gomes da Silva Gonçalves Correia, entrevista escrita, 2023, 21 de junho).

O jornalista Alison Cabral (quando foi entrevistado para este trabalho era também diretor da Rádio Jovem) assumiu que já foi alvo de ataque verbal nas redes sociais, realidade cada vez mais comum também na Guiné-Bissau.

Nas últimas eleições presidenciais de 2019, sofri pressão por parte de uma formação política e do atual Presidente da República durante a campanha e ataques contra a minha pessoa nas redes sociais, mas sempre estou firme e tranquilo porque trabalho na base das regras orientadoras da profissão. Sendo assim estou firme e continuo a fazer o meu trabalho (Alison Cabral entrevista escrita, 2023, 05 de julho). O chefe de redação da Rádio Jovem analisa a questão em duas vertentes: a positiva e a negativa.

A positiva é aquela que recebemos dos nossos ouvintes e seguidores nas redes sociais, quando exigem de nós um trabalho de qualidade. A negativa é quando somos considerados como inimigos de regime ou como estando contra

uma determinada figura política (João Paulo Djata, entrevista pessoal, 2023, 28 de junho).

Há quem considera que a pressão exercida sobre os media resulta do “desconhecimento por parte do poder político sobre o papel dos media e dos jornalistas numa sociedade” (Bubacar Bari, entrevista pessoal, 2023, 26 de junho).

A jornalista Satam Indja, da rádio Galáxia de Pindjiguite, considera que a falta de autovalorização por parte dos próprios jornalistas guineenses é um fator determinante para abrir espaço para serem pressionados:

Os jornalistas não se valorizarem enquanto tal. Há desorganização na classe, apesar de haver um sindicato do setor. Há jornalistas que são “meninos de recado”, são pessoas usadas por políticos. Essas pessoas não estão a fazer jornalismo de forma profissional. Outro fator é a pobreza da classe. Um jornalista que ganha mensalmente menos de 50 euros, será que aquela pessoa pode ser autónoma, independente no seu trabalho? A meu ver a pobreza, a falta de profissionalismo e a ingerência política são fatores que influenciam a pressão externa sobre os media” (Satam Indja, entrevista pessoal, 2023, 05 de julho).

Para o responsável da emissora evangélica, a Voz da Esperança, as intimidações aos profissionais dos media têm como único objetivo amordaçar os meios de comunicação. Os baixos salários e a precariedade laboral, também ao nível dos vínculos contratuais praticamente inexistentes, “limitam o exercício de profissão de jornalismo”, de acordo com Sibite Camará. (Sibite Camará, entrevista pessoal, 2023, 28 de junho).

4.3. O Jornalista na construção da liberdade

A liberdade dos media e de expressão são considerados valores fundamentais para a edificação de um Estado de direito democrático. Os jornalistas guineenses podem contribuir para a estruturação do pensamento individual, da consciência coletiva e da cidadania de um país como a Guiné-Bissau.

Dentro da classe jornalística, uns defendem que muito ainda tem de ser conquistado para que os jornalistas consigam trabalhar em liberdade e sem sofrer represálias que condicionam o exercício da profissão. Outros são da opinião que há “liberdade a mais” o

que leva o jornalista a “abusar do poder de informar para, por exemplo, ofender figuras públicas”.⁴¹

O trabalho jornalístico está assente no livre exercício da atividade, como se lê na constituição da República Guineense no seu artigo 51º: “todos têm o direito de exprimir e divulgar o seu pensamento por qualquer meio ao seu dispor, bem como o direito de informar, de ser informado sem impedimento nem discriminações”. (CRGB 1996)

O administrador de Rádio Galáxia de Pindjiguite considera que não há liberdade de imprensa atualmente na Guiné-Bissau e explica porquê:

Os jornalistas não têm segurança, isso tem levado a Rádio Galáxia de Pindjiguite a evitar praticar jornalismo de investigação, nestes últimos anos. Porque sabemos que é uma prática que requer o jornalista ir mais longe na matéria de investigação. Há uns tempos, a rádio fez uma notícia sobre a apreensão de 680kg de droga pela Polícia Judiciária e do desaparecimento de 600kg dessa quantia inicial. A rádio soube através dos polícias detidos. Nós avançámos esta informação e o nosso chefe da redação Tiano Badjana foi perseguido pela Polícia Judiciária (Bacar Demba Seidi, entrevista pessoal, 2023, 27 de junho).

Na perspetiva da Ordem dos Jornalistas “não existe ainda a liberdade de imprensa na Guiné-Bissau. O que existe são documentos legislativos sobre a liberdade de imprensa. Mas, na verdade não existem na prática o exercício da liberdade de imprensa no país” (António Nhaga, entrevista pessoal, 2023, 7 de junho).

António Nhaga mostrou-se preocupado com a situação de segurança dos “jornalistas são constantemente espancados e órgãos de Comunicação Social são assaltados e destruídos perante a um olhar silencioso dos governantes, dos líderes dos partidos políticos e dos atores das organizações do terceiro setor” (António Nhaga, entrevista pessoal, 2023, 7 de junho). A segurança e a vulnerabilidade económica tem constituído um obstáculo no trabalho dos jornalistas no que tem a ver com “agenda interna própria para produzir notícias transparente e de qualidade para o consumo dos seus cidadãos” (António Nhaga, entrevista pessoal, 2023, 7 de junho).

Todo o sistema mediático guineense segundo Nhaga, “carece do poder económico, social, cultural e humana para decidir produzir o que é melhor no espaço público e conhecer a forma de saber manejar os recursos para produzir uma notícia de forma livre, independente e transparente” (António Nhaga, entrevista pessoal, 2023, 7 de junho).

⁴¹ Dia mundial do rádio: jornalistas divergem quanto à liberalização de informação e a ameaça à liberdade de imprensa. <https://www.odemocratagb.com/?p=43231>

O diretor da Rádio Sol Mansi, Casimiro Cajucam além de considerar a liberdade dos media e de expressão como uma utopia, encara também a vulnerabilidade económica dos jornalistas como uma forma de dar ao governo a possibilidade de os controlar, uma vez que na pobreza todos somos mais vulneráveis.

Há uma dependência dos órgãos de comunicação social em relação ao poder político que acaba por se refletir indiretamente na atuação dos jornalistas. E há uma luta constante do poder para controlar e ter na sua posse o monopólio dos jornalistas e órgãos de comunicação para ter facilidade na divulgação das suas propagandas governativas e ao mesmo tempo branquear as suas ações nocivas. Porém, para conseguir isso, o governo simplesmente adotou a tática de manter os órgãos de comunicação social e os seus profissionais na situação de vulnerabilidade económica, jurídica e da segurança. Os jornalistas continuam a ter dificuldades em aceder a certas informações e documentações mesmo não estando no segredo da justiça do Estado. Outrossim, os jornalistas até enfrentam enormes dificuldades para ter acesso as certas instalações (Casimiro Jorge Cajucam, entrevista escrita, 2023, 22 de junho).

A diretora da Rádio Paz, Jane Vaz, também afirma que a falta de dinheiro tem levado à ligação perigosa entre os jornalistas e os políticos:

O jornalista que quer ter sucesso económico tem de se aliar ao poder político. Quem fica à margem desta linha enfrenta obstáculos. Por essa razão, não existe a liberdade de imprensa. Talvez exista nas redes sociais, mas mesmo lá, só se a pessoa estiver fora do país (Jane Vaz, entrevista pessoal, 2023, 21 de junho).

A responsável de redação da CFM recorda os cenários de agressões contra analistas, ativistas políticos e sociais que ocorreram no país. Milena Fernanda Quibina assegura por isso que:

A liberdade de imprensa não é respeitada na Guiné. A destruição da rádio Capital é um exemplo claro disso. Não deixam os jornalistas trabalhar de forma livre e independente. As leis que regulamentam o exercício profissional de jornalismo não são respeitadas. Nos últimos três anos, a situação piorou de tal forma que ninguém pode dizer o que sente. Não podem os advogados, os líderes de opinião, os analistas políticos. Os últimos casos são os do advogado Marcelino Ntupe. Homens armados invadiram a sua casa. Também o advogado François Dias viu homens armados disparar tiros contra a sua viatura e o

ameaçaram de morte. Esses fatores causam o retrocesso na consolidação da democracia (Milena Fernanda Quibina, entrevista pessoal, 2023, 26 de junho).

O ponto de vista contrário sobre esta matéria é apresentado pela jornalista da rádio Galáxia de Pindjiguite Satam Indjai que considera existir demasiada liberdade de imprensa na Guiné-Bissau:

Até pode parece contraditório, eu digo que há liberdade de imprensa até demais. A pessoa vai na rádio e fala coisas sem fundamento, sem ter uma fonte credível e nada acontece. No entanto, quando essa mesma liberdade é usada como deve ser, para o efeito de consciencializar a população, às vezes acontece a perseguição do órgão ou do jornalista que está a fazer o trabalho. Neste caso há liberdade, mas também há perseguição (Satam Indja, entrevista pessoal, 2023, 05 de julho).

Amadú Madja Fofana é jornalista e chefe de redação da Rádio Nossa e defende que as tentativas de condicionar o trabalho jornalístico aumentaram nos últimos 3 anos:

Nos últimos três anos, a liberdade de imprensa está na linha vermelha. Desde a tomada de posse de Sissoco Embalo em fevereiro de 2020 como Presidente da República, os jornalistas passaram a ser condicionados quando questionam. Um jornalista coloca uma questão a um político e ele pergunta: ‘tu és de qual rádio?’ O jornalista ao dizer o nome da rádio para a qual trabalha, ouve o político dizer: ‘não vou responder à sua questão’. No entanto, há um aspeto positivo. Apesar de todos os bloqueios e intimidações que temos enfrentado neste país ainda existem homens honestos na imprensa guineense que têm trabalhado para o povo, têm feito progressão para que o Estado aceite reconhecer e deixar os jornalistas e órgãos de comunicação social serem o quarto poder (Amadú Madja Fofana, entrevista pessoal, 2023, 19 de junho).

Djata da Rádio Jovem defende que o jornalista tem de ter coragem para preparar e para enfrentar reptos da parte de quem foi visado na notícia. O chefe de redação afirma existir “liberdade de imprensa e expressão, mas condicionada, as pessoas falam com medo no sentido de não virem a ser alvo de perseguição e espancamento” (João Paulo Djata, entrevista pessoal, 2023, 28 de junho).

Iaia Sama, jornalista na rádio Cidade, partilha da mesma opinião. Afirmar que “há uma intimidação constante dos jornalistas pelo poder político. O Presidente da República é um dos que intimida os jornalistas que o questionam”, garante. (Iaia Sama, entrevista pessoal, 2023, 22 de junho)

Não deixa de ser interessante constatar que, dada a precária situação financeira em que vivem as empresas de comunicação, haja profissionais que vejam no apoio do Estado a solução para a construção da liberdade na Guiné-Bissau.

“Os órgãos privados não recebem subvenção por parte do Estado guineense. Se tivessem seriam independentes, naturalmente iriam exercer livremente os seus trabalhos”, acredita Serifo Tawel Camará, o diretor de programas da Rádio Popular (Serifo Tawel Camará, entrevista pessoal, 2023, 26 de junho).

Já o diretor da Rádio Sol Mansi prefere outra forma de se proteger contra possíveis desequilíbrios. Afirmar Casimiro Jorge Cajucam: “a regra de ouro é trabalhar com o que temos sem esperar ou pedir favores a políticos e governantes, que podem comprometer a nossa atuação” (Casimiro Jorge Cajucam, entrevista escrita, 2023, 22 de junho).

O jornalista Tiago Seide partilha um desabafo que ajuda a entender os constrangimentos diários de quem anda no terreno a fazer reportagem: “não me sinto livre porque o exercício do jornalismo está limitado e condicionado, neste país. O jornalista que não aceita benesses é crucificado. Eu mesmo tenho dificuldades em fazer perguntas aos dirigentes” (Tiago Seidi, entrevista pessoal, 2023, 29 de junho).

Tiago Seidi é direto e afirmativo:

Como é que nós podemos falar de liberdade de imprensa num contexto em que o jornalista é agredido em pleno exercício, quando faz reportagem de manifestações, de visitas de ministros, da chegada de um presidente de um país ou de um líder político? Quando as rádios são atacadas à luz do dia sem que as autoridades nacionais e locais movam uma palha? Como é que nós podemos falar de liberdade de imprensa num país em que o governo tenta limitar o exercício da profissão através de um despacho? Como é que nós podemos falar de liberdade de imprensa quando os jornalistas são impedidos de aceder às informações? Portanto, na minha opinião, não há liberdade de imprensa na Guiné-Bissau (Tiago Seidi, entrevista pessoal, 2023, 29 de junho).

O diretor da Rádio Cidade mostra-se mesmo surpreendido com as conclusões apresentadas no mais recente relatório dos RSF:

Eu fiquei admirado com o último relatório de RSF com a posição que a Guiné-Bissau ocupa no ranking mundial da liberdade de imprensa. Num país onde os jornalistas são espancados, rádios são quebradas, como é que a Guiné-Bissau subiu alguns pontos na avaliação da liberdade de imprensa? Nos últimos 3 anos a liberdade de imprensa é quase uma miragem. Não existe coisa nenhuma em termos de liberdade de imprensa (Iama Sama, entrevista pessoal, 2023, 22 de junho).

4.4. Sem segurança, sem jornalismo de investigação

Os responsáveis das rádios consultadas consideram insegura a prática do jornalismo de investigação, na Guiné-Bissau. Trata-se de um género jornalístico que obriga a coragem e determinação num país onde continua a ser tão difícil escrutinar e denunciar as irregularidades praticadas pela classe política nacional ou outros atores na sociedade guineense.

Qual é o órgão ou jornalista que ousa fazer uma investigação profunda sobre o tráfico de droga e corrupção, por exemplo, do presidente da República, do Primeiro-Ministro ou do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas? Não há segurança para um jornalista guineense que reside na Guiné-Bissau fazer esse trabalho. Quando é assim, não se pode falar da liberdade de imprensa, se partirmos da ideia que a liberdade de imprensa é a capacidade de um indivíduo publicar e ter acesso à informação, através de meios de comunicação em massa, sem interferência do Estado ou outra. Importa ressaltar que, embora a liberdade de imprensa seja a ausência da influência estatal, ela pode e deve ser garantida pelo governo através da legislação (Casimiro Jorge Cajucam, entrevista escrita, 2023, 22 de junho).

Aliu Balde de jornal Nô Pintcha, sobre a questão de prática deste género no país, afirma que em qualquer parte de mundo existem riscos para este género jornalístico, isto porque, ele vai a fundo de um determinado assunto para trazer ao público a "verdade escondida" e essa verdade muitas das vezes a sua divulgação excita à sociedade.

No caso concreto da Guiné-Bissau, tendo em conta o elevado nível de corrupção e de criminalidade cometidas, muitas figuras públicas não estão preparadas a serem investigadas sobre assuntos quentes e obscuros para o povo que tem o direito de ser esclarecido.

Confesso que, se o exercício do jornalismo com informações correntes está ameaçado, então, o Investigativo torna-se muito difícil (Aliu Baldé, entrevista pessoal, 2024 07 de janeiro).

O jornalista Fofana está alinhado com a ideia de que a investigação no jornalismo é uma atividade arriscada que obriga a investimento de tempo e dinheiro:

Sabemos que o jornalismo de investigação comporta muitos riscos e recursos financeiros. Eu quando cheguei à rádio não havia este trabalho de investigação, mas tentámos criar condições internamente. Tentámos procurar fontes confiáveis para este trabalho. Por exemplo, eu estava a investigar o processo do antigo ministro da Saúde que era acusado de roubar 100 mil CFA correspondente a 150 euros. Eu não consegui terminar este trabalho devido à falta de recursos, por que tenho de me deslocar para diferentes centros de saúde a fim de averiguar a matéria (Amadú Madja Fofana, entrevista pessoal, 2023, 19 de junho).

Ussumane Mané, jornalista, reporta ameaças do Presidente da República aos jornalistas, onde este disse autorizar o ministério do Interior a vigiar e escutar OCS e jornalísticas e consequente detenção quem preferir insultos contra a sua pessoa. no país, situação que representa “restrição à liberdade de imprensa e de expressão, porque nós somos representantes dos que não têm voz, a população”.⁴²

Analisando tudo isso, não podemos falar da liberdade de imprensa e nem de expressão, e sem esses elementos não pode haver consolidação da democracia na Guiné-Bissau. Há muito medo e muitas ameaças contra os jornalistas e classe. Ninguém tem coragem de fazer jornalismo de investigação. Todos os OCS agora só dependem de agendas políticas, não criam agendas internas, os conteúdos na maior parte são ateliês, conferências de imprensa, seminários, visitas, assuntos políticos. Não há diversidade de informação. Não há condições de segurança, meios materiais e financeiros para jornalismo de investigação. Acesso às fontes de informação é difícil. Pedir entrevistas a um diretor Geral de um ministério, eles dizem para esperar a autorização do ministro. Recentemente foi aprovado o Orçamento Geral do Estado para ano económico de 2024.

⁴²Guiné-Bissau – Chefe de Estado autoriza vigia de jornalistas.
<https://www.vaticannews.va/pt/africa/news/2024-01/guine-bissau-chefe-de-estado-autoriza-vigia-de-jornalistas.html/> acesso: 12/01/2024

Um jornalista tem de ter condições para procurar saber se o valor aprovado se pode refletir de forma positiva na vida da população, se vai cobrir a massa salarial do país, nos setores sociais infraestruturas. Um jornalista deve estar na altura de saber se é aplicado ou não no setor para qual foi destinado. Um jornalista deve fazer um estudo económico da Guiné-Bissau, procurar fatos reais sobre economia do país, saber das razões de queda ou não da economia nacional.

Estamos a falar de OCS sem subvenção estatal. Se alguém tem contribuído em alguma coisa, tem direito de receber retorno, nenhum órgão privado tem condições para pagar aquele valor.

Há rádios criados por políticos. O próprio Presidente da República tem a sua rádio, será que eles pagam alvará ao Estado? Não pagam. O governo criou imposto de audiovisual, os OCS privados não beneficiam em nada. Devia haver um estudo prévio e depois decidir o preço de alvará (Ussumane Mané, entrevista pessoa, 2024 06 de janeiro).

(...) o Secretário-Geral do SINJOTECS explicou-nos que a efetivação da carteira profissional depende da promulgação do diploma pelo Presidente da República que ainda não aconteceu, e considera que a situação condiciona a organização da classe, nomeadamente no que toca à incompatibilidade de exercer jornalismo e assessoria de imprensa ao mesmo tempo. Isso “põe em causa a autonomia e independência profissional. Prestar serviço a uma instituição cujo interesse não coincide com atividade jornalística” (Diamantino Domingos Lopes, entrevista pessoal, 2024, 06 de janeiro).

A mesma organização reclamou a reforma no CNCS sendo uma entidade independente pode ajudar a regular o funcionamento do setor, sobretudo no ponto de vista da ética e de deontologia. “E conseguimos, mas não está efetivado porque falta a promulgação do novo estatuto do CNCS. Temos leis de imprensa que abrangem vários setores, a lei da rádio, da televisão, da agência de notícias, da imprensa escrita, e a de publicidade e incluindo o Estatuto de Jornalista. Não é que não existe leis, faltam aprovações capazes de proporcionar o melhor funcionamento do setor.

A atualização do preço de alvará “é má-fé por parte do governo, não havia necessidade, eu considero a medida de injusta e impraticável no nosso país” (Diamantino Domingos Lopes, entrevista pessoal, 2024, 06 de janeiro).

Lucas Mendes de Carvalho rejeita a ideia de existir liberdade de imprensa e de expressão na Guiné-Bissau, pela violação constitucional por parte do Úmaro Sissoco Embaló ao dissolver o Parlamento menos de seis meses vedada no artigo 94º. “Presidente da República que deve ser garante da constitucionalidade e vinha ser o maior violador da CRGB” (Lucas Mendes de Carvalho, entrevista pessoal, 2024, 06 de janeiro).⁴³

O jornalista está em Portugal desde 2019 e não regressou ao país por motivos de segurança pessoal. Nos informou que foi aconselhado por familiares a não voltar ainda para o país devido o seu passado judicial com autoridades governamentais.

Em 2014, o jornalista e toda a equipa redatorial foram alvo da queixa crime do então Procurador Geral da República Abudu Mane e o Presidente do STJ Paulo Sanha por motivo deste artigo “Abudu Mane e Paulo Sanha pretendem afastar José Mário Vaz da política”.⁴⁴ A outra foi uma queixa em 2018 com Suze Barbosa na altura Secretária do Estado da Cooperação. O artigo tinha o título de “Cônsul e Governo vendem passaporte aos estrangeiros a 25 mil dólares”.⁴⁵

Tendo em consideração estes acontecimentos e o atual cenário que se vive nos media e no jornalismo na Guiné, Lucas Mendes de Carvalho não hesita afirmar que:

Há uma degradação da liberdade de imprensa e de expressão no país, “havia mais liberdade de imprensa e de expressão em 2012 a 2014 em relação ao atual período do mandato do Úmaro Sissoco Embaló. Não existe liberdade de imprensa e de expressão no país. A taxa de Alvará é abusiva, o seu objetivo é oprimir as empresas e a população, impedir os media dar voz aos que não têm voz, os impedir de criticar o regime. Não hã condições para empresas jornalísticas pagar aquele valor (Lucas Mendes de Carvalho, entrevista pessoal, 2024, 06 de janeiro”).

⁴³ declara que a ANP não pode ser dissolvida nos 12 meses posteriores à eleição, no último semestre do mandato Presidente da República ou a vigência do estado de sítio ou emergência. A ANP foi eleito a 4 de junho de 2023, e Úmaro Sissoco Embaló o dissolveu dia 04 de dezembro de 2023.

⁴⁴ Diretor do Semanário «Donos da Bola» vai ser julgado.

<http://www.rispito.com/2014/02/director-do-semanario-donos-da-bola-vai.html>

⁴⁵ Jornal Donos da Bola condenado a prisão suspensa.

<https://www.radiosolmansa.net/index.php/Nacional/jornal-donos-da-bola-condenado-a-prisao-suspensa.html>

O jornalista é a favor da subvenção estatal, “é uma forma de garantir a imparcialidade, permitir informar de forma igual, de toda a categoria de cidadãos” (Lucas Mendes de Carvalho, entrevista pessoal, 2024, 06 de janeiro”).

Jornalismo de Investigação não é impossível disse o jornalista, mas será difícil praticar este género no país, para além de condições económicas que exige é necessário o poder judicial proteger o jornalista: “eu acreditava que o jornalismo e o poder judicial podem contribuir na construção da sociedade guineense, porque estas duas profissões têm como essência a verdade, sendo assim podem ajudar a combater a corrupção” (Lucas Mendes de Carvalho, entrevista pessoal, 2024, 06 de janeiro”).

Rejeita a ideia de existência da liberdade de imprensa e de expressão no país, pelo fato de uma simples marcha pacífica da população é:

(...) impedida com gás lacrimogénio, onde existe censura nos OOCs público o jornalista escreve notícia, faz montagem da imagem e tudo, chegar a hora do noticiário viu a sua peça distorcida, ou só apresenta uma parte que o responsável pensa que vai agradar o dirigente político (Cvestiana Ermen Malú, entrevista pessoas 09-01-2024).

A jornalista afirma ser difícil o jornalismo de investigação, na medida em que só um simples confronto a um dirigente por promessas feitas e não cumpridas, o jornalista é intimidado pelo diretor do órgão ou outra entidade próximo ao dirigente.

A jornalista também é contra o valor atualizado de alvará, “devido a condição económica difícil os órgãos não conseguem pagar salário aos funcionários, a maioria dos jornalistas trabalham por amor à profissão, não beneficiam de nada em termos de ganho económico (Cvestiana Ermen Malú, entrevista pessoal, 09-01-2024).

A insegurança é transversal na sociedade guineense e atinge também possíveis fontes de informação que, deste modo, preferem o silêncio à colaboração com os jornalistas. Apesar das dificuldades, a Rádio Jovem diz que faz jornalismo de investigação embora admita que “sempre enfrentamos barreiras que têm a ver com bloqueios de acesso a informações. Em várias ocasiões, as fontes não colaboram por causa de medo, e isso dificulta conseguir um resultado eficiente e eficaz” (João Paulo Djata, entrevista pessoal, 2023, 28 de junho).

Os jornalistas constataam também o tímido número de processos judiciais resultantes de investigações jornalísticas envolvendo políticos nacionais.

A prática não tem evoluído na Guiné-Bissau, porque não há acompanhamento de jornalista pela justiça, chega a um determinado ponto é obrigado parar, sabe que se continuar vai ter problema, porque a justiça não vai fazer o trabalho, logo a jornalista torna-se vulnerável perante o caso que investigou. Mais, há coisas importantes para um jornalista que queira fazer um jornalismo de investigação como temos feita na rádio Capital, a questão da coragem, de determinação, da curiosidade de persistência e da resistência são fundamentais. E temos trabalhado nisso (Tiago Seidi, entrevista pessoal, 2023, 29 de junho).

4.5. O papel do estatuto editorial

Cada órgão de comunicação social deve informar o leitor, ouvinte ou espetador sobre a linha editorial que o define de modo que o público possa tomar decisões conscientes como consumidor que é de conteúdos jornalísticos.

A Rádio Capital nos deu acesso a um documento escrito onde estão elencadas as principais regras e linhas de trabalho e posicionamento da rádio na sociedade guineense.

Porém, o estatuto editorial é obrigatório para a concessão de autorização à atividade jornalística. No ponto 1 do artigo 22º lei da Imprensa Escrita e de Agências de Notícias nº1/2013 declara-se: “competem à direção dos órgãos de imprensa, a definição das grandes linhas de orientação do órgão e elaboração do seu estatuto editorial”. (lei 1/2013) Sobre esta matéria, a Lei da Radiodifusão declara o seguinte:

Estão sob jurisdição do Estado da Guiné-Bissau os operadores de radiodifusão com sede social efetiva na Guiné-Bissau e cujas decisões editoriais relativas à programação sejam tomadas na Guiné-Bissau ou, tendo sido no estrangeiro, as emissões sejam efetuadas a partir da Guiné-Bissau (artigo 2º Lei nº 4-2013).

A primeira rádio privada guineense, a Galáxia de Pindjiguite, informa, no seu estatuto, que “defende o interesse nacional. Os programas estão mais virados para a cultura nacional. Nunca permite músicas insultuosas. O registo magnético sobre assuntos políticos não ultrapassa os 45 segundos e os assuntos sociais podem ir até um minuto e meio.” (Bacar Demba Seidi, entrevista pessoal, 2023, 27 de junho)

A rádio Jovem apresenta-se como uma emissora da juventude guineense com uma “programação de conteúdos de interesse juvenil e a promoção da coesão social” (João Paulo Djata, entrevista pessoal, 2023, 28 de junho).

O estatuto editorial da RSM aposta “na formação integral da pessoa humana, na paz, reconciliação, desenvolvimento, respeito pela diversidade, diálogo entre as religiões no seio da sociedade. E para atingir esses o objetivo privilegia a difundir o Evangelho e a doutrina social da Igreja (Casimiro Jorge Cajucam, entrevista escrita, 2023, 22 de junho)

A Rádio Nossa centra-se “na promoção da fé cristã” e faz uma aposta na missão “de informar, formar e sensibilizar a população guineense” (Maria Margarida Gomes da Silva Gonçalves Correia, entrevista escrita, 2023, 21 de junho).

Ainda existem emissoras que não dispõem de serviços noticiosos como é o caso da Rádio Luz que só transmite comunicados internos da igreja evangélica no seio da qual nasceu. (José Willian Andrade, entrevista pessoal, 2023, 14 de junho).

Outra rádio evangélica, a Voz de Esperança, apresenta um estatuto editorial de uma rádio “generalista, com programas de carácter religioso ou espiritual e social de 50% cada, só falta o serviço noticioso, que podemos começar pela primeira vez, no início do semestre” (Sibite Camará, entrevista pessoal, 2023, 28 de junho).

A rádio Albarkah não implementou o serviço informativo. A direção optou pela transmissão de um bloco gravado com o resumo de notícias difundidas, durante a semana, pela rádio nacional, a RDN” (Bubacar Bari, entrevista pessoal, 2023, 26 de junho).

4.6. O polémico novo alvará

A pergunta impõe-se e é transversal no meio radiofónico guineense: “uma rádio que não consegue faturar para assegurar o seu regular funcionamento e pagar salário aos funcionários, como pode pagar um valor desses ao Estado”? (Bacar Demba Seidi, entrevista pessoal, 2023, 27 de junho).

As empresas jornalísticas consideram impraticável o valor da Taxa de Alvará fixado pelo governo, em 2022. O fraco rendimento dos órgãos privados no mercado dos media e a ausência da subvenção estatal são fatores decisivos para a contestação do novo imposto.

O administrador, desde 1997, da rádio Galáxia de Pendjiguite, sublinha que “a emissora nunca recebeu subvenção do Estado guineense e sabemos que as despesas dos órgãos públicos estão orçamentados pelo governo, mas não é segredo que os órgãos

privados são os que mais trabalham para a população” (Bacar Demba Seidi, entrevista pessoal, 2023, 27 de junho).

O administrador da CFM lembra o contexto em que se encontrava a emissora quando foi fixado o novo valor da taxa:

A CFM foi vandalizada no dia 07 de fevereiro e no dia 10 o ministério da Comunicação Social chamou todos os órgãos para entregar os documentos para efeito de verificação. Mal entregámos os documentos disseram-nos que a CFM tem uma dívida de 5 anos num valor de um milhão de francos CFA, cerca de um milhão e meio de euros. Nós pagámos. Depois o governo produziu um outro regulamento que determina o pagamento de 10.000.000 milhões francos CFA o que equivale a 15 mil euros, para concessão de taxa de alvará para quem começa no exercício da atividade audiovisual (Mustafa Queita, entrevista pessoal, 2023, 27 de junho).

Para a renovação da taxa é preciso agora pagar ao Estado 2.500 milhões de francos CFA, (equivalente a 3 mil euros). Nem todos os órgãos pagaram a quantia exigida, mas mesmo assim continuam a emitir. Já com a CFM o caso foi outro:

Até agora não há nenhum órgão de comunicação social que esteja a pagar. O ministério da comunicação social não cobrava esta taxa, só depois do ataque a rádio Capital apareceu estas medidas de pagamento (Mustafa Queita, entrevista pessoal, 2023, 27 de junho).

Para o jornalista Tiago Seide o despacho do governo tem um propósito:

Silenciar os OCS que dão voz aos sem voz. Os mais recentes, verdade seja dita, têm revolucionado o panorama informativo do país e têm demonstrado aos políticos a outra face da governação.

E isso incomoda de que maneira certos setores e os políticos que estão a governar e têm governado o país sem uma visão de desenvolver o país, precipitaram-se ao avançar com esse despacho. Pena que finjam não saber que o despacho não pode revogar uma lei que foi aprovada pelos deputados e promulgada pelo Presidente da República (Tiago Seidi, entrevista pessoal, 2023, 29 de junho).

O responsável da Rádio Cidade defende a mesma ideia e afirma que a intenção do executivo era a de “atacar e fechar os OCS, para deixarem de criticar e assim fazer aquilo que pretendem com o país. Uma rádio que não consegue pagar aos funcionários não terá condições de pagar” ao governo, uma nova taxa (Iaia Sama, entrevista pessoa, 2023, 22 de junho).

A decisão do executivo guineense, para Cajucam, tem o objetivo de mutilar os OCS privados e comunitários.

Um órgão não gera uma receita anual de mais de 10 milhões de francos e tem despesas correntes e mensais: energia elétrica, salário dos funcionários, transportes para reportagens, programas, despesas para assegurar minimamente o normal funcionamento, como vai pagar esse valor? E como uma rádio comunitária, que não tem receita própria devido às suas características e que trabalha voluntaria e gratuitamente ao serviço da comunidade, pode conseguir dinheiro para pagar 750 mil francos CFA (mais de mil euros) em cada dois anos? (Casimiro Jorge Cajucam, entrevista escrita, 2023, 22 de junho).

Na opinião do jornalista Serifo Tawel Camará a medida espelha “ignorância do governo em relação ao papel que os OCS privados têm estado a desempenhar em favor das políticas públicas para o desenvolvimento. Nenhum órgão de comunicação social tem condições de pagar aquele valor da nova taxa” (Serifo Tawel Camará, entrevista pessoal, 2023, 26 de junho).

Camará destaca que o governo tem a tradição de usar os meios de comunicação privados para difundir informações da administração pública o que demonstra bem a importância que os governantes dão, por exemplo, às rádios locais, reconhecendo a implementação das mesmas na sociedade guineense.

As campanhas para mobilização massiva da população ao recenseamento eleitoral, à vacinação, à apanha de castanha de caju, são os órgãos privados e comunitários que aparecem em grande plano a sensibilizar a população para a necessidade de contribuir para o crescimento da receita interna do Estado guineense (Serifo Tawel Camará, entrevista pessoal, 2023, 26 de junho).

Muito importante para a sobrevivência dos órgãos privados, num país onde o mercado publicitário é quase inexistente, são os apoios que resultam de parcerias com Organizações Sem Fins Lucrativos e outras organizações/instituições/empresas nacionais e internacionais. Lassana Cassamá, afirma que a CFM tem mantido relações “com organizações internacionais sobretudo as Nações Unidas e outras que nos ajudam em termos de sustentabilidade dos programas. É a única forma que nós encontramos para não sermos influenciados” (Lassana Cassama, entrevista pessoal, 2023, 28 de junho).

Por exemplo, a Rádio Paz é apoiada pela Associação Juvenil para a Reinserção Social da Guiné-Bissau (AJURES) e pela Ajuda Direta (Direct Aid), a antiga Agência Kuwait Muçulmana para África. “Nunca recebemos subvenção estatal. Até me lembro do apoio do governo do Japão que nos entregou computadores, no quadro da parceria que temos com a ONG nacional Palmeirinha e com o Ministério da Saúde Pública que, no entanto, até hoje, não procedeu a qualquer entrega” (Jane Vaz, entrevista pessoal, 2023, 21 de junho).

Alison Cabral, diretor da Rádio Jovem aquando da entrevista para este trabalho, lamentou que “o governo ao invés de apoiar as rádios vem ainda exigir pagamento daquele valor. Eu como diretor não concordei, mas ouve opiniões a favor então procedemos ao pagamento” (Alison Cabral entrevista escrita, 2023, 05 de julho).

A rádio Nossa foi obrigada a pagar o valor da taxa determinado por governo “a pressão era muito grande com ameaças de fecho das emissões; de formas recorremos a parceiros e pagamos para poder continuar com as nossas emissões. Uma rádio que nunca recebeu a subvenção do Estado guineense” (Maria Margarida Gomes da Silva Gonçalves Correia, entrevista escrita, 2023, 21 de junho).

Ao contrário da maioria de rádios, os responsável da rádio Luz assume que nunca “questionamos as decisões do governo. No tempo da pandemia colaborámos com o governo para que pudéssemos funcionar de maneira correta” (José Willian Andrade, entrevista pessoal, 2023, 14 de junho).

A Guiné-Bissau não é imune à migração dos públicos para as redes sociais, fenómeno que enfraquece ainda mais um mercado magro como é o das empresas privadas a operar na Guiné-Bissau, interessadas e com capacidade para investir em publicidade na comunicação social local. Isso mesmo constata Bubacar Bari, o chefe de redação da rádio Albarkah: “as empresas atualmente não anunciam as suas marcas e produtos nas rádios, preferem as redes sociais” (Bubacar Bari, entrevista pessoal, 2023, 26 de junho).

Conclusão

Como a história tem mostrado, os media guineenses viveram e continuam a viver em luta pela afirmação da liberdade de imprensa e de expressão, pilares de um Estado democrático. Os media guineenses desempenharam um papel essencial na luta de libertação nacional na Guiné-Bissau.

No chamado “período do partido único” a ideologia do poder não difere daquela do tempo colonial, na medida em que o regime não tolerava um jornalismo independente, mas apenas aquilo que deve ser designado como propaganda política.

No multipartidarismo, já com órgãos privados a operar no mercado das rádios e da imprensa (na Guiné-Bissau ainda não há canais de televisão privados), os media têm vindo a atravessar momentos difíceis, em função da aceitação ou não, por parte dos governantes, da linha editorial e independência de cada órgão de comunicação. Atualmente, o país tem 30 rádios comunitárias, 14 privadas, 3 jornais privados, e 4 órgãos públicos (um jornal, uma agência de notícias, uma rádio e uma e única televisão do país).

No processo de produção de conteúdos jornalísticos, os órgãos privados desempenham um papel relevante na sociedade, muito especialmente as rádios, até porque são o meio que chega mais longe (também em termos territoriais) e a um número maior de cidadãos. A rádio é assim mais acessível para quem ouve porque não obriga a saber ler e é mais economicamente viável para um cidadão guineense comprar um aparelho de rádio do que, por exemplo, uma televisão. Um rádio é também mais facilmente partilhável na comunidade do que um ecrã de televisão. A rádio é ainda o meio no qual o público guineense mais confia.

No nosso estudo, fazemos o levantamento do percurso dos media na Guiné-Bissau, dando enfoque especial ao papel da Rádio Capital na defesa da liberdade de imprensa no país.

Entrevistámos 31 personalidades (administradores, diretores de 14 rádios privadas), associações de jornalistas e jornalistas de órgãos públicos e privados, na Guiné-Bissau.

Todos discordam sobre a atualização do alvará, determinada pelo executivo, em 2022. É encarado como forma de o Estado tentar controlar e dominar os meios de comunicação social do país sobretudo porque, com baixos orçamentos, fracas receitas, um mercado publicitário frágil, sem subvenção estatal e com dívidas muitas vezes impossíveis de pagar, as empresas de comunicação social acabam por fechar a atividade ou por se

sujeitar a ditames empresariais e políticos que perigam a independência da comunicação social guineense.

Nesse sentido, não será de estranhar a denúncia dos profissionais sobre a existência de pressões externas exercidas sobre os OCS, realidade que tem sido denunciada, sobretudo nos últimos anos. Os profissionais constataam maior pressão feita pelas autoridades governamentais, quer através da legislação, quer através de ações judiciais. A tudo isto acrescenta-se a intimidação, as agressões (pessoais e materiais), a generalizada falta de segurança de que reunimos vários testemunhos e que não dão sinais de abrandar em breve. Aliás, a insegurança, o medo também das fontes e a colaboração do poder judicial com o poder político têm justificado o pouco jornalismo de investigação que tem sido feito na Guiné-Bissau, embora este seja reconhecido como um dos géneros jornalísticos que promove a justiça precisamente através de identificação de injustiças e da violação de direitos humanos.

Esta realidade põe em causa o funcionamento das empresas de comunicação social bem como o exercício livre da profissão, como vimos ao longo deste trabalho e como é disso exemplo o caso da CFM merecedor de especial atenção nesta dissertação.

Neste estudo, constatamos que o jornalismo na Guiné-Bissau constitui uma profissão de risco. Não há proteção dos jornalistas, não há facilidade no acesso às fontes de informação, há censuras, há retalhações e não há proteção contra isso, não há independência editorial nos alguns OCS.

Uma profissão que, neste momento, contribui para a afirmação de um Estado de direito democrático como a Guiné-Bissau diz que quer ser, embora constatemos que os atores políticos, na prática, não atuam nesse sentido.

O jornalista que, no dia a dia guineense, enfrenta, tantas vezes, a perseguição, a intimidação e a ameaça senão mesmo a violência física.

Sabemos que o jornalismo não faz parte de nenhum órgão de soberania, mas é considerado o quarto poder. Sabemos que não tem assento na CNE nem na ANP, mas senta-se à mesa com o povo, com o empresário e com político para todos ouvir de igual forma. E também sabemos que o jornalismo tem elevada importância numa sociedade democrática como a Guiné-Bissau quer mostrar que é.

Nas sociedades democráticas e modernas, os meios de comunicação desempenham um papel fundamental na formação de uma opinião pública forte.

A rádio foi e é o meio de comunicação social mais consumido na Guiné-Bissau e no qual a população nacional mais confia, segundo um estudo da Universidade Católica de Lisboa “quatro em cada dez guineense ouvem rádio diariamente” (António 2020, p. 19).

Os media permitem aos cidadãos expressar opiniões e pontos de vistas sobre qualquer assunto, denunciando, debatendo ideias e sugerindo soluções. Ao tentar manter os cidadãos informados, contribuem para a criação de uma opinião pública crítica, esclarecida e ativa.

As motivações dos ataques à CFM estão relacionadas com a linha editorial desta estação emissora. Por integrar na sua programação as necessidades reais dos cidadãos guineenses (expressar) os seus anseios sobre assuntos da sua vida e governação, direitos consagrados na CRGB artigo 51.

A CFM tem desempenhado um papel crucial em informar, formar, educar e sensibilizar os cidadãos guineenses em várias situações.

A CFM escolheu sem medo, temas polémicos, necessários e determinantes para a consolidação da consciência coletiva guineense. É na CFM que se ouve o cidadão ligar na “Frequência Activa, desabafar” “chorar” explicar situações e acontecimentos desagradáveis (morte de um familiar por falta de atendimento médico nos dias de greve nos hospitais, morte de um amigo no incêndio porque os bombeiros humanitários não conseguem ter acesso o local por falta de meios ou falta de urbanização dos bairros, que impede a circulação de viaturas no caso de urgência.

Por isso, e por tanto mais, chamamos à CFM “terapeuta das dores emocionais” de um povo que não conhece a estabilidade política, social e económica há décadas. Um povo que encontra na CFM um espaço de desabafo e de esperança. Uma antena que ouve a queixa, procura o contexto e tenta sempre dar os dois lados da notícia.

A imprensa não pode existir só como um canal para recados dos políticos. A comunicação social tem de dar voz à população e propor pensamento novo e desafiante.

O próprio Estado guineense reconhece na imprensa uma “função de interesse público, desde que vise a difusão de informações e o conhecimento que contribuam para o aprofundamento da democracia e do progresso social” (lei nº 1/2013).

A CFM trouxe um reforço democrático, leva o povo guineense a sentir que faz parte do Estado, tem responsabilidade no sucesso ou no fracasso da governação e da garantia de Estado de Direito Democrático, enquanto um fiscalizador natural de todas as ações governativas e não só. Para além de os seus programas terem revolucionado o exercício da

cidadania e a atuação radiofónica na Guiné-Bissau, os efeitos do papel da CFM também são vistos através da atuação de certos setores políticos guineenses.

Nota-se claramente que o esclarecimento “imposto” aos cidadãos pela CFM, leva aos políticos do país a cuidarem com suas atuações e a sentirem-se cada vez mais fiscalizados pela população, que se torna mais entendida em diferentes matérias e igualmente exigente para com quem a governa. Por outro lado, podemos constatar que, desde o aparecimento da Rádio Capital FM, em 2015, outros OCS, caso particular das rádios, também são obrigados a redobrar os esforços e a melhorar os seus conteúdos, não só para estabelecer concorrência, mas para manter uma ligação com a “população-ouvinte”.

A liberdade de imprensa deve ser um bem sagrado que, numa democracia, tem de ser respeitada. Se a democracia exige eleições, no intervalo de uma eleição e outra, a população deve ser informada sobre o que está a ser feito, como, quando, onde e porquê.

Referências bibliográficas

- António, J, (2020). *Grande inquérito sobre uso e consumo de informação pela população da Guiné-Bissau*.
http://www2.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_ctr.asp?SSPAGEID=1135&lang=1&artigoID=57057.
- Amaral, I, (2016). *Redes sociais na internet: sociabilidades emergentes*.
www.labcom-ifp.ubi.pt.
- Assembleia Nacional Popular (1996). *Constituição da República da Guiné-Bissau*
<https://www.parlamento.gw/leis/constituicao/constituicaoguine.pdf/view>
- Assembleia Geral das Nações Unidas (16 de dezembro de 1966). *Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos*,
<https://www.ministeriopublico.pt/instrumento/pacto-internacional-sobre-os-direitos-civis-e-politicos-0>
- Autoridade Reguladora Nacional, (sd). *Internet: taxa de penetração de internet (móvel e fixo via rádio)* <https://arn.gw/internet-2/>
- Bodjam, I. P. (2022). *O perfil dos media na Guiné-Bissau*, ipabo2008@gmail.com
- Cristóvão, F, M., A, Amorim & Marques, M, L, G, et al. (2005). *Dicionário temático da lusofonia*, texto editores www.textoeditores.com/e-mail:spe@textoeditores.com
- Carvalho, C, S, P. (2014). *Guiné-Bissau: a instabilidade como regra*. Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias Departamento de Política, Segurança e Relações Internacionais/<https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/5960> acesso 15-01-2023
- Canavarro, A, I., V & Cardoso, A, (2013). *Os novos media no universo político: sociedade civil e participação política*. Universidade Lusófona do Porto.
- Carpentier, N, (2015). *Conjunctions: transdisciplinary journal of cultural participation differentiation between access, interaction and participation*. ([PDF](#)) [Differentiating between Access, Interaction and Participation \(researchgate.net\)](https://www.researchgate.net/publication/309111111-Conjunctions-transdisciplinary-journal-of-cultural-participation-differentiation-between-access-interaction-and-participation)
- Castells, M, (2005). *A sociedade em rede em Portugal*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- DW África (30 de dezembro de 2021). *Guiné-Bissau qual a perspetiva da liberdade de imprensa em 2022*. <https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-qual-as-perspetivas-da-liberdade-de-imprensa-para-2022/video-60299852>
- DW África, (07 de abril de 2022), *Guiné-Bissau: governo encerra 79 rádios por falta de licença*. <https://www.dw.com/pt-002/governo-da-guin%C3%A9-bissau-encerra-79-r%C3%A1dios-por-falta-de-pagamento-de-licen%C3%A7a/a-61400903>

DW África, (29 de novembro de 2022). “O governo a decretou a morte da imprensa guineense” <https://www.dw.com/pt-002/novo-despacho-o-governo-decretou-a-morte-da-imprensa-guineense/a-63926309>

DW África, (08 de abril 2022). *Rádios fecham na Guiné-Bissau: “o governo só complica”* <https://www.dw.com/pt-002/r%C3%A1dios-fecham-na-guin%C3%A9-bissau-o-governo-s%C3%B3-complica/a-61415454>

DW África, (31 de março de 2020). *Guiné-Bissau: “a liberdade de imprensa está ameaçada”*.<https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-a-liberdade-de-imprensa-est%C3%A1-amea%C3%A7ada/a-52973653>

DW África, (24 de agosto de 2020). *Diáspora guineense vai ajudar Rádio Capital após ataque*. <https://www.dw.com/pt-002-di%C3%A1spora-guineense-vai-ajudar-na-recupera%C3%A7%C3%A3o-da-r%C3%A1dio-capital-fm/a-54681587>

DW África, (07 de fevereiro de 2022). *Rádio capital atacada por homens armados em Bissau*. <https://www.dw.com/pt-002/r%C3%A1dio-capital-atacada-por-homens-armados-em-bissau/a-60685699>

DW África, (09 de fevereiro de 2022). *Ministério do interior é responsável pelo assalto à rádio*. <https://www.dw.com/pt-002/lassana-cassam%C3%A1-minist%C3%A9rio-do-interior-%C3%A9-respons%C3%A1vel-pelo-assalto-%C3%A0-r%C3%A1dio-capital/a-60715880>

DW África, (21 de abril de 2020). *Liberdade de imprensa piora na Guiné-Bissau e em Moçambique*. <https://www.dw.com/pt-002/liberdade-de-imprensa-piora-na-guin%C3%A9-bissau-e-em-mo%C3%A7ambique/a-53201313>

Direção de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo/ Divisão de Relações Internacionais e Cooperação, (2022). República da Guiné-Bissau <https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063484d364c793968636d356c6443397a6158526c6379395953556c4d5a5763765130394e4c7a684452554e444c305276593356745a57353062334e4259335270646d6c6b5957526c5132397461584e7a595738765a4759794f5756695a446b744f4463344e6930304e6d45344c546b7a5a546b744e57457a4d544d7a5a4442694e4445344c6e426b5a673d3d&fich=df29ebd9-8786-46a8-93e9-5a3133d0b418.pdf&Inline=true>

Évora, S. I., & Sousa, H. (2007). *Mapa político e a liberdade de imprensa na Guiné-Bissau*. <https://hdl.handle.net/1822/36714>

Esteves, J, P, (n.d). *Opinião pública e democracia na sociedade informação*.
<https://bocc.ufp.pt/pag/esteves-pissara-opiniao-publica.pdf>

Esteves, J, P. (2010). *Novos media e deliberação: sobre redes, tecnologia, informação e comunicação*. <http://dx.doi.org/IC.2010.i0108>

Ferreira, G, B, (2011). *Qual o papel do jornalismo nas democracias modernas contemporâneas? Jornalismo público e deliberação política*.
<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3684525.pdf>

Ferreira, G. B. (2018). *Sociologia dos novos media*.
<https://labcomca.ubi.pt/sociologia-dos-novos-media/>

Global Initiative against Transnational Organized Crime, (2021). *Missão não cumprida?* <https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2021/04/GuineaB-UNSC-Portuguese-16Jul2021web.pdf>

Grevisse, B. (2000) *Représentations journalistiques de la déontologie et pratiques professionnelles*. Comunicação apresentada no Seminário Internacional Media, Jornalismo e Democracia.

Figaro, R, (2014) *a triangulação metodológica em pesquisas sobre a comunicação no mundo de trabalho*. Doi:10.4013/fem.2014.162.06/16(2)

Ferreira, E, M., Araújo, C. L., Fornari, L. F. (2020). *A compreensão de temas das ciências sociais por meio da pesquisa qualitativa*. <https://periodicos.ufv.br/ojs/reves/>

Imbenque, B, (2023). *Condições das mulheres e homens jornalistas na Guiné-Bissau*. Casa dos direitos / <http://casadosdireitos-guinebissau.blogspot.com/p/cadernos-da-casa.html>

Jornal Expresso, (11 de abril de 2022). *Guiné-Bissau nada mudou para o bem desde o golpe de 2012*. <https://expresso.pt/internacional/2022-04-11-Guine-Bissau-Nada-mudou-para-bem-desde-o-golpe-de-2012-f990e0a6>

Jornal Observador, (05 de março de 2022). *Luta política na Guiné-Bissau tem prejudicado jornalismo*. <https://observador.pt/2022/05/03/luta-politica-na-guine-bissau-tem-prejudicado-jornalistas/>.

Jornal Observador, (03 de maio de 2022). *Guiné Equatorial é o país lusófono com menos liberdade de imprensa, da de publicação*. <https://observador.pt/2022/05/03/guine-equatorial-e-o-pais-lusofono-com-menos-liberdade-de-imprensa/>

Jornal O Democrata, (26 de julho de 2022). *Entre Umaro Sissoco e a imprensa uma história para um dia contar* <https://www.odemocratagb.com/?p=39570/>

Jornal O Democrata, (18 de março de 2022). *Cooperativa Escolar São José Lança Rádio*. <https://www.odemocratagb.com/?p=36674>

Jornal Observador, (10 de maio de 2017). *Guiné-Bissau. Rádio privada apresenta queixa-crime contra ativista político*. <https://observador.pt/2017/05/10/guine-bissau-radio-privada-apresenta-queixa-crime-contra-ativista-politico/>

Jornal Correio da manhã (31 de agosto de 2023). *Governo da Guiné-Bissau baixa preço de combustíveis*. <https://www.cmjornal.pt/mundo/africa/detalhe/governo-da-guine-bissau-baixa-preco-de-combustiveis>

Jornal O Democrata (15 de novembro de 2019). *Há de fato alguns órgãos que têm ativistas, não jornalistas*” <https://www.odemocratagb.com/?p=22564>

Jornal O Democrata, (20 de fevereiro de 2023). *Dia mundial do rádio: jornalistas divergem quanto à liberalização de informação e a ameaça à liberdade de imprensa*. <https://www.odemocratagb.com/?p=43231>

Liga guineense dos direitos humanos, Tiniguena, Faculdade de Direito de Bissau (2020). *Constituição anotada da República da Guiné-Bissau*/www.lgdh.org.

Lopes, A, S, (2015). *Os media na Guiné-Bissau*. [mediaguinebissau_net.pdf \(imvf.org\)](http://mediaguinebissau_net.pdf(imvf.org))

Ministério da Comunicação Social Ministério das Finanças, (18 de outubro de 2022). *Despacho conjunto para atribuição de Alvará para o exercício de atividade audiovisual*

Martins, L, V, L. Landim, R. Silva, A, M. Imbassa, L. (Sd). *Relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau 2010-2012*. <http://www.lgdh.org/p/relatorios.html>

Patterson, T.E. (2000) *Serão os Media actores políticos eficazes?* in Traquina, N. (org), *Comunicação e Linguagens* 27: 75-96.

Pires, C. (2018). *Direito dos Media na Guiné-Bissau. Edição policopiada*.

Quivy, R. & Campenhoudt, L.V. (1995). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.

Rádio Sol Mansi Guiné-Bissau www.radiosolmansi.net/index.php/pages/quem-somos.html

Recuero, R, C. (s/d). *Comunidades virtuais – uma abordagem teórica*, www.bocc.ubi.pt

Rádio Sol Mansi, (19 de outubro de 2018). *Jornal Donos da bola condenado a prisão suapensa*. <https://www.radiosolmansi.net/index.php/Nacional/jornal-donos-da-bola-condenado-a-prisao-suspensa.html/acesso>.

RTP (05 de abril de 2016). *Supremo tribunal da justiça declara nula a expulsão de 15 deputados de parlamento*. https://www.rtp.pt/noticias/mundo/supremo-tribunal-da-guine-bissau-declara-nula-a-expulsao-de-15-deputados-do-parlamento_n909219

RTP (10 de fevereiro de 2022). *Guiné-Bissau. Alicerces do estado de direito democrático “nunca estiveram tão ameaçados*. <https://www.rtp.pt/noticias/mundo/guine-bissau-alicerces-do-estado-de-direito-democratico-nunca-estiveram-tao-ameacados>

Rádio França Internacional (30 de janeiro de 2013) *Menos liberdade de imprensa em 2012 em cabo verde e na Guiné-Bissau*. <https://www.rfi.fr/pt/africa/20130130-menos-liberdade-de-imprensa-em-2012-em-cabo-verde-e-na-guine-bissau>

Rádio França Internacional. (12 de abril de 2021). *Jornalista guineense Adão Ramalho espancado em bissau*. <https://www.rfi.fr/pt/guin%C3%A9-bissau/20210312-jornalista-guineense-ad%C3%A3o-ramalho-espancado-em-bissau>

RSF. (2021). *Luta contra a covid-19 na Guiné-Bissau: jornalista espancado durante manifestação*. <https://rsf.org/pt-br/index-methodologie-2022>

Rede Nacional das Associações juvenis da Guiné-Bissau. www.renaj.gw

RTP. (1de fevereiro 2023). *Governo da Guiné-Bissau lembra vítimas de tentativa de golpe de Estado de 01 de fevereiro*, https://www.rtp.pt/noticias/mundo/governo-da-guine-bissau-lembra-vitimas-de-tentativa-de-golpe-de-estado-de-01-de-fevereiro_n1464237

República Portuguesa Defesa Nacional
<https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/organizacao/comissoes/cphm/rphm/edicoes/ano1/n12021/bios/lidpolitica/aos>

Rodrigues, P, M., (1975). *4 países libertados, Portugal, Guiné/Bissau, Angola, Moçambique*. Bertrand Editores.

RTP. (24 de julho de 2007). *Estado deve 30 milhoes de a guiné Telecom*.https://www.rtp.pt/noticias/economia/estado-deve-30-milhoes-de-euros-a-guine-telecom_n86246

RTP. (27 de janeiro de 2023). *Governo da Guiné-Bissau quer vender 80% das ações da Guiné Telecom e da guinetel*. <https://www.lusa.pt/lusofonia/article/2023-01-27/40207914/governo-da-guin%C3%A9-bissau-quer-vender-80-das-a%C3%A7%C3%B5es-da-guin%C3%A9-telecom-e-da-guin%C3%A9tel>.

Rispito. (22 de fevereiro de 2014). *Director do semanário “Donos da Bola vai ser julgado”*.<http://www.rispito.com/2014/02/director-do-semanario-donos-da-bola-vai.html/>.

Sousa, M, G., (2013) *Guiné-Bissau: o golpe militar de 12 de abril e necessidade da reforma do sector de segurança*, <http://hdl.hadle.net/11067/1024>, <https://doi.org/10.34628/j58n-bf22>

Sissé, L. (2015). *Liberdade de expressão e democracia na Guiné-Bissau*, Universidade Federal da Bahia faculdade de direito. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4370>

Traquina, N. (2002). *O que é jornalismo*. Quimera.

Traquina, N. (2000) *Quem vigia o quarto poder?*. Comunicação apresentada no Seminário Internacional Media, Jornalismo e Democracia.

UNICEF. (24 de março de 2023). *Uma tripla ameaça de crises relacionados com a água está a pôr em perigo a vida de 190 milhões de crianças*. <https://www.unicef.org/guineabissau/pt/comunicados-de-imprensa/uma-tripla-amea%C3%A7a-de-crisis-relacionadas-com-%C3%A1gua-est%C3%A1-p%C3%B4r-em-perigo-vida>.

Vatican News. (05 de janeiro de 2024). *Guiné-Bissau-chefe de estado autoriza vigia de jornalistas*. <https://www.vaticannews.va/pt/AFRICA/NEWS/2024-01/GUINE-BISSAU-CHEFE-DE-ESTADO-AUTORIZA-VIGIA-DE-JORNALISTAS.HTML>

Voa Português. (16 de janeiro de 2016). *Parlamento da Guiné-Bissau expulsa 15 deputados do PAIGC*. <https://www.voaportugues.com/a/parlamento-da-guine-bissau-expulsa-15-deputados-do-paigc/3148718.html>

Voa Português (03 de maio de 2023). *Guiné-Bissau: RSF aponta subida no índice da liberdade de imprensa, mas sindicato de profissionais fala em “momentos difíceis”* <https://www.voaportugues.com/a/guin%C3%A9-bissau-rsf-aponta-subida-no-%C3%ADndice-da-liberdade-de-imprensa-mas-sindicato-de-profissionais-fala-em-momentos-dif%C3%ADceis-/7077440.html>

Voa Português, (11 de novembro de 2022). *Diretor interino da Galáxia de Pindjiguti está escondido depois de ataque à emissora*. <https://www.voaportugues.com/a/director-interino-da-r%C3%A1dio-gal%C3%A1xia-de-pindjiguti-est%C3%A1-escondido-depois-de-ataque-%C3%A0-emissora/6785072.html/>

Voa Português, (17 de fevereiro de 2021). *Organizações da classe criticam medida de coação contra director executivo da rádio Capital FM em Bissau* <https://www.voaportugues.com/a/organiza%C3%A7%C3%B5es-da-classe-criticam-medida-de-coa%C3%A7%C3%A3o-contra-director-executivo-da-r%C3%A1dio-capital-fm-em-bissau/5782099.html>

Voa Português, (26 de novembro de 2014). Guiné-bissau recupera identidade na internet. <https://www.voaportugues.com/a/guine-bissau-recupera-identidade-na-internet/2535771.html>

Anexo 2 - Lista das rádios Privadas na Guiné-Bissau

Nº	Nome	Ano	Pertença: Pública/Privada/Comunitária	Tipo de abordagem	Localização	Propriedade	Descrição	Língua(s) de comunicação
1	Rádio Sol Mansi	2001	Privada	Generalista	Bissau	Igreja Católica	Promoção da fé católica	Crioulo e Português
2	Rádio Capital FM	2015	Privada	Generalista	Bissau	Jornalística	voltado ao debate público	Crioulo e Português
3	Rádio África FM	2018	Privada	Generalista	Bissau	Política	Voltado ao comunicação política	Crioulo, Português, Línguas nacionais
4	Rádio Nossa	2005	Privada	Generalista	Bissau	Igreja Evangélica	Promoção da fé evangélica	Crioulo e Português
5	Rádio Jovem	2005	Privada	Generalista	Bissau	Juvenil	Debater assuntos do interesse da juventude	Crioulo e Português
6	Bombolom FM	1995	Privada	Generalista	Bissau	Política	Debate e crítica aberta	Crioulo e Português
7	Pindjiguite	1995	Privada	Generalista	Bissau	jornalística/Política	Debate político e social	Crioulo e Português
8	Rádio Cidade	2002	Privada	Generalista	Bissau	Jornalística	Virada para assuntos juvenis	Crioulo e Português
9	Rádio Evangélica Voz da Esperança	2019	Privada	Generalista	Bissau	Igreja Evangélica	Evangelização	Crioulo e Português
10	Rádio Luz	2017	Privada	Religão Evangélica	Bissau	Evangélica	Evangelização	Português, Inglês, Francês, Crioulo e alguns dialetos locais

1 1	Rádio Albarkah	2021	Privada	Islão	Bissau	Muçulmana	Promoção da fé muçulmana	Crioulo, Português, Árabe e algumas línguas tradicionais
1 2	Rádio Paz	2007	Privada	Promoção do Islão	Bissau	Muçulmana	Social e Islâmica	Crioulo, Português, Árabe e algumas línguas tradicionais
1 3	Radio Popular	2022	Privada	Generalista	Bissau	Político	Sociedade e política	Crioulo e Português
1 4	Rádio São José	2022	Privada	Educativa	Bissau	Escola São José	Ensino e Aprendizagem	Português e Crioulo

Fontes: elaboração da autora

Anexo 3- Lista de Rádios Comunitárias na Guiné-Bissau

Nº	Nomes	Ano	Pertença	Tipo de abordagem	Localização	Domínio	Discrição	Língua de comunicação
1	Rádio Mulher de Bafatá	2018	Comunitária	Generalista	Bafatá	ONG Espanhola	Defensora dos direitos das mulheres e crianças	Crioulo, Português, Mandinga e Fula
2	Rádio voz de Rio Cache	2000	Comunitária	Generalista	Cacheu	ONG AD	Voltada para temáticas ambientais	Crioulo, Português, Manjaco e Felupe
3	Rádio Comunitária de Bafatá RCB	2000	Comunitária	Generalista	Bafatá	Comunidade local	Voltado para o desenvolvimento local Crioulo,	Crioulo, Português, Fula e Mandinga
4	Rádio Kasumai	2000	Comunitária	Generalista	São Domingo	ONG AD	Voltado para o desenvolvimento local	Crioulo, Português, Manjaco e Felupe
5	Rádio Leste FM	2018	Comunitária	Generalista	Gabú	Jornalística	Voltado para política, social e comunitária	Crioulo, Português, Mandinga e Fula
6	Rádio Papagaio	2000	Comunitária	Generalista	Buba	Associação Nacional	Voltada para temáticas ambientais	Crioulo, Português, Mandinga e Beafada

7	Rádio Educativa	2010	Comunitária	Generalista	Catió	Associação Nacional local	Voltado para o desenvolvimento local	Crioulo, Português e Balanta
8	Rádio Sintchan Occo	2005	Comunitária	Generalista	Gabú	Político	Voltado para o desenvolvimento comunitário	Crioulo, Português, Fula e Mandinga
9	Rádio Gandal	2007	Comunitária	Generalista	Gabú	Jornalística	Voltado para o desenvolvimento local	Crioulo, Balanta, Fula e Mandinga
10	Rádio Djalicunda	2001	Comunitária	Generalista	Djalicunda (Mansaba)	ONG Kafo	Voltado para o desenvolvimento comunitário	Crioulo, Fula, Balanta e Mandinga
11	Rádio Uler Abaand	2006	Comutária	Generalista	Canchungo	Associação Coajoc	Voltado para o desenvolvimento local	Crioulo, Português e Manjaco
12	Rádio de Pitche	2004	Comunitária	Generalista	Pitche	Comunidade local	Voltado ao desenvolvimento comunitário	Crioulo, Português, Fula e Mandinga
13	Rádio Colinas de Boé	2000	Comunitária	Generalista	Boé	Comunidade Local	Voltado para comunidade	Crioulo, fula e mandinga
14	Rádio Evangélica de Gabú	2014	Comunitária	Generalista	Gabú	Igreja Evangélica	Voltado ao desenvolvimento comunitário	Crioulo, Português, Fula e Mandinga
15	Rádio N´Djerepa Có	2000	Comunitária	Generalista	Ondame	Comunidade Local	Voltado ao desenvolvimento local	Crioulo e algumas línguas tradicionais
16	Rádio Esperança	2019	Comunitária	Generalista	Bolama	Comunidade Local	Voltado ao desenvolvimento local	Crioulo, Português e algumas línguas tradicionais
17	Rádio Djandjan	1999	Comunitária	Generalista	Bubaque	Comunidade Local	Voltado ao desenvolvimento local	Crioulo, Português e Bijagós
18	Rádio Bijagós	2005	Comunitária	Generalista	Bubaque	Igreja Católica	Voltado ao desenvolvimento local	Crioulo, Português e Bijagós

19	Rádio voz de Bigene	2008	Comunitária	Generalista	Bigene	ONG Alternag e Comunidade Local	Voltado ao desenvolvimento local	Crioulo, Português e línguas locais
20	Rádio Balafon	2001	Comunitária	Generalista	Bigene	Comunidade Local	Voltado ao desenvolvimento local	Crioulo, Português e línguas locais
21	Rádio Titiguene	1996	Comunitária	Generalista	Suzana	Igreja Católica	Voltado ao desenvolvimento local	Crioulo,Portuges e Felupe
22	Rádio Lamparam	1996	Comunitária	Generalista	Iemberem	ONG AD	Voltado ao desenvolvimento local	Crioulo e línguas locais
23	Rádio Kossena	2005	Comunitária	Generalista	Formosa	Comunidade Local	Voltado ao desenvolvimento local	Crioulo, Bijagós e Português
24	Rádio fala de Urok	2010	Comunitária	Generalista	Formosa	ONG Tiniguena	Voltado ao desenvolvimento local	Crioulo, Bijagós e Português
25	Rádio Okinka Pampa	2010	Comunitária	Generalista	Orango Grande	Instituto da Biodiversidade e das áreas Protegidas	Voltado ao temática das mudanças climáticas	Crioulo, Português e Bijagós
26	Rádio Nova	2012	Comunitária	Generalista	Quinhamel	Comunidade Local	Desenvolvimento local	Crioulo, Português e línguas tradicionais
27	Rádio Sancola	2011	Comunitária	Generalista	Cambadju	Comunidade Local	Voltado ao comunidade local	Crioulo e línguas locais
28	Rádio voz di Quelele	1994	Comunitária	Generalista	Bissau	ONG AD	Voltado ao desenvolvimento local	Crioulo Português
29	Rádio Éva	2002	Comunitária	Generalista	Suzana	Associação Casa de Ambiente e Cultura	Voltado ao Desenvolvimento local	Crioulo, Português e línguas locais
30	Rádio Sensibilização	2010	Comunitária	Religião Muçulmana	Bissau	Associação Apelo e Sensibilização	Voltado ao Desenvolvimento do Islão	Crioulo, Português, Árabe e línguas locais

Fontes: elaboração da autora

Anexo 4 – lista dos órgãos de comunicação social públicos da Guiné-Bissau

Nº	Nome	Ano	Pertença	Tipo de Abordagem	Localização	Domínio	Descrição	Língua de comunicação
1	Jornal Nô Pintcha	1975	Público	Generalista	Bissau	Estatal	Serviço Público baseado no ponto de vista do governo	Português
2	Agência de Notícias da Guiné ANG	1975	Pública	Generalista	Bissau	Estatal	Sociedade e Política	Português
3	Rádio Nacional Difusão	1975	Pública	Generalista	Bissau	Estatal	Estratégia Política do Governo	Português, Crioulo e algumas línguas tradicionais do país
4	Televisão Nacional da Guiné-Bissau TGB	1987	Pública	Generalista	Bissau	Estatal	Defender ponto de vista do governo	Português, Crioulo e línguas nacionais

Fontes: elaboração da autora

Anexo 5 - lista dos jornais privados em função na Guiné-Bissau

Nº	Nome	Ano	Pertença	Tipo de abordagem	Localização	Domínio	Perfil	Língua de Comunicação
1	Jornal Última Hora	2007	Privada	Generalista	Bissau	Jornalística	Crítico com visão sociopolítica	Português
2	Jornal O democrata	2012	Privada	Generalista	Bissau	Jornalística	-	Português
3	Jornal Donos da Bolo	2007	Privado	Generalista	Bissau	Jornalística	Defesa da verdade interesse público	Português

Fonte: elaboração da autora

Anexo 6 - lista de órgãos de comunicação internacional na Guiné-Bissau

Nº	Nome	Início de retransmissão
1	RDP-África	1997
2	RTP	1997
3	RFI	1994
4	Voz de América	1997
5	Agência Lusa	1997
6	AFP	-
7	France 24	-
8	France Press	-
9	África Johannesburg	-
10	Xinhua	2012
11	DW África	-
12	Rádio ONU	-

Fonte: elaboração da autora

Anexo 7 - guião de entrevista

Objetivos específicos	Formulário de principais questões	Função/Estatuto do entrevistado
Identificar as motivações de pressões externas exercidas sobre órgãos de comunicação social	Pela importância da utilidade muitas pensam que os órgãos de comunicação social estão sob pressão externa. Pela sua experiência como profissional da área, alguma vez o seu órgão passou por isso? como avalia liberdade de imprensa na Guiné-Bissau? Em 2022 governo de Nuno Nabiam produziu despacho que fixou a taxa de renovação de licença de estação radiofónica privada de cobertura nacional num valor de 2.500.000 CFA	Diretor (D.) da rádio, Diretor de Informação (D. Informação); Chefia da Redação (C. Redação); Diretor Comercial (D. Comercial).

A taxa é praticável?

Como a sua rádio saiu perante a situação?

Perceber que tipo de jornalismo é praticado nas rádios comerciais /privadas da Guiné-Bissau

Como é praticado o jornalismo de investigação na rádio tal?

D. Informação e C. Redação

Compreender as condições de trabalho dos jornalistas

O recurso humano para o serviço informativo da rádio... é adequado? Se a R. for negativa porquê?

D. Informação e C. Redação

perceber o processo de seleção de temas/protagonistas das notícias

Como são selecionados os conteúdos informativos produzidos na rádio tal?

D. Informação e C. Redação

Identificar as fontes de financiamento da rádio (publicidade ou subvenção do governo)

Dada conjuntura socioeconómica mundial, como é que a rádio tal sobrevive?

Diretor/ Serviço/Administrador/D. Comercial

Alguma vez a rádio tal recebeu a subvenção do Estado da Guiné-Bissau?

conhecer número jornalista

Como é composto a equipa da rádio/ nº de jornalistas?

Diretor/Administrado

Identificar estatuto editorial da rádio

Como foi concebida a linha editorial da rádio tal?

Diretor/Administrador

Compreender programação

Como está estruturada a grelha de programação da rádio tal?

D. Informação

É praticável apresentação de um programa por um jornalista na rádio tal?

-pedir partilhar a grelha de programação

Compreender o funcionamento da Redação da rádio

Qual é a missão específica da reunião do conselho da Redação?

Chefia da Redação

Fonte: elaboração da autora

Anexo 8



Nota de Imprensa

O Sindicato dos Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social da Guiné-Bissau, SINJOTECS registou com preocupação a invasão da Rádio e da Televisão Públicas da Guiné-Bissau por homens armados, e consequente expulsão de profissionais destes órgãos na passada segunda-feira, após o anúncio da dissolução da Assembleia Nacional Popular.

O Sindicato considerou esta ação uma afronta à liberdade de imprensa e de expressão, e um atentado a segurança dos profissionais que se encontravam apenas a cumprir o seu dever laboral.

A organização condena com veemência este ato indigno num estado de direito democrático e pede que ações do género não voltem a acontecer.

Lembra as autoridades guineenses, particularmente os órgãos da soberania, que a informação é um bem público e a liberdade de imprensa que é a essência deste bem é um direito consagrado na Constituição da República da Guiné-Bissau.

O Sindicato dos Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social da Guiné-Bissau manifesta-se ainda preocupado com campanhas de desinformação e ataques aos profissionais de comunicação por parte de alguns círculos de propagandas do regime.

Nesta senda, o SINJOTECS vem exortar a sociedade guineense e a Comunidade Internacional a estar atenta a estas manobras que têm como fito restringir a liberdade de imprensa e de expressão, intimidar os profissionais comprometidos com a ética e a deontologia profissional e promover a censura nos órgãos públicos de informação.

Aos profissionais encoraja a observância das leis tendentes a promover um jornalismo de qualidade, equidistante de quaisquer círculos de interesse.

Viva a liberdade de imprensa e de expressão na Guiné-Bissau.

Bissau, 06 de dezembro de 2023.





CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES DA IMPRENSA

Comunicado à imprensa

A Direção da Confederação Nacional das Organizações de Imprensa, CNOI, reafirma o seu total engajamento à defesa dos princípios que regem o Estado de direito democrático.

A CNOI condena, sem reservas, a tentativa de subversão da ordem constitucional e apela para que os seus autores materiais e morais sejam traduzidos à justiça.

A CNOI que defende de forma intransigente os princípios basilares da liberdade de imprensa e de expressão está preocupada com a onda de desinformação e de boatos inclusive vindos de organizações da classe dos jornalistas que deveriam pautar-se pela isenção e verdade.

A Confederação Nacional das Organizações de Imprensa ao defender paz, liberdade e democracia condena com toda a energia o uso da violência para se chegar ao poder.

A CNOI exorta as diferentes organizações de jornalistas e técnicos para se pautarem estritamente na observância das leis e normas que regem o exercício da nossa profissão e apela ao mesmo tempo que essas organizações evitem difundir comunicados incendiários, propaganda partidária e falsidades que em nada abonam ao bom nome da imprensa guineense.

Feito em Bissau aos sete dias do mês de Dezembro de 2023.

A Direção da Confederação Nacional das Organizações de Imprensa, CNOI.



Endereço: Rua Angola
E-mail: cnoijornalistas@gmail.com

Contactos: (00) 245 966 616 186
955 101 529
955 128 245
955391492

Desculpas públicas ao golpe na democracia

"Bombista suicida" da Radio capital arrepende-se do pecado

"Se algum dia ofendi alguém, aproveito desde já pedir desculpas, porque a minha formação e a minha educação não me permite fazer isso, o erro é humano. Eu nunca fui violento, deste modo vim através desta oportunidade pedir as minhas sinceras desculpas públicas. Sou um político e ainda por cima vou um cidadão desta terra. Só quem trabalha é que comete erros", pede perdão.

Diretor geral de viação e transportes Terrestres, Bamba Bangai pediu desculpas públicas aos jornalistas, admitindo poder ter cometido erros, mas que a violência não faz parte da sua conduta, com isso na sua formação e educação.

Aquela atividade política apontou em 15 deputados ocidentais do PAIGC, enquanto com outros e flores pela sua intervenção política para encerrar a Rádio Privada Capital (RPM) (CPRM) dentro de trinta dias caso a emissora não abandone o programa freqüência atual, sendo os ouvintes encorajados a cidadãos dando as suas opiniões e pontos de vista sobre a governação e as suas condutas do nome país. Na altura (21 de abril) diz que o programa insulta o Presidente da República, primeiro-ministro e a lider dos 13 deputados dissidentes do PAIGC.

Bamba Bangai visivelmente arrependido com a postura assumida e como quem quer trilhar após as reações dos homens da imprensa quer pelas organizações da classe (Ordem dos jornalistas) e pelas órgãos da comunicação social e do políticos. Bangai agradeceu aos jornalistas pela colaboração efetiva na cobertura de eventos organizados por ela.

O político pediu a continuação de



apresentação de vinte autossucessos que visa preencher o vazio deixado pela antiga empresa pública transportes coletivo, urbano e interurbano denominada "São Diata". O Governo através da direção geral de Viação e Transportes Terrestres em colaboração com a empresa privada TRANSAFRICA GB BUS vai entrar na cidade de Bissau neste primeiro fase vinte autossucessos na linha de aconchego.

O lançamento da primeira carreira, deverá ser realizado no dia 28 de maio, em forma replicada o diretor geral de Viação Bamba Bangai. Neste primeiro fase somente a linha do aeroporto é que vai ser contemplada.

A Guiné-Bissau dispõe de trans-

porte coletivo, urbano e interurbano após a independência, anos depois, na sequência de 1978 a 1980 a empresa pública "São Diata" foi a fundação com a crise política e económica vigente no país.

É foi nesta altura também que o Governo criou uma legislação sobre transportes urbanos e interurbanos, tudo isso, era para regular a circulação nas vias rodoviárias do país. Com o desaparecimento desta empresa, houve uma situação que levou surgimento de várias empresas de transportes locais para fazer face aos problemas de circulação de pessoas e bens em diferentes localidades.

Bamba Bangai disse que mesmo assim, apesar dos problemas de algumas

empresas no setor, continua ainda existir vazio. Facto que motivou o Governo a buscar a solução junto da empresa TRANSAFRICA para fazer face a esta situação de mobilidade dentro da capital e posicionamento para interior do país.

Na explicação deste responsável, na tentativa de responder este desafio ou visto existente, levou a não criação de uma legislação própria para regular a área, o que levou a cada empresa ou proprietários das viaturas escolher a linha da sua preferência.

O diretor geral de Viação e Transportes Terrestres infirma que quer a novena e cinco por cento do transportes marcos e urbanos não dispõem de condições adequadas para o efeito, porque são obsoletas. Portanto, o Governo entende que é urgente criar condições para os cidadãos do centro da cidade, foi nesta perspectiva que surgiu a ideia de negociar com esta empresa para proporcionar aos cidadãos de Bissau melhor condições de mobilidade", esclareceu.

Ainda este dirigente, depois da expulsa, vai tudo fazer dentro de 5 meses comprometendo para que o interior do país beneficie destes transportes, como forma de redistribuir a equidade aos utilizadores de transportes, bem como diminuir o número de acidentes nas estradas.

Bamba Bangai disse que as crianças e as pessoas da terceira idade terão redução de 50% de taxa. Mas salienta que não acabou com "free-rides", porque de facto são estas que ao longo de anos usufruem a mobilidade das pessoas. Entretanto, em nenhum momento veio por em causa os direitos que assistem os proprietários destes meios.

Aproveitou ocasião para anunciar que dentro de pouco tempo vai entrar em vigor novo código de estrada adaptado às leis existentes na UE-MOA, que vai permitir segurança no trânsito.

Alfredo Simão

Anexo 11

Prezados conterrâneos da Radio capital notícias!

Seria um apraz, mas em circunstância de choque que têm vindo a mexer e pondo em causa, a opção pessoal de altas e reconhecidas figuras do país.

Precisaria vos esta nota que nada mais um recado, o seguinte:

Desde o advento de novo quadro político que resultaria na formação do atual elenco Governativo, tem-se assistido ferradas ataques de personalidade que comungam igual ideologia e opção política;

»Para precisão, remoques proferidos no programa matinal da rádio, primeira Hora, este cujo seu apresentar **Adão Ramalho** faz-se indirectas de forma insultuosa aos dignitários do país, com recorrência alusão a lista...

»Indiferente não seria **Sumba Nansil**, um oponente ao poder político e, a sua abordagem no programa testemunha a sua censura...

»Que Tal do programa de ouvintes das 8h as 11h, instigando insulta a presidente da república e Governo... estes dois jornalistas valerão a sua pena...

Acredita-se que todas estas citações sejam de conhecimento do até aqui suposto Director da radio, **Lassana Cassamá**.

Seria o único e a última advertência. Uma ação igualmente anónima.

Anexo 12



GOVERNO DA
GUINÉ-BISSAU

Ministério da Comunicação Social

A

Direção Executiva

da Rádio Capital FM

BISSAU

Bissau, 09 de Janeiro de 2023

N/Ref^o 01 /MCS/2023

Assunto: Informação.

Exmo. Senhor Diretor Executivo,

A Inspeção geral do Ministério da Comunicação Social apresenta os seus melhores cumprimentos e votos de um próspero ano novo.

Acusamos a recepção do vosso ofício datado de 29 de Dezembro do ano transacto, com referência nº 75/CFM/2022, cujo teor mereceu a nossa melhor atenção.

Em resposta, vimos pelo presente, reportando-se à vossa intenção de retomar as emissões, transmitir o seguinte:

1. O Ministério da Comunicação Social constata que a Rádio Capital FM, depois de interpelada várias vezes, decidiu proceder ao pagamento fora do prazo estipulado, do montante relativo a quatro (4) anos de taxas de renovação da licença provisória.
2. Ao disposto no ponto 1, acresce, ainda, a questão da comunicação tardia da mudança de instalações, bem como a realização de emissões, a título experimental, sem a competente autorização para tal (vide ponto 3 do art.º 7º da lei nº13/2022).
3. O pagamento da taxa anual de licença provisória, não isenta a Rádio Capital FM de cumprir com as suas obrigações legais, isto é: a Rádio carece de uma nova licença de concessão de alvará para o exercício da actividade de radiodifusão à luz da Lei 13/2022, uma vez que a antiga foi cancelada por inadimplemento.
4. A persistência na violação das disposições legais para a retoma das emissões, nas condições acima referidas, constitui uma infração penal grave (Ver artigo 42º da Lei 4/2013).



Assim, a Direção Executiva da estação emissora Rádio Capital FM é intimada a cessar, imediatamente, todas as emissões, uma vez que a antiga licença foi cancelada por inadimplemento das suas obrigações à luz das disposições legais em vigor.

Serão da inteira responsabilidade da Direção Executiva da Rádio Capital FM, todas as consequências resultantes da recusa de acatar a intimação ao cumprimento das leis.

Sem mais assunto, subscrevemo-nos com consideração.


Mamadou Sallu Diallo
Inspector Geral da Comunicação



Guiné Telecom
Companhia de Telecomunicações
da Guiné - Bissau, Sarl

Quem é a Guiné Telecom

A Nossa Visão



Garantir o serviço de telecomunicações à População Guineense, aquém e além fronteiras, contribuindo para o desenvolvimento económico - social do país e afirmando-se, na sub-região, como uma empresa modelo com padrões de qualidade de nível Europeu e, na Guiné-Bissau, como líder de mercado.

A Nossa Missão



Fornecer serviços de comunicações e de informação de qualidade, gerindo eficazmente a utilização dos meios e das tecnologias mais apropriadas numa óptica de serviço ao cliente, e de benefício para um desenvolvimento técnico, económico e social da Guiné-Bissau. Maximizar o valor da empresa, rentabilizando os seus capitais de forma a auto-financiar o seu desenvolvimento e a obter um retorno atractivo para os accionistas.

Os Nossos Valores



- Espírito de equipa
- Empenho/dedicação
- Transparência de processos/
/integridade/honestidade
- Criatividade
- Profissionalismo
- Predisposição para
a mudança
- Frontalidade
- Espírito crítico

Dados Históricos

1989 - Cisão da DGCT (Direcção Geral dos Correios e Telecomunicações) e início da concessão a 5 de Março de 1989.

Objecto da Sociedade

Exploração do Serviço Público de Telecomunicações da República da Guiné-Bissau.

Orgãos Sociais

Assembleia Geral - constituída pelos accionistas
Conselho de Administração - composto por um (1) presidente e quatro (4) vogais; Conselho Fiscal



Anexo 14

cfm
Capital FM

Bissau, 05 de outubro 2022.

Ao
Sr. Ministro da Comunicação Social,
Dr. Fernando Mendonça.

BISSAU

NºRef.: 54/CFM/2022
Tel.: (+245)955726531/965260688

Assunto: emissão experimental

Excelências,

Como é do conhecimento público, a Rádio Capital FM foi alvo de ataque armado no dia 7 de fevereiro de 2022 por homens não identificados, que destruíram, em consequência, todos seus equipamentos.

Em razão desta investida armada, as nossas emissões ficaram interrompidas, desde então, em grande parte por falta de meios financeiros para aquisição de novos materiais.

Ademais, confrontada com esta realidade, recebemos do Ministério da Comunicação Social no dia 10 de fevereiro de 2022 uma notificação que, no fundo, visava o pagamento da taxa de Licença Provisória no valor de 1.000.000 Xof (Um milhão de francos cfa), correspondente a quatro anos da dívida.

Sr. Ministro,

Passados sete meses sem qualquer actividade geradora de receita, a Rádio Capital FM, não obstante desprovida de estrutura económica e financeira, conseguiu, todavia, através dos seus parceiros internos, mais de 70% dos equipamentos, a título de empréstimo, o que lhe vai permitir retomar gradualmente as suas emissões.

Mas, para isso, solicitamos os bons officios da V.Exc. que nos permita lançar emissões experimentais - *sem programas por enquanto* - possibilitando, assim, atrair os parceiros comerciais e com isso poder pagar a dívida contraída para com o Ministério da Comunicação Social.

Sem mais nada a acrescentar, esperando uma resposta favorável ao nosso pedido, queira aceitar, Sr. Ministro, os nossos antecipados agradecimentos.

Atentamente,

Lassana Cassama
Director Executivo

cfm
Capital FM

Bissau, Guiné-Bissau, Bairro Militar, AV. Nigéria

+245 96 675 58 61 | 95 554 10 89 +245 95 539 61 70 | 96 607 08 43

contato@cfm87.net www.cfm7.net 87.7 MHz

Anexo 15



GOVERNO DA
GUINÉ-BISSAU

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
O SECRETÁRIO DE ESTADO

DESPACHO n.º 007 /SECS/2023

As liberdades de imprensa e expressão figuram-se entre os direitos e as liberdades fundamentais consagrados, nos termos do Artigo 51.º da Constituição da República.

Com efeito, as rádios assumem um papel preponderante, enquanto veículo de difusão dos conteúdos que configuram dos direitos e das liberdades fundamentais mencionados *supra*.

Nesta conformidade, o encerramento das emissões da Rádio Capital determinado pela Nota Informativa de 18 de Outubro de 2022, da Inspeção-Geral do então Ministério da Comunicação Social, fundado no incumprimento das suas obrigações. Ato que configura um atentado contra os pilares da Democracia e do Estado de Direito. Acresce-se o facto desta decisão ter sido tomada, num contexto em que o Estado guineense, diferentemente do que prevê a lei, não subvenciona as rádios privadas.

É de salientar ainda, que a maior parte das rádios privadas, na Guiné-Bissau, integram um mercado informal, com problemas de défice a todos os níveis. Esses problemas, nomeadamente, os de sustentabilidade económica e financeira, foram agravados com os efeitos ainda visíveis da Pandemia de COVID-19, o que as desproviu de capacidade para custear a Licença, cujo valor é reconhecidamente desproporcional para o actual contexto.

Face ao que precede, e tendo em conta a necessidade de salvaguardar os direitos e as liberdades fundamentais, como são as liberdades de imprensa e de expressão, na Guiné-Bissau, o Secretário de Estado da Comunicação Social, no uso das competências, determina o seguinte:

- Dar por sem efeito a Nota Informativa de 18 de outubro de 2022, que determinou o encerramento da das emissões Rádio Capital FM.
- Em consequência, a Rádio Capital FM está autorizada a retomar, na plenitude, as suas emissões.

Cumpre-se.

Bissau, 15 de agosto de 2023


Francisco Munira Conté




REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU
MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

DESPACHO CONJUNTO PARA A ATRIBUIÇÃO DE ALVARÁ PARA O EXERCÍCIO DE ACTIVIDADE AUDIOVISUAL

Dado o reforço do quadro legal do sector da comunicação social com a aprovação, pelo Governo, dos Decretos de Concessão de Alvará Para o Exercício da Actividade de Radiodifusão, e o Decreto de Concessão de Alvará para o Exercício da Actividade de Televisão;

Atendendo a necessidade imperiosa de organizar o sector da Comunicação Social, de forma a enquadrar o uso dos Alvarás em bases conformes às leis aprovadas superiormente e garantir o exercício da actividade audiovisual de forma perene;

Côncio da necessidade de contribuir, no quadro da arrecadação de receitas no Tesouro Público, e, eventualmente, para o funcionamento das estruturas do Ministério da Comunicação Social;

O Ministro da Comunicação Social, e, o Ministro das Finanças, de comum acordo, e, no âmbito das competências que a lei lhes confere, nomeadamente, nos termos da alínea b), nº1 do Artigo 100º da Constituição da República da Guiné-Bissau, determinam o pagamento pela atribuição de licença para o exercício da actividade audiovisual na República da Guiné-Bissau, nos termos espelhados na tabela que se segue:

Nº	Órgão	Valor (Xof)
1	Alvará de Estação Televisiva de Cobertura Nacional	500.000.000
2	Renovação de Alvará de Estação Televisiva de Cobertura Nacional	125.000.000
3	Alvará de Estação Televisiva de Cobertura Comunitária /Religiosa	50.000.000
4	Renovação de Alvará Estação Televisiva de Cobertura Comunitária/Religiosa	12.500.000
5	Alvará de estação Radiofónica privada de cobertura nacional	10.000.000
6	Renovação de Alvará estação Radiofónica privada cobertura nacional	2.500.000
7	Alvará de estação Radiofónica comunitária	3.000.000
8	Renovação de Alvará estação Radiofónica de Cobertura Comunitária/Religiosa	750.000
9	Autorização para Publicações Periódicas e Não Periódicas	2.000.000
10	Renovação de autorização para Publicações Periódicos e Não Periódicas	500.000
11	Autorização de filmagem	1.500.000

Este despacho entra imediatamente em vigor.

CUMPRÁ –SE

Bissau, 18 de Outubro de 2022.

O Ministro da Comunicação Social

Fernando Mendonça



O Ministro das Finanças

Ilídio Vieira Te

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU
Ministério da Comunicação Social
DIRECÇÃO FINANCEIRA

RECIBO

A Direcção Financeira declara ter recebido da Direcção da Rádio CAPITAL-FM
a importância de 1.000.000 Xof (Um milhão de francos GZ -),
referente ao pagamento da dívida em atraso da actualização anual da licença de emissão
durante o período de 4 anos.

Bissau, 17 / 10 / 202 2

Entreguei,

A Rádio
Mustafa Queita



Anexo 18



REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Secretaria de Estado da Comunicação Social

Direção-Geral da Comunicação Social

REGISTO DE IMPRENSA

Tendo o Sr. LASSANA CASSAMÁ, solicitado autorização para actividade de **RADIODIFUSÃO** através da rádio denominada **CAPITAL FM- RÁDIO NOTÍCIAS**, em BISSAU;

Considerando que ainda se encontra para publicação a Lei e o Regulamento da concessão de Alvará para actividade de radiodifusão;

Decide esta direcção conceder Registo provisório para actividade de Radiodifusão ao solicitante.

A entidade proprietária compromete-se, através dos documentos depositados a respeitar as legislações aplicáveis à actividade Jornalística, designadamente a Lei de Imprensa, bem como os princípios éticos e deontológicos da profissão.

Feito em Bissau, aos 11 de Abril de 2013.


Humberto Monteiro
Diretor-Geral



Anexo 20- Balas no chão na administração da CFM



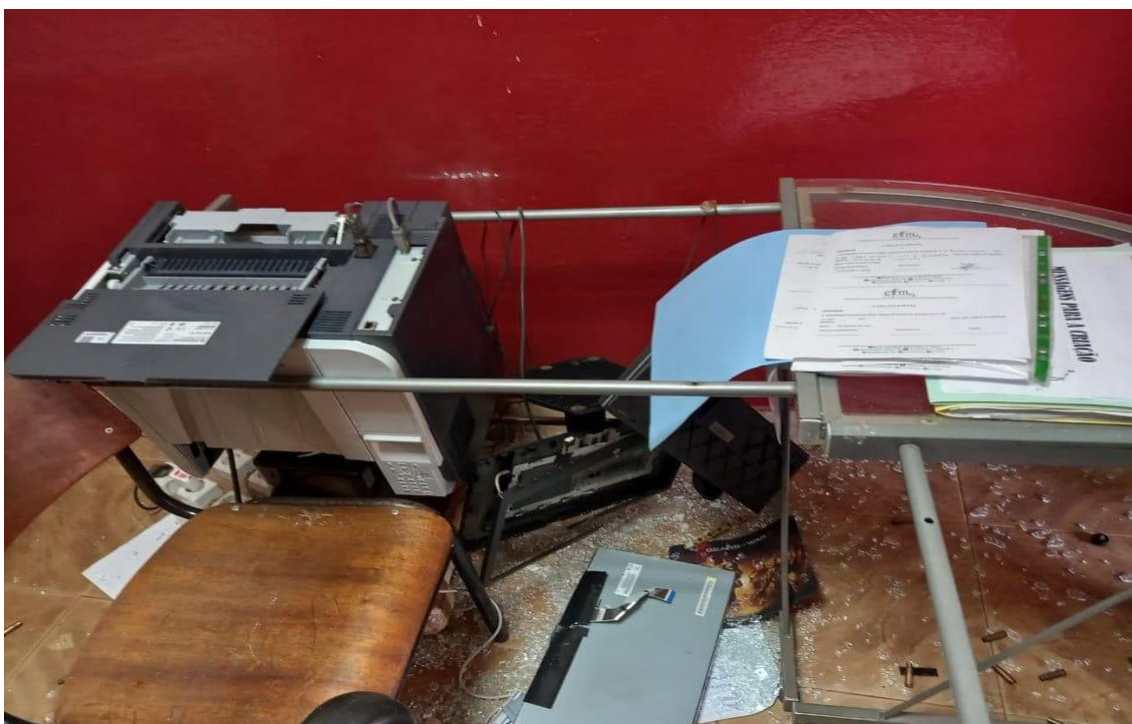
Anexo 21- mesa de mistura atingida pelas balas no estúdio da CFM



Anexo 22 - Computador do administrador da CFM atingido com balas



Anexo 23- equipamentos da secretaria atingidos pelas balas



Anexo 24- atual Redação da CFM



Ilustrações de Audiência Eleitoral 2019

Anexo 25-Representação dos partidos políticos na audiência eleitoral



Anexo 26 -um político a falar pela população na audiência eleitoral



Anexo 27 - Um cidadão a fazer questões na audiência eleitoral



Anexo 28 - Cidadãos sentados e jornalistas junto da mesa de mistura na audiência eleitoral



Anexo 29 - Pessoas na audiência eleitoral



Anexo 30 - Pessoas em fila na audiência eleitoral



anexo 31 - Grelha de programação de Rádio Capital FM – Rádio Notícias (CFM)

2ª Feira

05h55 - Início da emissão

06h00 - PRIMEIRA HORA (início)

07h55 - PRIMEIRA HORA (fim)

08h00 - Noticiário (10')

08h00 - FREQUÊNCIA ACTIVA (início)

09h00 - Síntese informativa (5')

10h00 - Síntese informativa (5') crioulo

10h55 - FREQUÊNCIA ACTIVA (fim)

11h00 - Síntese informativa (5')

11h05 - JORNAL DO DESPORTO

12h00 - Noticiário (10')

12h15 – AGENDA + (Início)

12h00 - Noticiário (10')

12h55 – AGENDA + (Fim)

13h00 - Síntese informativa (5')

13h05 – ÂNGULO ABERTO (início)
13h55 – ÂNGULO ABERTO (fim)
14h00 - Síntese informativa (5') crioulo
14h05 – FREQUÊNCIA PASSIVA (início)
15h00 - Síntese informativa (5') Port.
16h55 – FREQUÊNCIA PASSIVA (fim)
17h00 – VOZ DE AMÉRICA (VOA)(início)
18h30 - VOZ DE AMÉRICA (VOA (fim)
18h30 – ORA VIVA (início)
19h00 - Síntese informativa (5') crioulo
19h05 – FORUM CFM (Início)
19h55 – FORUM CFM (fim)
20h00 – Noticiário (10')
20h10 – PONTO NOS ii's (início)
20h55 – PONTOS NOS ii's (fim)
21h05 - JORNAL DO DESPORTO (10')
22h00 – TIRA-TEIMAS (45') Crioulo
22h55 – ORA VIVA (fim)
23h00 - Síntese informativa (5') Port.
23h05 - ATÉ AMANHÃ (início)
01h00 - ATÉ AMANHÃ (fim)

01h00 - fim da emissão

3ª Feira

05h55 - Início da emissão

06h00 - PRIMEIRA HORA (início)

07h55 - PRIMEIRA HORA (fim)

08h00 - Noticiário (10')

08h00 - FREQUÊNCIA ACTIVA (início)
09h00 - Síntese informativa (5')
10h00 - Síntese informativa (5') crioulo
10h55 - FREQUÊNCIA ACTIVA (fim)
11h00 - Síntese informativa (5')
11h05 - JORNAL DO DESPORTO
12h00 - Noticiário (10')
12h15 – AGENDA + (Inicio)
12h00 - Noticiário (10')
12h55 – AGENDA + (Fim)
13h00 - Síntese informativa (5')
13h05 – ÂNGULO ABERTO (inicio)
13h55 – ÂNGULO ABERTO (fim)
14h00 - Síntese informativa (5') crioulo
14h05 – FREQUÊNCIA PASSIVA (início)
15h00 - Síntese informativa (5') Port.
16h55 – FREQUÊNCIA PASSIVA (fim)
17h00 – VOZ DE AMÉRICA (VOA)(início)
18h30 - VOZ DE AMÉRICA (VOA (fim)
18h30 – ORA VIVA (início)
19h00 - Síntese informativa (5') crioulo
19h05 – FORUM CFM (Início)
19h55 – FORUM CFM (fim)
20h00 – Noticiário (10')
20h15 - PROVEDOR DO OUVINTE (início)
20h15 - PROVEDOR DO OUVINTE (Abertura)
21h00 - Síntese informativa (5') Port
21h05 - JORNAL DO DESPORTO (10')
22h00 – TIRA-TEIMAS (45') Crioulo
22h55 – ORA VIVA (fim)
23h00 - Síntese informativa (5') Port.
23h05 - ATÉ AMANHÃ (início)
01h00 - ATÉ AMANHÃ (fim)

01h00 - fim da emissão

4ª Feira

05h55 - Início da emissão

06h00 - PRIMEIRA HORA (início)

07h55 - PRIMEIRA HORA (fim)

08h00 - Noticiário (10')

08h00 - FREQUÊNCIA ACTIVA (início)

09h00 - Síntese informativa (5')

10h00 - Síntese informativa (5') crioulo

10h55 - FREQUÊNCIA ACTIVA (fim)

11h00 - Síntese informativa (5')

11h05 - JORNAL DO DESPORTO

12h00 - Noticiário (10')

12h15 – AGENDA + (Início)

12h00 - Noticiário (10')

12h55 – AGENDA + (Fim)

13h00 - Síntese informativa (5')

13h05 – ÂNGULO ABERTO (início)

13h55 – ÂNGULO ABERTO (fim)

14h00 - Síntese informativa (5') crioulo

14h05 – FREQUÊNCIA PASSIVA (início)

15h00 - Síntese informativa (5') Port.

16h55 – FREQUÊNCIA PASSIVA (fim)

17h00 – VOZ DE AMÉRICA (VOA)(início)

18h30 - VOZ DE AMÉRICA (VOA (fim)

18h30 – ORA VIVA (início)

19h00 - Síntese informativa (5') crioulo

19h05 – FORUM CFM (Início)

19h55 – FORUM CFM (fim)
20h00 – Noticiário (10´)
21h00 - Síntese informativa (5´) Port
21h05 – CARA OU COROA (início)
21h55 – CARA OU COROA (fim)
22h00 – TIRA-TEIMAS (45´) Crioulo
22h55 – ORA VIVA (fim)
23h00 - Síntese informativa (5´) Port.
23h05 - ATÉ AMANHÃ (início)
01h00 - ATÉ AMANHÃ (fim)

01h00 - fim da emissão

5ª Feira

05h55 - Início da emissão

06h00 - PRIMEIRA HORA (início)
07h55 - PRIMEIRA HORA (fim)
08h00 - Noticiário (10´)
08h00 - FREQUÊNCIA ACTIVA (início)
09h00 - Síntese informativa (5´)
10h00 - Síntese informativa (5´) crioulo
10h55 - FREQUÊNCIA ACTIVA (fim)
11h00 - Síntese informativa (5´)
11h05 - JORNAL DO DESPORTO
12h00 - Noticiário (10´)
12h15 – AGENDA + (Início)
12h00 - Noticiário (10´)
12h55 – AGENDA + (Fim)
13h00 - Síntese informativa (5´)
13h05 – ÂNGULO ABERTO (inicio)
13h55 – ÂNGULO ABERTO (fim)

14h00 - Síntese informativa (5') crioulo
14h05 – FREQUÊNCIA PASSIVA (início)
15h00 - Síntese informativa (5') Port.
16h55 – FREQUÊNCIA PASSIVA (fim)
17h00 – VOZ DE AMÉRICA (VOA)(início)
18h30 - VOZ DE AMÉRICA (VOA (fim)
18h30 – ORA VIVA (início)
19h00 - Síntese informativa (5') crioulo
19h05 – FORUM CFM (Início)
19h55 – FORUM CFM (fim)
20h00 – Noticiário (10')
21h00 - Síntese informativa (5') Port
21h05 - JORNAL DO DESPORTO (10')
22h00 – TIRA-TEIMAS (45') Crioulo
22h55 – ORA VIVA (fim)
23h00 - Síntese informativa (5') Port.
23h05 - ATÉ AMANHÃ (início)
01h00 - ATÉ AMANHÃ (fim)

01h00 - fim da emissão

6ª Feira

05h55 - Início da emissão

06h00 - PRIMEIRA HORA (início)
07h55 - PRIMEIRA HORA (fim)
08h00 - Noticiário (10')
08h00 - FREQUÊNCIA ACTIVA (início)
09h00 - Síntese informativa (5')
10h00 - Síntese informativa (5') crioulo
10h55 - FREQUÊNCIA ACTIVA (fim)

11h00 - Síntese informativa (5')

11h05 - JORNAL DO DESPORTO

12h00 - Noticiário (10')

12h15 – AGENDA + (Início)

12h00 - Noticiário (10')

12h55 – AGENDA + (Fim)

13h00 - Síntese informativa (5')

13h05 – ÂNGULO ABERTO (início)

13h55 – ÂNGULO ABERTO (fim)

14h00 - Síntese informativa (5') crioulo

14h05 – FREQUÊNCIA PASSIVA (início)

15h00 - Síntese informativa (5') Port.

16h55 – FREQUÊNCIA PASSIVA (fim)

17h00 – VOZ DE AMÉRICA (VOA) (início)

18h30 - VOZ DE AMÉRICA (VOA (fim)

18h30 – ORA VIVA (início)

19h00 - Síntese informativa (5') crioulo

19h05 – FORUM CFM (Inico)

19h55 – FORUM CFM (fim)

20h00 – Noticiário (10')

20h10 – PONTO NOS ii's (início) rep.

20h55 – PONTOS NOS ii's (fim)

21h00 - Síntese informativa (5') Port

21h05 - JORNAL DO DESPORTO (10')

22h00 – TIRA-TEIMAS (45') Crioulo

22h55 – ORA VIVA (fim)

23h00 - Síntese informativa (5') Port.

23h05 - ATÉ AMANHÃ (início)

01h00 - ATÉ AMANHÃ (fim)

01h00 - fim da emissão

SÁBADO

06h00 - Início da emissão

09h00 - Síntese informativa (5')

09h10 - MININESSA (início)

09h55 - MININESSA (fim)

10h00 – DEBATE NACIONAL (Início)

12h00 – DEBATE NACIONAL (Fim)

13h00 - Noticiário (10')

13h10 – VOZES DA SEMANA (10') repet

13h10 – PROVEDOR DO OUVINTE (30') repet.

14h00 - O JOGO (início)

17h25 - O JOGO (fim)

17h30 - VOZ DE AMÉRICA (início)

18h00 - VOZ DE AMÉRICA (fim)

19h00 - Síntese informativa (5')

19h05 – NO FUNDO DAS ARTES (início)

19h55 – NO FUNDO DAS ARTES (fim)

20h00 - OUTRO OLHAR (início)

21h00 - OUTRO OLHAR (fim)

22h00 - Noticiário (10')

22h10 – VOZES DA SEMANA (10') repet.

22h15- GUINEENDADI (início)

23h55- GUINEENDADI (fim)

00h00 - Fim da emissão

DOMINGO

06h00 - Início da emissão

09h00 - Síntese informativa (5')

09h05 – VOZES DA SEMANA (10') repet

10h00 - FACE À FACE (início)

12h00 - FACE À FACE (fim)

13h00 - Noticiário (10')

13h10 – VOZES DA SEMANA (10') repet.

14h00 - O JOGO (início)

17h25 - O JOGO (fim)

17h30 - VOZ DE AMÉRICA (início)

18h00 - VOZ DE AMÉRICA (fim)

19h00 - Síntese informativa (5')

19h10 – MAKARÉ 87 (início)

21h00 – MAKARÉ 87 (fim)

21h10 – MINUTOS DA LUSOFONIA (início)

21h55 – MINUTOS DA LUSOFONIA (fim)

22h00 - Noticiário (10')

22h15 – BANDA CAPITAL (início)

23h55 – BANDA CAPITAL (fim)

00h00 - Fim da emissão